



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"



Universidade Estadual Paulista

"Júlio de Mesquita Filho"

Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design

Pandemia de Covid-19: um estudo de caso sobre os impactos da crise financeira agravada pela doença sobre as micro e pequenas empresas no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso

TCC

Bauru

2022

THAINÁ DE ARAÚJO LOMBA

Pandemia de Covid-19: um estudo de caso sobre os impactos da crise financeira agravada pela doença sobre as micro e pequenas empresas no Brasil

Versão Original

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, da Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

Bauru
2022

L839p	<p>Lomba, Thainá de Araújo</p> <p>Pandemia de Covid-19: um estudo de caso sobre os impactos da crise financeira agravada pela doença sobre as micro e pequenas empresas no Brasil / Thainá de Araújo Lomba. -- Bauru, 2022</p> <p>115 p. : fotos</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Comunicação Social: Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru</p> <p>Orientador: Juarez Tadeu de Paula Xavier</p> <p>1. Pandemia. 2. Micro e pequenas empresas. 3. Crise econômica. 4. Jornalismo econômico. 5. Acesso. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

Assim como nenhuma batalha é vencida por um único guerreiro, a conquista dessa importante etapa não se deu por meio de uma única pessoa. Assim, tive o privilégio de poder contar com a participação de muitas pessoas especiais durante minha trajetória acadêmica, pessoas estas que me apoiaram, me incentivaram, me inspiraram e, sobretudo, me fizeram ser uma pessoa melhor, tanto em âmbito profissional, como pessoal.

Palavras não são capazes de expressar o quão grata sou por poder escrever no livro da vida momentos e histórias ao lado de pessoas tão incríveis, contudo, neste pequeno excerto, pretendo expressar, mesmo que minimamente, minha gratidão a minha família, que foi essencial para que eu me mantivesse em Bauru, me proporcionando todo o suporte e os recursos necessários. Eles tiveram papel fundamental em minha jornada acadêmica, pois sempre apoiaram minhas escolhas, incluindo as profissionais, sempre depositaram confiança no caminho que escolhi seguir, independente do destino ao qual ele iria me levar e, sobretudo, sempre me incentivaram a continuar seguindo em frente, mesmo em meio às dificuldades, mesmo quando a vontade de desistir tomava conta. E, saber que eu os tinha por perto, me incentivando e torcendo pelo meu sucesso, fez toda a diferença para que eu cruzasse a linha de chegada desta etapa, para que, ao final do túnel, sempre houvesse luz e houve. Aos meus pais, a gratidão será eterna, não só pela conclusão desta trajetória, mas pela vida, pois o que eles me proporcionam é impagável, é incondicional, é transcendente de qualquer conceito clichê que se possa encontrar para falar sobre amor e afeto.

O meu “muito obrigada” também será destinado aos mestres que foram responsáveis pela minha formação durante esses quatro anos de graduação. Mestres que nos ensinam muito além de conceitos, teorias e disciplinas, pois nos ensinam a nos tornarmos seres humanos antes de nos tornarmos profissionais, ensinam sobre a vida e sobre o quanto devemos nos esforçar para conhecer a realidade alheia, para romper com o egoísmo de olharmos para nossa própria bolha. Mestres que nos ensinam que um bom jornalista é, primeiramente, uma boa pessoa, é aquele que é capaz de se emocionar, de sentir, de se sensibilizar com as pessoas, porque elas não são apenas fontes relatando aquilo que queremos ouvir, mas sim pessoas que contam a história de suas vidas, que abrem e compartilham suas experiências mais íntimas, sejam boas ou ruins, para que nós jornalistas possamos mostrar suas histórias para o mundo, possamos

recontar da melhor forma possível o relato que fora ouvido. E essa lição foi passada com sucesso por cada um dos mestres da Unesp Bauru, pois mais do que ministrar aulas, eles nos ministraram lições que serão levadas conosco ao longo de toda nossa trajetória que, agora, se inicia longe do universo acadêmico. Aos mestres da Unesp Bauru, o meu ‘muito obrigada’ por nos ensinarem, nos inspirarem e servirem de exemplo para tantos alunos que têm o privilégio de tê-los como mediadores do conhecimento.

Por fim, pretendo aqui demonstrar minha gratidão às minhas amigas, que são verdadeiras irmãs com as quais fui grandemente presenteada pela Unesp Bauru. Elas me acolheram e permitiram que eu pudesse fazer parte de suas vidas, na medida em que abri as portas da minha vida para que elas entrassem e passassem a compartilhar suas experiências ao meu lado. Palavras não expressam o quão grata sou por ter tido a sorte e o privilégio de conhecer pessoas tão especiais quanto elas, cada uma a sua maneira. Hoje, após quatro anos vivendo intensamente a época da faculdade, tenho a honra de poder dizer que construí uma família bauruense, construí relações sólidas que jamais imaginei que pudessem se consolidar em tão pouco tempo, embora quatro anos seja um período relativamente longo. Hoje, posso dizer que tenho irmãs de graduação, de histórias compartilhadas, de alma e de vida, irmãs essas que pretendo ter sempre por perto, mesmo que de longe, do ponto de vista de que cada uma trilhará brilhantemente seu próprio caminho. Sei que a presença física, muitas vezes, não será possível, mas tenho certeza de que ela sabem o que a nossa união significa e a força que ela possui, de modo que distância alguma será capaz de romper o laço que fora construído, pois, durante a construção, demos um nó que já não mais pode ser desatado, o nó que garante que esta conexão se mantenha sempre viva em nossa memória, em nossas lembranças e, principalmente, em nossos corações. A elas o meu ‘muito obrigada’ por existirem e por permitirem que nossos caminhos se cruzassem. Propositalmente ou não, essa amizade foi grandemente responsável para que eu chegasse ao final desta etapa, sem elas nada disso seria possível, nenhuma conquista acadêmica teria sido alcançada, nenhum laço teria sido construído. A elas eu devo minha eterna gratidão!

Resumo

O trabalho em questão centrou-se, inicialmente, em uma análise macroeconômica acerca da crise deflagrada pela pandemia do novo coronavírus em março de 2020, a qual exigiu uma série de restrições, a fim de conter a disseminação do vírus. Tais medidas, como a suspensão das atividades econômicas consideradas não essenciais para garantir o isolamento social das populações mundo afora, resultaram em uma profunda recessão mundial, considerada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a maior desde o crack na bolsa de Nova York, em 1929. A partir deste cenário, o estudo buscou identificar, por meio de uma análise dedutiva, quais foram os impactos da pandemia sobre as micro e pequenas empresas no Brasil e a quais alternativas essas empresas tiveram que recorrer para enfrentar a crise causada pelo novo coronavírus. Sob essa ótica, a pesquisa debruçou-se sobre a cobertura jornalística da batalha enfrentada pelas micro e pequenas empresas durante o período da crise provocada pela pandemia. Para isso, o trabalho foi construído a partir da análise da situação financeira de tais categorias jurídicas, a partir da análise de relatórios, documentos e séries históricas disponibilizadas pelo Sebrae, pelo IBGE e pelo Ministério da Economia, além da realização de entrevistas com microempreendedores.

Palavras-chave: Pandemia. Micro e pequenas empresas. Crise econômica. Acesso. Governo. Jornalismo econômico.

Abstract

The study initially focused on a macroeconomic analysis of the crisis caused by the new coronavirus pandemic, in March 2020, which required a series of restrictions in order to contain the spread of the virus. The measures, such as the suspension of economic activities considered non-essential, to guarantee the social isolation of populations around the world, resulted in a deep global recession, considered by the International Monetary Fund (IMF) the biggest one since the crack on the New York Stock Exchange in 1929. Based on this scenario, the study sought to identify, through a deductive analysis, what were the impacts of the pandemic on micro and small companies in Brazil and which alternatives those companies had to resort to face the crisis caused by the new coronavirus. From this perspective, the research focused on the journalistic coverage of the battle faced by micro and small companies during the period of crisis. For this, the study was built from the analysis of the financial situation of those companies, from the analysis of reports, documents and historical series made available by Sebrae, IBGE and the Ministry of Economy, as well as the interviews with micro-entrepreneurs.

Key-words: Pandemic. Micro and Small Companies. Economic Crisis. Access. Government. Economic Journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Porte empresarial segundo número de empregados **Erro! Indicador não definido.**

Figura 2: impactos da pandemia sobre pequenos negócios por setor **Erro! Indicador não definido.**

SUMÁRIO

1. Introdução	13
1.1 Capítulo introdutório	17
1.2 Capítulo dos objetivos	17
1.3 Capítulo da justificativa	17
1.4 Capítulo metodológico	18
1.5 Capítulo do desenvolvimento	20
1.6 Capítulo dos Resultados	21
2. Jornalismo especializado e seus desafios	22
2.1 O jornalismo na esfera pública	22
2.2 Jornalismo Especializado	24
2.3 Jornalismo especializado em economia	26
3. Objetivos	35
3.1 Analisar o contexto pandêmico e seus reflexos sobre a economia brasileira	35
3.2 Analisar a situação de micro e pequenas empresas durante a pandemia no Brasil	36
4. Justificativa	36
5. Materiais e métodos	39
5.1 A eclosão da pandemia	40
5.2 A pandemia no mundo, no Brasil e seus reflexos sobre a economia	40
5.3 Reflexos da crise sobre as micro e pequenas empresas brasileiras	41
5.4 A investigação jornalística na prática	46
5.5 O estudo de caso no universo do empreendedorismo	48
6. Desenvolvimento do trabalho	49
6.1 A pandemia no cenário global	49
6.2 Impactos da pandemia na economia mundial	51
6.3 A condução da pandemia no Brasil	55

6.4 Efeitos da Covid-19 na economia brasileira	61
6.5 Impactos da pandemia sobre o setor empresarial no Brasil	66
6.6 Introdução aos reflexos da pandemia sobre as micro e pequenas empresas no Brasil	69
6.7 Análise dos impactos da pandemia sobre os pequenos negócios no país em 2020 sob comparação cronológica.....	71
6.8 Impactos do coronavírus sobre as micro e pequenas empresas por setor	79
6.9 Auxílios concedidos pelo governo federal às pequenas empresas.....	80
7. Estudo de caso.....	88
7.1 Como nasceu o negócio	89
7.2 Características gerais da microempresa	89
7.3 Principais impactos sofridos pela gráfica durante a pandemia	90
7.4 Análise do faturamento da microempresa ao longo de 2020	91
7.5 Estratégias adotadas pela gráfica para mitigar os efeitos da crise	92
7.6 Análise do quadro de funcionários da microempresa ao longo da crise	93
7.7 Recursos e benefícios obtidos pela gráfica para avaliar os impactos da crise ..	94
7.8 Entrevistas complementares.....	96
8. Resultados	99
9. Considerações finais.....	105
Referências bibliográficas.....	108

1. Introdução

A fim de compreender os objetos de análise do presente trabalho, faz-se necessário analisar, inicialmente, o cenário global da pandemia e seus efeitos sobre a economia mundial. Após o decreto de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, o mundo se viu obrigado a enfrentar mudanças drásticas para conter a disseminação do vírus, evitar o aumento expressivo de mortes e o colapso dos hospitais. Dessa forma, para poupar vidas foi preciso suspender todas as atividades capazes de concentrar pessoas em um mesmo local e, portanto, colocá-las em risco, incluindo as atividades econômicas. Assim, foram mantidos em funcionamento apenas serviços considerados essenciais à sobrevivência, como alimentação, higiene e atendimento médico. Porém, quando a doença atingiu níveis mais elevados de contaminação, determinadas regiões chegaram a decretar o chamado *lockdown* cuja função é restringir por completo a circulação de pessoas nas ruas, tornando a prática proibida àqueles que não tiverem autorização para circular.

Em meio a tantas restrições e ao surto da doença mundo afora tornou-se inevitável o desencadeamento de uma série de problemas sociais e econômicos. A crise humanitária que se instalou em razão do vírus levou, pelo menos, 1,8 milhão de pessoas à morte em todo o mundo em 2020, segundo relatório divulgado pela OMS e publicado pelo jornal El País. Dentre os países que registraram o maior número de óbitos à época, o Brasil ocupava o segundo lugar com 193.875 mortes, atrás apenas dos Estados Unidos, que somava 342.450. O terceiro lugar fora ocupado pela Índia, com 148.738 óbitos e o quarto lugar pelo México, que registrava 124.897 (GRASSO, 2020).

Além da crise sanitária, o mundo mergulhou em uma profunda crise econômica a partir da paralisação das atividades e do receio do consumo da população frente a um cenário repleto de incertezas e sem prazo determinado para a retomada da vida como ela era antes da doença. Este cenário se afirma a partir do retrocesso de diversos índices macroeconômicos, do aumento da taxa de desemprego, da desvalorização de muitas moedas, principalmente aquelas que são provenientes de países emergentes, do avanço da inflação, dentre outros fatores. De acordo com a declaração da diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, a crise global deflagrada pela pandemia do coronavírus é a maior desde a Grande Depressão de 1929, quando houve o crack na bolsa de valores de Nova York (VALOR ECONÔMICO, 2020).

Dessa forma, observa-se o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), índice que revela o crescimento ou a retração da economia em uma determinada localidade durante um

determinado período a partir do cálculo entre todos os bens que foram produzidos e todas as riquezas que foram geradas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e conforme veiculado pelo portal da Globo G1, o PIB global teve queda de 4,4% em 2020, aproximadamente, indicando que o mundo perdeu parte da capacidade de geração de lucro em razão da crise instalada pela doença, a qual impediu o funcionamento de muitos setores econômicos e, portanto, a geração de lucro (G1, 2021).

Outro dado que demonstra os severos impactos sobre a economia mundial é o avanço da taxa de desemprego que, ainda conforme informado pelo G1, atingiu os 255 milhões de pessoas que perderam seus empregos em 2020 em todo o mundo. Com o aumento de desocupados, outros problemas são desencadeados a partir da explosão do empobrecimento da população, incluindo situações mais graves como a extrema pobreza e a insegurança alimentar, sobretudo em países mais pobres ou emergentes.

De maneira geral, os impactos da pandemia de Covid-19 foram sentidos por inúmeras nações mundo afora, ainda que alguns países foram mais afetados do que outros. Se observar-se o desempenho das duas maiores economias mundiais, representadas pelos Estados Unidos e pela China, respectivamente, é possível identificar que a resposta da economia à crise foi diferente em cada país. Os EUA, por exemplo, obteve queda de 3,5% no PIB em 2020, o maior tombo sofrido pelo país desde 1946, ano que sucedeu o fim da Segunda Guerra Mundial (SOARES, 2021). Em contrapartida, o gigante asiático encerrou 2020 com crescimento de 2,3% do PIB, apesar de o resultado ter sido o mais fraco em 44 anos no país. Inicialmente, a China se tornou o epicentro da doença no mundo, visto que o país fora o precursor do vírus, porém, a nação conseguiu se recuperar parcialmente ao longo do ano, possibilitando a obtenção de tal saldo positivo na economia (COSTA, 2021).

Ao voltar-se os olhos para o Brasil, observa-se que a situação econômica não se desenvolveu de forma diferente. O país fechou 2020 com retração de 4,1% do PIB, pior desempenho econômico desde 1996, de acordo com o informe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além do tombo na economia, o país obteve retrocesso em outros índices, como o Bovespa, que oscilava na casa dos 119 mil pontos em fevereiro de 2020 e atingiu o fundo do poço, aos 63 mil pontos, em março do mesmo ano, quando a doença chegou ao país e instaurou uma pandemia no mundo. A taxa de desemprego também se superou durante o ano pandêmico, atingindo 13,5% de desocupados, taxa recorde dos últimos 30 anos segundo o IBGE (GARCIA, 2021).

Concomitantemente à crise econômica, o Brasil se viu mergulhado em uma crise sanitária, causada pela ação da própria doença, e uma crise política, gerada a partir do

questionamento da condução da pandemia pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o que ocasionou a formação da chamada crise tríplice. A postura assumida pelo presidente e pelos membros do alto escalão do governo diante da situação sanitária gerou tantas polêmicas que acabou resultando na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, intitulada por CPI da Covid. Esta, por sua vez, é conduzida pelo poder legislativo e possui o objetivo de julgar as ações adotadas pelo poder executivo frente a um determinado acontecimento, a fim de identificar a existência de irregularidades, crimes ou omissão de informações por parte daqueles que ocupam cargos do executivo e dos demais envolvidos em uma determinada ocorrência.

Dessa forma, a CPI da Covid fora convocada pelos parlamentares, representados no Senado e na Câmara dos Deputados, para investigar a condução da pandemia pelo governo Bolsonaro. Dentre as principais investigações feitas pela comissão encontram-se o questionamento do início da vacinação contra a doença no Brasil, a qual se deu apenas em janeiro de 2021, porém investigações feitas pela CPI provaram que a imunização poderia ter começado ainda em dezembro de 2020, quando a empresa americana Pfizer ofereceu 1,5 milhão de doses ao governo brasileiro (MATTOS, 2021).

A comissão também buscou identificar se houve corrupção nas negociações de compra de vacina pelo governo do Brasil, além da investigação acerca da divulgação de notícias falsas sobre a doença por parte do presidente e seus aliados, do incentivo ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada cientificamente e da desestimulação à adoção de medidas consideradas fundamentais ao combate da doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por diversos órgãos de referência mundial, medidas essas como o uso de máscaras de proteção e o isolamento social que prevê o impedimento de aglomerações. Tais regras foram infringidas pelo presidente Bolsonaro por inúmeras vezes ao longo de suas aparições públicas em protestos, resultando em multas por parte dos governos de São Paulo e do Maranhão.

Diante de tal cenário caótico, em que três crises coexistiam no país, as empresas brasileiras se viram afundadas em tamanha recessão causada pela paralisação das atividades consideradas não essenciais, o que levou 1,044 milhão de empresas à falência ao longo dos 12 meses de 2020. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até junho do ano em questão, das 522 mil empresas que haviam interrompido suas atividades por definitivo, 518,4 mil eram de micro ou pequeno porte, provocando o fechamento de 524,3 mil postos de trabalho (AMORIM, 2020).

Dessa forma, compreende-se a situação das empresas brasileiras diante da crise econômica instalada após o decreto de pandemia do coronavírus, sobretudo as dificuldades

enfrentadas pelas empresas de menor porte frente àquelas que dominam o setor. Além disso, pode-se citar, ainda, a questão do acesso aos recursos disponibilizados pelo governo durante o período pandêmico às micro e pequenas empresas.

A fim de mitigar os impactos da crise, o governo criou o Pronampe, um programa para conceder crédito de forma menos burocrática e com boas condições de juros para a devolução do dinheiro. Em um primeiro momento, foram repassados ao fundo do Pronampe 15,9 bilhões de reais e, desse montante, cerca de R\$ 14,6 bilhões foram emprestados em apenas um mês de vigência do programa, segundo o jornal Folha de S. Paulo. Este montante corresponde a um repasse de 91,8% dos recursos concedidos pelos cofres públicos. Ao todo, o governo disponibilizou R\$ 37,5 bilhões ao fundo em 2020 (BOLZANI, 2020).

Contudo, o crédito não fora disponibilizado do BNDES, banco do governo brasileiro, diretamente aos micro e pequenos empreendedores, mas fora repassado aos bancos comerciais privados e públicos, os quais ficaram responsáveis por intermediar os empréstimos. Esta ponte que liga as empresas de pequeno porte aos recursos federais encontrou diversos entraves, visto que as instituições financeiras endureceram as regras de concessão de crédito devido às altas chances de falência por parte das empresas.

Para confirmar tal prerrogativa, toma-se como exemplo a pesquisa realizada pelo Sebrae em julho de 2020, em que mais de 6 mil empreendedores de pequeno porte foram ouvidos. Desse número, a instituição constatou que 54% teve de recorrer a empréstimos nos bancos em busca de tentar sobreviver em meio à crise, porém, de todos os empreendedores que solicitaram crédito 56% tiveram a solicitação rejeitada e 24% ainda aguardavam uma resposta da instituição financeira até o momento da pesquisa (SEBRAE, p.30, 2020). Ou seja, mais da metade desses empreendedores não conseguiram o empréstimo, o que possibilita a discussão acerca da disponibilização de recursos federais que não chegaram ao destino de origem, no caso, nas mãos dos pequenos empresários, colocando à prova a finalidade de programas que foram criados para ajudar os pequenos negócios do país.

Por fim, torna-se essencial para a discussão do tema proposto levar em consideração a postura adotada pelo governo federal em relação às pequenas empresas. Para isso, toma-se como base a fala do atual ministro da economia, Paulo Guedes, durante a reunião ministerial de 22 de abril de 2020, a qual veio a público após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Em seu discurso, Guedes afirmou que “nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos para salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas” (LOPES, 2020).

1.1 Capítulo introdutório

Neste tópico o objetivo foi construir a base teórica do estudo a partir da identificação das principais referências ao jornalismo de economia. Contudo, se fez necessário compreender, primeiramente, o que é o jornalismo, quais são suas funções e o que elas implicam na sociedade, de modo a afirmar a importância da profissão para a fiscalização da máquina pública, tanto por parte da população, quanto por parte das autoridades políticas que representam o povo no poder. A partir de então, deu-se início a análise do jornalismo especializado, em sua condição de uma das inúmeras áreas de atuação do jornalismo. Por fim, caracterizou-se o jornalismo especializado especificamente em economia e quais foram as literaturas mais relevantes para o estudo dessa área, visto que ela consiste na espinha dorsal que sustentou toda a análise deste presente trabalho.

1.2 Capítulo dos objetivos

Neste tópico, buscou-se caracterizar e explicitar quais são os objetivos da pesquisa, desde os gerais até os específicos. Dessa forma, definiu-se como objetivo geral a compreensão da situação epidemiológica do coronavírus, partindo de uma análise macroambiental até nanoambiental, e quais foram os reflexos da crise deflagrada pela doença sobre a economia brasileira. Em relação aos objetivos específicos, tem-se o estudo da situação financeira das micro e pequenas empresas no Brasil como foco central da análise, a fim de investigar como tais empresas sobreviveram à crise, quais foram as medidas necessárias para mitigar os impactos, quais foram os recursos disponibilizados à classe durante a crise, razões para a falência de muitas empresas de pequeno porte, dentre outros fatores. Por fim, definiu-se como o alicerce teórico da investigação jornalística as notícias que foram veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo, devido ao seu alcance em âmbito nacional, bem como o olhar crítico do jornalista e colunista de economia do jornal, Vinicius Torres, o qual sustenta a argumentação política acerca da postura do governo diante da situação epidemiológica.

1.3 Capítulo da justificativa

No capítulo em questão buscou-se comprovar a relevância do tema proposto para a atualidade, visto que a pandemia e a crise econômica desencadeada como consequência da doença são assuntos que ocuparam o topo da agenda pública durante os anos de 2020 e 2021, no Brasil e no mundo. Tais temas se tornaram o palco de discussões e polêmicas, principalmente no Brasil, devido à coexistência de inúmeras crises, sanitária; política e econômica, que impactaram diretamente a vida dos brasileiros, em especial, aqueles que enfrentaram a superlotação dos hospitais na tentativa de conseguir uma vaga de internação,

aqueles que perderam familiares e amigos para a Covid-19, aqueles que perderam seus empregos, aqueles que dependeram de auxílios do governo para sobreviver, dentre outras tantas situações enfrentadas ao longo da pandemia no país.

É diante de tal cenário caótico que se reforça a importância desse estudo, o qual buscou investigar quais foram as principais cicatrizes provocadas pela pandemia na economia brasileira com foco nas empresas de pequeno porte do país, visto que os micro e pequenos negócios são responsáveis por empregar formalmente mais da metade da população economicamente ativa do país. Para exemplificar tal afirmativa, toma-se como base a pesquisa realizada pelo Caged, a qual informa que, mesmo em meio à pandemia, de janeiro a março ¹de 2021, as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela geração de 578 mil postos de trabalho com carteira assinada, frente a 190 mil postos gerados por médias e grandes empresas no mesmo período (SEBRAE, 2021). Além disso, segundo o Ministério da Economia, os negócios de pequeno porte movimentam, ao menos, 30% do PIB brasileiro, ou seja, são responsáveis pela geração de um terço, aproximadamente, de todos os bens e riquezas que o país produz anualmente.

A partir de tais números afirma-se, portanto, a importância das empresas de pequeno porte para a economia brasileira, fato que será explorado em maior profundidade no capítulo que justifica a escolha do tema.

1.4 Capítulo metodológico

O objetivo deste capítulo girou em torno da definição da metodologia escolhida para a análise do tema proposto, bem como da escolha dos materiais utilizados durante todas as fases da pesquisa. Dessa forma, definiu-se a análise dedutiva acerca do tema trabalhado, de modo em que o estudo tenha início a partir da compreensão da pandemia e seus efeitos sobre a economia em escala global, o que constitui o macroambiente. Em seguida fora analisada a situação epidemiológica no Brasil, sob a perspectiva do ambiente. A terceira fase do estudo se caracterizou pela compreensão dos efeitos da pandemia sobre a economia do país e sobre o setor empresarial, de forma geral, do ponto de vista do microambiente. Por fim, a última etapa constituiu a análise específica das micro e pequenas empresas brasileiras durante a crise do coronavírus, caracterizada na figura do nanoambiente.

Assim, para desenvolver a investigação acerca da situação financeiras das empresas de pequeno porte do país ao longo da crise definiu-se o recorte temporal da análise entre março

¹ Excerto contém informações que se encontram fora do recorte temporal da pesquisa para fins de comparação e complementação de ideias.

de 2020, início da pandemia no Brasil e no mundo, e dezembro do mesmo ano, que representa o fechamento do quarto trimestre do ano para efeitos de comparação entre os índices macroeconômicos e os levantamentos de dados. O período em questão também fora escolhido em razão da factualidade da pandemia e da crise por ela desencadeada, visto que 2020 se caracterizou pelo primeiro ano em que a doença ganhou proporções globais e, conseqüentemente, afetou com mais intensidade todos os âmbitos sociais, incluindo o econômico. Vale ressaltar que foram mencionados acontecimentos pontuais que se encontram fora do período de análise, porém que se fizeram de suma relevância para a compreensão do objeto proposto.

Ademais, o terceiro subtópico do capítulo buscou conceituar e identificar a categorização das empresas quanto ao porte empresarial e a natureza jurídica as quais pertencem, com o objetivo de definir as determinadas classificações para que não houvesse a possibilidade de se cometer falhas teóricas quanto aos tipos de empresa que existem perante a lei brasileira.

Os dois últimos subtópicos do capítulo tiveram como objetivo central a definição do trabalho de campo da pesquisa, a qual debruçou-se sobre um estudo de caso com um microempreendedor brasileiro, a fim de compreender detalhadamente como se desenvolveu a situação financeira dos pequenos negócios durante a pandemia, a partir de uma entrevista em profundidade com uma fonte representante da classe. Para isso, definiu-se os conceitos de estudo de caso e entrevista em profundidade ou semiestruturada para ampliar a contextualização dos termos e manter o rigor teórico de cada um.

Por fim, o capítulo abordou os materiais utilizados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, os quais se caracterizam, majoritariamente, pelos conteúdos pagos que foram veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo, tanto em relação às notícias gerais e aquelas que pertencem à editoria de economia, quanto em relação às colunas de opinião produzidas por jornalistas da Folha, principalmente, o colunista de análise político-econômica Vinicius Torres. Conteúdos disponibilizados por outros veículos jornalísticos também foram utilizados como apoio para a pesquisa, como Valor Econômico, G1, O Globo, CNN, El País, dentre outros.

Os dados citados ao longo do presente trabalho foram provenientes de rastreamentos realizados por órgãos governamentais, principalmente os censos disponibilizados pelo IBGE, além de instituições especializadas em empreendedorismo, como o Sebrae e a Boa Vista Serviços. Todos os levantamentos utilizados na pesquisa se encontram disponíveis nos sites de cada órgão de forma gratuita. Além disso, dados e informações também foram obtidos a partir

de entrevistas com economistas e consultores do Sebrae concedidas à pesquisadora, a fim de sustentar argumentos e afirmações acerca do objeto trabalhado.

1.5 Capítulo do desenvolvimento

Este tópico buscou detalhar as etapas da pesquisa, conforme citado anteriormente, de modo a analisar a pandemia e seus efeitos em quatro esferas de abrangência dedutiva: no mundo, no Brasil, na economia brasileira e no setor das micro e pequenas empresas. Para isso, o estudo debruçou-se sobre os levantamentos de dados divulgados por órgãos especializados em rastreamentos econômicos e reconhecidos em âmbito nacional, como o IBGE, Caged, Sebrae, dentre outros censos realizados por órgãos governamentais e instituições financeiras.

Dessa forma, a análise iniciou-se a partir da pesquisa de como a pandemia se desenvolveu em âmbito global, a partir do decreto de estado pandêmico pela OMS em março de 2020. Para isso, foi necessário pesquisar os dados sobre a situação epidemiológica nos países mais populosos, a fim de identificar como se deu a velocidade de transmissão da doença, a taxa de mortalidade que ela provocou, quais medidas foram adotadas por esses países para conter o avanço do vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde.

Além do balanço epidemiológico, o subtópico referente à pandemia no mundo também abordou a questão da vacinação nos países, a fim de comparar como cada nação lidou com a imunização de sua população e a importância que cada governo deu à vacinação contra Covid-19. Posteriormente, o capítulo analisou os efeitos da pandemia sobre a economia mundial, buscando compreender quais foram os principais reflexos e como eles afetaram o mundo, provocando uma grande crise que não se vivia há quase 100 anos, segundo o FMI.

Para isso, foi necessário aprofundar os impactos da crise nos Estados Unidos e na China, que correspondem às duas maiores economias do mundo, respectivamente, e assim afirmam suas devidas importâncias para a análise da crise global, visto que a globalização faz com que os países se conectem dentro de um sistema econômico-financeiro, onde as nações responsáveis pelas maiores movimentações econômicas ditam o ritmo da economia em escala mundial. Além disso, também foram analisados os auxílios financeiros liberados pelos governos estadunidense e chinês para a população e para o setor empresarial, a fim de comparar as medidas tomadas por cada país com as condutas adotadas pelo governo brasileiro.

O desenvolvimento do estudo seguiu com a análise da situação epidemiológica no Brasil, em que a pesquisa trouxe dados para compreender a evolução da pandemia no país, os períodos de ápice da mortalidade e da taxa de transmissão, as medidas preventivas de combate ao vírus, as polêmicas suscitadas entre o governo federal e estadual, do ponto de vista do estado

de São Paulo, e a questão da vacinação no país, a qual foi citada embora sua ocorrência se encontre fora do período de análise definido pelo estudo, mas que se fez de suma importância para o desenvolvimento do trabalho em questão, pois a imunização da população foi fundamental para a retomada econômica no país e, por vezes, teve impactos diretos na economia e na bolsa de valores brasileira.

Além da questão epidemiológica, o foco da pesquisa foi se estreitando à medida em que a análise se voltou para o campo político-econômico, no qual buscou-se compreender como a economia brasileira reagiu à disseminação da doença, trazendo os reflexos da crise a partir da análise do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos, como PIB, taxa de desemprego e índice Bovespa. Também fora pesquisada a conduta do governo federal diante da crise do coronavírus, analisando quais foram os auxílios disponibilizados para mitigar a situação caótica da população e das empresas brasileiras. Estas, por sua vez, consistem no foco principal do presente trabalho, o qual observou detalhadamente o que aconteceu com as empresas brasileiras durante a crise, a quantidade de empresas que faliram, em especial, a quantidade de micro e pequenas que faliram, quantos postos de trabalho foram fechados a partir da falência em massa dessas empresas, quais foram os auxílios que as empresas de pequeno porte tiveram à disposição durante a crise, quantas dessas empresas, de fato, tiveram acesso aos recursos, quais foram os setores mais prejudicados, quais foram as alternativas encontradas pelos micro e pequenos empreendedores, dentre outros fatores.

Por fim, o desenvolvimento do trabalho construiu seu desfecho com o estudo de caso elaborado a partir de uma entrevista em profundidade com um pequeno empreendedor, que representa a classe instituída como objeto do estudo, a fim de compreender como se deu a situação desse pequeno empresário durante a crise, a quais medidas ele teve de recorrer, quais foram as alternativas para sobreviver à crise, quais foram as principais dificuldades enfrentadas, como se desenvolveu a tentativa de obtenção de crédito disponibilizado pelo governo e pelos bancos, entre outras análises fundamentais para a compreensão da situação das micro e pequenas empresas frente à crise deflagrada pela Covid-19.

1.6 Capítulo dos Resultados

Neste capítulo, buscou-se compreender efetivamente como se desenvolveu a situação financeira de micro e pequenas empresas ao longo da crise do coronavírus, a partir do balanço entre as características em comum e as diferenças encontradas nas estruturas das empresas analisadas por meio das entrevistas. Para isso, observou-se os dados coletados e os cenários em que cada empresa estava inserida, traçando-se um paralelo entre elas a fim de se compreende

como cada empresa reagiu à crise, quais foram os principais impactos por elas sentidos, quais estratégias foram adotadas para driblar a crise, se houve recuperação ou não, qual é a projeção para uma possível recuperação, entre outros fatores.

Dessa forma, tomou-se como base o estudo de caso realizado a partir de uma entrevista em profundidade para comparar a empresa analisada com duas outras empresas de diferentes setores, que foram observadas durante entrevistas complementares. O objetivo da comparação girou em torno da identificação de como cada negócio se comportou diante da crise, bem como seu respectivo setor de atuação. A comparação possibilitaria enxergar com maior clareza as diferentes necessidades que os segmentos possuem, sendo que as estratégias alternativas à crise poderiam ou não ser aplicadas a todos com a mesma eficiência, além da possibilidade de compreensão de como se deu o acesso ao crédito por parte dos pequenos negócios e de quais formas cada empresa, dentro de seu respectivo setor, foi afetada pela pandemia de Covid-19.

2. Jornalismo especializado e seus desafios

2.1 O jornalismo na esfera pública

O jornalismo se caracteriza como uma das várias formas de comunicação e expressão existentes na sociedade contemporânea. Contudo, ele diferencia-se das outras maneiras de se comunicar no tocante ao modo de produção da mensagem, visto que seu principal objetivo é a transmissão da informação relevante, de interesse público e pautado pela veracidade ética. Sendo assim, o jornalista pode ser considerado, portanto, como um prestador de serviços à sociedade, noticiando os fatos em linguagem acessível e que seja de interesse da maioria da população.

Partindo-se do que prescreve os códigos deontológicos do jornalista como um prestador de serviço social, o jornalista assume outra conotação: o de vigia das ações do governo e das grandes instituições a fim de, então, transmitir as informações acerca desse universo de poderio, denunciando-as quando tais ações não forem condizentes com a ética e a moral. Essa função do jornalismo constitui o alicerce da profissão, isto é; ele visa afastar a população da alienação, aproximando-a da ciência dos fatos. Sendo assim, a missão jornalística é empoderar as pessoas, ampliando o conhecimento, o vocabulário e a visão de mundo delas, com o propósito de provocar alterações na realidade que as cercam. Segundo os estudiosos da comunicação Bill Kovach e Tom Rosenstiel “a finalidade do jornalismo é fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 22).

Já para o jornalista e professor Nilson Lage, o jornalista pode ser considerado como uma espécie de tradutor de discursos, ou seja, sua função é coletar as informações recebidas de uma fonte especializada e transformá-las em um conteúdo de fácil compreensão, tentando manter ao máximo o rigor dos fatos e que seja capaz de atingir as inúmeras realidades. (LAGE, 2011)

Sob o ponto de vista da semiótica, a qual caracteriza-se pela ciência que estuda os signos, o jornalismo é uma tradução da realidade. O autor russo Iuri Lotman discorre acerca do conceito de semiosfera que compreende o conjunto dos signos semióticos representados por uma infinidade de textos e linguagens distintos e únicos, admitindo que haja diferenças entre eles e que cada um deles é um espaço semiótico dentro de um todo chamado semiosfera. Todavia, esses espaços não são isolados dentro do sistema, eles estabelecem relações uns para com os outros. Dessa forma, reconhece-se a existência de espaços fronteira entre os conjuntos semióticos, os quais viabilizam um compartilhamento de significados, assim tornando-se capazes de traduzir a mensagem de um signo para o outro, a fim de que se estabeleça essa relação. Esta, por sua vez, só existirá, exclusivamente, se houver uma tradução correta que permita a compreensão da mensagem, caso contrário não houve comunicação. No jornalismo esse conceito se comporta da mesma forma, se a mensagem que chega ao destinatário não é compreendida ou se a tradução do tema não se der corretamente, não houve produção de sentido para o espectador, portanto, o jornalismo perde sua função. (LOTMAN, 1996)

O domínio da linguagem foi durante muito tempo, senão ainda é, símbolo de poder, não aquele ligado diretamente ao dinheiro ou ao status perante à sociedade, mas aquele referente ao capital simbólico. Dominar a arte da boa articulação das palavras é sinônimo de acesso à uma educação de qualidade. Assim, o jornalista pode ser considerado parte de uma elite do conhecimento, pois é visto, a princípio, como um agente capaz de dominar os mais variados assuntos e organizá-los em palavras de modo a construir um bom discurso. Esse argumento pode ser fundamentado na afirmação de Bourdieu a qual diz que: “[...] as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações” (BOURDIEU 1989, p. 11). Sob essa óptica, o jornalista é, portanto, um detentor de capital simbólico, porém, ao mesmo tempo, estabelece uma relação direta com uma grande parcela que não compartilha do mesmo nível de conhecimento.

Essa relação remetente/destinatário é embasada pela teoria da comunicação de Roman Jakobson, a qual concentrou seus estudos nas funções da linguagem, dando ênfase à função

referencial. Esta é a responsável por focar no contexto da mensagem transmitida, a fim de que o ouvinte seja capaz de decodificá-la. Tal fato caracteriza a principal barreira a ser vencida pelo jornalismo especializado: fazer com que a mensagem sobre uma área específica do conhecimento e, na maioria das vezes, complexa seja, de fato, compreendida pelo destinatário. (JAKOBSON, 2010)

2.2 Jornalismo Especializado

É inevitável admitir-se que a evolução tecnológica, a qual possibilitou o surgimento da sociedade midiática, obteve como consequência um fluxo informacional exacerbado e instantâneo. Tal fluxo é resultado de uma “compressão do tempo e do espaço” e um “encurtamento do mundo”, segundo o conceito de globalização idealizado por Zygmunt Bauman, o que permite as informações viajarem quilômetros de distância em pouquíssimo tempo via mundo virtual. (BAUMAN, 1999)

Com isso, a área jornalística exige que seus profissionais sejam cada vez mais multitarefas, capazes de dominar diversos assuntos dispostos em plataformas diferentes. Tal demanda pode resultar em uma apuração superficial dessa quantidade de informações, visto que o curto tempo disponível inviabiliza uma checagem aprofundada dos fatos. Outro obstáculo frente ao jornalismo especializado deve-se à confusão de ideias ocasionada pelo boom de informação facilmente disponível na internet, o que pode conferir ao assunto certa complexidade, desmotivando e tirando a atenção do público receptor da mensagem.

Ademais, o jornalismo especializado lida com uma barreira ainda maior quando comparado ao jornalismo diário, uma vez que o primeiro requer um profissional que não domine somente as habilidades jornalísticas de ser um bom redator, mas também um profissional que tenha um conhecimento fora do senso comum sobre aquela determinada área, discorrendo sobre aquele assunto com propriedade e conhecimento suficientes para traduzir efetivamente os fatos, de modo a torná-los compreensíveis pelo público. De acordo com o artigo da jornalista Christiana Martins:

Saber recolher a informação, tratá-la e passá-la à sociedade são as tarefas fundamentais do jornalista. É no tratar que se encontra o problema do jornalista especializado. É no confronto íntimo e direto com o tema em causa que se travam as maiores batalhas do profissional que opta por debruçar-se sobre um universo específico. Tratar exige intimidade com o tema, exige conhecimento prévio, exige domínio do vocabulário articulado pelos agentes de um determinado campo social. (MARTINS 2011, p.227)

O jornalismo especializado encara uma outra adversidade, a qual pode ser compreendida pelo grau de interesse da fonte fornecedora da informação. O principal meio de fundamentar e credibilizar a notícia é através da entrevista. A partir dessa afirmação, compreende-se que, caso essa fonte tenha interesses a serem defendidos ao conceder a informação de relevância para a reportagem, ela não o fará de maneira fidedigna, cumprindo as leis da ética, pois suas propensões se sobressaem em detrimento da veracidade da informação².

Dessa forma, a compreensão do assunto por parte do público pode ser dificultada quando a fonte impede o acesso à informação clara e objetiva, como é o caso de certas instituições ou empresas que, a fim de não se comprometerem, passam informações incompletas e confusas justamente para que elas permaneçam alheias ao conhecimento da população. Esse fato encontra embasamento nos conceitos de Indústria Cultural analisados por Adorno e Horkheimer acerca da lógica de mercado a qual a cultura está inserida, retirando-lhe sua essência e reduzindo-a a mera produção estandardizada e em larga escala. Se por cultura define-se toda e qualquer forma de expressão humana, a comunicação e o jornalismo assumem uma relação direta para com ela. Nesse contexto, a informação manifesta, portanto, a condição de mercadoria regida pelo capitalismo, isto é; aquilo que é transmitido nem sempre é o que mais possui relevância perante a sociedade, mas sim aquilo que é comerciável, resultando em audiência e, conseqüentemente, em lucro. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985)

Há, ainda, outra questão a ser considerada no quesito da compreensão efetiva daquilo o que é veiculado pelo jornalismo especializado em uma determinada área: o grau de instrução e de conhecimento prévio sobre o assunto por parte do leitor. Segundo o censo³ avaliador do desempenho escolar dos países realizado em 2015 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, o Brasil ocupa a 35ª posição em um Ranking de 36 países. A pesquisa avaliou a compreensão de alunos em fase de conclusão do ensino fundamental, na faixa etária em torno dos 15 anos, acerca de conhecimentos nas áreas de matemática, leitura e ciências e o resultado obtido pelos alunos brasileiros foi de 395 pontos, enquanto a média dos alunos entrevistados pela OCDE foi de 486 pontos. Isto posto, torna-se

² A manutenção da realidade fidedigna dos fatos é a espinha dorsal do jornalismo. Assim, uma notícia somente poderá ser caracterizada como notícia quando o ocorrido for capaz de constituir um fato real, concreto e não fictício, apresentando dados comprovados por fontes. Nesse contexto, diferencia-se o signo notícia do termo Fake News, isto é; “notícias falsas”, a qual define-se pela disseminação de conteúdos falsos, fictícios ou de conteúdos atribuídos à autoria de outrem que não aquele autor em questão, fenômeno que encontrou oportunidade de propagação na era da internet e das mídias digitais.

³ Pesquisa realizada pela OCDE e veiculada pela VEJA, disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/education-pt/>. Acesso em 14/05/2019

evidente a constatação da precariedade do nível educacional do Brasil. Sob essa ótica, pode-se afirmar que o jornalismo especializado enfrenta uma dificuldade ainda maior, pois, além da deficiência majoritária da população em relação ao grau de discernimento, ele lida com uma tradução ainda mais específica, redobrando seus esforços para se tornar compreensível por uma parcela significativa. O jornalismo econômico é um exemplo claro desse entrave, responsabilizando-se por um maior empenho no quesito tradução dos jargões comuns a essa área para uma linguagem mais acessível.

2.3 Jornalismo especializado em economia

O jornalismo voltado à explicação dos processos econômicos surgiu da necessidade de obtenção de informação sobre essa área frente a uma situação caótica pela qual passava o Brasil, em uma época de crise da democracia e da política. A ditadura civil-militar, instituída em 1964, trouxe consigo uma série de polêmicas acerca do rumo das políticas públicas, o que culminou na abertura de editorias específicas pelos noticiários para tratar sobre essas problemáticas, as quais ocupavam o topo da agenda pública no momento.

Nesse contexto de regência de exceção, o jornalismo econômico ganhou, portanto, suas primeiras edições, pautado desde o princípio em uma linguagem fortemente intrincada. Tal complexidade, quase que intrínseca a essa área, pode ser explicada devido ao período de seu surgimento, uma vez que, neste o veto das informações era símbolo primordial do discurso autoritário, no qual não era conveniente informar, de fato, a população, mas sim persuadi-la e mantê-la informada somente a respeito daquilo que fosse capaz de enaltecer o governo. De acordo com a jornalista Luciana Seabra Resende Castro Corrêa:

Durante a década de 70, surgem as editorias de economia e, com essa nova estrutura, o jargão econômico. O jargão, de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, é a 'gíria profissional'. Ou seja, é uma forma de especialistas se comunicarem e, portanto, não deveria ser usada na relação entre jornalistas e público. Mas o contexto em que o jornalismo econômico nasce no Brasil é propício a uma cobertura pouco explicativa. De acordo com Quintão, a ditadura 'constrói um discurso ideológico sustentado numa linguagem hermética e academicista. (CORRÊA 2006, p.3)

Concomitantemente ao período da ditadura civil-militar, o Brasil experienciou uma fase positiva na economia, na qual o PIB chegou a registrar um aumento anual de 11%, além da manutenção da inflação sob controle, girando em torno de 20% no acumulado de um ano. O cenário em questão se trata do chamado "milagre econômico", que ocorreu por volta do ano de

1968 e perdurou até meados de 1973. Este plano de crescimento econômico foi idealizado ainda no governo de Castelo Branco, porém, atingiu seu ápice somente durante a gestão de Emílio Médici. O plano consistiu em um forte investimento no setor industrial, em especial nas indústrias petrolíferas, siderúrgicas, de energia e de comunicação; no incentivo às exportações; na abertura do país aos investimentos de capital estrangeiro e em inúmeras reformas institucionais, como fiscal, tributária e financeira. (LENE 2013)

Sob esse contexto de prosperidade econômica, surge uma demanda mais intensa pela cobertura jornalística, a fim de se noticiar todos os progressos que o país estava vivendo no âmbito da economia, embora tal fase positiva tenha sido momentânea. Assim, a mídia, que ainda se encontrava subordinada ao Estado, passou a retratar o cenário econômico com maior frequência, visto que a repercussão das notícias acerca do desenvolvimento da economia brasileira seria favorável à imagem do governo, o que, conseqüentemente, poderia aumentar a aprovação popular ao regime imposto. Além disso, os militares responsáveis pela regência do país à época enxergaram no noticiário econômico uma oportunidade de distrair a mídia, a qual pautava fortemente as questões políticas, devido ao período conturbado pelo qual o país passava e à necessidade de reportar tais acontecimentos à sociedade. A estratégia de manter a imprensa ocupada com a cobertura do milagre econômico brasileiro era tudo o que o governo precisava naquele momento: bloquear, o máximo possível, a transmissão de informações acerca das articulações políticas, a fim de não abrir margem à contestação do regime por parte da população e sua possível revolta.

A ditadura civil-militar foi perdendo força na medida em que os aliados do sistema foram se afastando, o que abriu espaço para a posse de governos mais flexíveis, quando comparados às regências de extrema repressão da chamada “linha-dura”. Assim, em 1974 Ernesto Geisel é empossado como o quarto presidente do período militar, o qual, logo nos primeiros meses de administração, enfrentou uma fase crítica da economia brasileira devido ao fim do milagre econômico e à crise internacional do petróleo, fatores que, juntos, acarretaram na elevação das taxas de juros e na redução do acesso ao crédito bancário. Tais impasses abalaram, em partes, as estruturas do governo Geisel sem, no entanto, impedi-lo de colocar em prática políticas progressistas que, aos poucos, iriam romper com o regime militar. Dessa forma, Geisel deu início ao processo de abertura político-econômica, a qual visava afastar dos órgãos institucionais os militares afinados com a linha dura. Esta postura do governo agradou a burguesia da época, visto que esta já arquitetava um plano de ruptura com a estatização comum ao regime de cunho militar, a fim de implantar no Brasil o neoliberalismo econômico.

É neste cenário de retomada da democracia, mesmo que a passos lentos, que a imprensa do país reconquista sua liberdade, quando em 1975 é suspensa a censura midiática. A partir desta data, tem-se o início de uma fase importante para o jornalismo no Brasil, em que a Grande Imprensa, até então alinhada com a política editorial do Estado, passa a se diluir em um contexto de liberdade, dando margem ao surgimento de jornais alternativos, cada vez mais críticos, comprometidos com a divulgação dos fatos e aversos à censura.

Dessa forma, jornais de peso para o país passam a retomar o controle absoluto sobre suas redações, bem como sobre as informações transmitidas. São os casos dos jornais O Estado de S. Paulo, Estadão, e Folha de S. Paulo, os quais correspondem aos jornais com as maiores tiragens do país. Após o sucesso das publicações voltadas à explicação do cenário econômico, o mercado jornalístico apostou na criação de veículos especializados no assunto.

Assim, nasce, em maio de 2000, o jornal Valor Econômico, resultante de uma parceria firmada entre a Folha de S. Paulo e o grupo Globo. À época, a publicação, hoje controlada apenas pelo grupo Globo, surgiu para concorrer diretamente com o periódico Gazeta Mercantil, um jornal tradicional que tinha como foco de suas pautas o mercado e a economia brasileira, desde 1920, ano de sua criação. O terceiro jornal referência em economia desde os primórdios do jornalismo de economia no Brasil é o *Jornal do Commercio*, o qual iniciou sua trajetória em 1824 ainda sob o nome Diário Mercantil e sob a responsabilidade de ser o jornal mais antigo da América Latina. Em 1959, foi adquirido pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand e em 2005 expandiu suas filiais para São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, passando, então, a ser um forte concorrente do Valor Econômico e da Gazeta Mercantil. Dos 3 jornais, apenas o Valor Econômico permanece ativo no mercado jornalístico até os dias atuais, enquanto a Gazeta Mercantil encerrou suas atividades em 2009 e o Jornal do Comércio em 2016.

Se por um lado houve a morte de jornais especializados em economia ao longo dos anos, por outro lado houve o surgimento de inúmeros outros, hoje todos em convergência para a plataforma digital. São os casos de sites segmentados, com foco em notícias acerca da macroeconomia e de investimentos, incluindo os blogs dos próprios bancos e corretoras que, agora, também produzem conteúdos e análises de mercado, a fim de tornarem seus serviços mais completos e práticos aos clientes que visitam o site para realizar uma determinada ação. Dessa forma, o jornalismo de economia no Brasil dispõe da atuação de diversos veículos especializados no assunto, como o renomado Valor Econômico; os jornais digitais InfoMoney, MoneyTimes, Seu Dinheiro e The Capital Advisor; e blogs de grandes corretoras, como XP Investimentos, Toro Radar e Rico Investimentos. Além dos veículos especializados em economia, pode-se citar ainda os jornais tradicionais que contam com a produção de seções

específicas para abordar os acontecimentos acerca da economia e do universo financeiro, como a Folha de S.Paulo, Estadão, Uol, O Globo, Exame, Veja, CNN, dentre outras empresas.

O jornalista econômico funciona como uma ponte entre o economista e o público. Assim, esse profissional assume uma dupla função: a de economista, quando ele deve utilizar-se de todo o seu conhecimento para compreender o assunto e estabelecer contato com a fonte; e a função de leitor, quando ele pensa em como poderia transformar suas constatações em palavras, a fim de que as pessoas em casa também fossem capazes de entender. Contudo, o jornalista especializado em economia deve ir além de somente transmitir a mensagem de forma traduzida e compreensível. Ele deve, ainda, cumprir o papel de torná-la útil ao público, isto é; fazer o espectador trazê-la para sua realidade, seu dia a dia e, efetivamente, colocá-la em prática, visto que a economia se faz presente de inúmeras formas na vida dos cidadãos. Assim, é possível admitir o caráter pedagógico do jornalismo econômico em educar o leitor financeiramente, repassando-lhe os dados que o interessa, como as taxas de juros para crédito, financiamento da casa própria, compra do primeiro carro, aposentadoria, entre outros serviços que são de suma importância no cotidiano do consumidor.

Conforme analisa a jornalista e escritora Suely Caldas:

Foi por conservadorismo, preconceito, má-fé ou mesmo por pura preguiça, que difundiu-se um mito segundo o qual as páginas de economia dos jornais só interessam e são entendidas por circunspectos senhores de paletó e gravata, sejam eles economistas, executivos, empresários, técnicos do governo ou profissionais do mercado financeiro. O que, de modo algum, é verdade. O que para muitos pode parecer apenas um código cifrado, um emaranhado hermético de gráficos e números destinado apenas à leitura de iluminados e especialistas, é de fato um guia de sobrevivência indispensável para nossa vida cotidiana: é lá que estão as notícias sobre juros e inflação, tarifas públicas e aluguel, golpes e trambiques, sobre o preço da carne e do feijão, o emprego perdido e o salário reduzido. (CALDAS 2003, p.1)

Tendo em vista tal aspecto, pode-se afirmar que o jornalista tem papel fundamental na tradução da mensagem, uma vez que cabe a ele a redação das informações que devem chegar ao leitor de forma clara, contribuindo para a democratização do conhecimento em detrimento da segmentação. Para isso, é necessário que o profissional invista no estudo aprofundado acerca do tema que será tratado, a fim de evitar uma tradução de baixa qualidade ou, até mesmo, uma mera repetição do jargão utilizado pela fonte que concedeu a informação.

É preciso reconhecer que quem por vezes pode tornar o jornalismo econômico difícil e chato é o próprio jornalista. Isso ocorre quando o repórter ouve das suas fontes de informação uma série de explicações técnicas, um amontoado de expressões específicas (muitas em inglês), que realmente bem poucos entendem (às

vezes, nem mesmo ele, repórter), e se limita a transcrevê-las nesse mesmo jargão, o chamado "economês". O jornalista age, assim, como mero papagaio que insiste em imitar o dono." (CALDAS 2003, p.1)

Circula, no meio acadêmico e entre grandes analistas da comunicação, uma dura crítica ao jornalismo especializado em economia e esta é passível de compreender a difusão de um discurso fortemente complexo e pouco abrangente. O jornalismo econômico, bem como as outras segmentações do jornalismo, foge ao princípio da imparcialidade, visto que não há como negar os juízos de valor, implícitos na notícia de alguma forma. Logo, o jornalismo está condicionado a um viés ideológico, contando a história sob um determinado ponto de vista. Uma dessas ideologias que encontrou respaldo no jornalismo econômico foi a teoria econômica neoliberal, a qual teve como principal expoente a Escola de Chicago⁴ a partir do século XX.

O neoliberalismo, por sua vez, pode ser compreendido como uma autorregulação do mercado, pautado pelas condições que a própria economia possui para voltar ao equilíbrio, sem demandar, portanto, esforços demasiados do governo, o que convencionou-se chamar de lei do Estado Mínimo. Esta, por sua vez, prevê uma intervenção limitada na economia, a fim de regular estritamente a concorrência, de acordo com um dos principais vetores dessa ideologia, Friedrich August Von Hayek, o vencedor do prêmio Nobel de economia de 1974. (HAYEK, 1987)

A partir dos princípios prescritos e amplamente difundidos pela Escola de Chicago, a política econômica do neoliberalismo passa a ser adotada pelas nações mundo afora, chegando também à América Latina. Um dos primeiros países latinos a aderir à política foi o Chile, durante a ditadura civil-militar comandada por Pinochet, em meados de 1974. Os economistas adeptos da política no país ficaram popularmente conhecidos como "Chicago Boys", nome dado para fazer referência aos jovens economistas que foram bolsistas e completaram a formação na Universidade de Chicago, os quais tornaram-se os principais vetores de disseminação da ideologia na América Latina.

Após a difusão dos princípios pregados pela cartilha neoliberalista, como as privatizações em massa, a abertura para o mercado externo, a diminuição de políticas sociais assistenciais e a chegada de empresas multi e transnacionais aos países latinos, as nações sul

⁴ A Escola de Chicago transcende o nome de uma cidade dos Estados Unidos para atingir a conotação da universidade mais respeitada do mundo no quesito economia, somando 21 prêmios Nobel. A universidade reúne grandes expoentes do pensamento neoliberal, dos quais destaca-se Milton Friedman que conquistou seu Nobel em 1976

americanas viveram sucessivos períodos de crise e desestabilização político-econômica, tendo como principais consequências a explosão da hiperinflação e do endividamento estatal. Em meio a este cenário caótico, fora organizada uma reunião para discutir medidas e possíveis saídas capazes de reformular a estrutura fiscal desses países e, conseqüentemente, mitigar os impactos da crise econômica que pairava pelas nações latinas.

Esta reunião fora realizada, em 1989, na capital estadunidense, Washington DC, e contou com a participação de importantes instituições, como membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Central estadunidense, o Federal Reserve (FED), além da participação de autoridades dos ministérios econômicos dos países que constituem o G7, grupo que reúne as sete maiores economias do mundo. A conferência ficou mundialmente conhecida como Consenso de Washington, que, posteriormente, se consolidou como uma cartilha que reúne os preceitos neoliberais, legitimando a ideologia na América Latina.

[...] Com o objetivo de explicar o que é o neoliberalismo, optamos por expor as ideias centrais do Consenso de Washington. Isto porque, apesar de certos países já estarem adotando políticas liberalizantes, como o Chile, o Consenso de Washington foi o documento que centralizou a explicação do que é e como se aplicam as políticas neoliberais nos países periféricos, sendo o documento que consolidou o neoliberalismo na região e fundamentou a estratégia neoliberal no Brasil. (VAZ, V. R. C.; MERLO, E. M. 2020, p. 38)

O Consenso de Washington, assim denominado pelo economista inglês John Williamson, elegeu uma série de medidas econômicas que, durante muito tempo, constituíram a base da economia de muitos países mundo afora. Dentre as políticas neoliberais desenvolvidas durante a conferência, pode-se citar os 10 preceitos principais, que são:

- 1) **Reforma tributária:** com o objetivo de diminuir os impostos pagos por grandes empresas e instituições, a fim de que estas pudessem aumentar seus lucros e, conseqüentemente, gerar resultados positivos para a economia.
- 2) **Abertura comercial:** incentivo dado às importações e exportações por meio da redução das taxas alfandegárias.
- 3) **Política de privatizações:** transferir o controle de empresas estatais para a iniciativa privada, com o objetivo de reduzir a ação estatal sobre a economia e os conseqüentes gastos que o estado possuía para gerenciar tais instituições.

- 4) **Redução fiscal do Estado:** com o objetivo de reduzir ao máximo os gastos estatais, implantou-se uma política de corte em massa dos funcionários públicos e terceirização de serviços, enxugando a máquina pública.
- 5) **Manutenção de taxas de câmbio competitivas:** a fim de proporcionar um aumento no volume de importações e exportações, foi necessário equipar o real a outras moedas de grande importância, como o dólar e o euro. Ao assumir uma posição de equivalência, as taxas cambiais são reduzidas no momento de conversão de uma moeda para outra e, com isso, as movimentações estrangeiras se tornam mais atraentes.
- 6) **Reordenamento das prioridades dos gastos públicos:** como um dos pilares centrais do neoliberalismo é a redução dos gastos públicos, definir as prioridades de investimento nas políticas públicas do momento se fazem essenciais para controlar os custos e manter as rédeas sobre o teto de gastos.
- 7) **Proteção à propriedade intelectual:** medida que consiste na regulamentação das produções artísticas, literárias e científicas, de modo a reconhecer e conceder os devidos créditos, por direito, aos autores da ideia. Tal política visa preservar as produções nacionais frente à competição do mercado, impedindo a apropriação de obras e produções por outros países ou empresas estrangeiras.
- 8) **Desregulamentação da economia:** medida que tem o objetivo de eliminar leis e barreiras relativas à atividade financeira, principalmente em relação ao sistema bancário. Essa política incentiva o ingresso de empresas e investidores no mercado, tornando-o mais competitivo.
- 9) **Atração de investimentos estrangeiros:** a fim de movimentar a economia do país e torná-la competitiva frente ao mercado externo, a atração de investimentos estrangeiros em um país se faz essencial para a injeção de capital na economia local, seja por meio de investimentos diretos ou por meio da entrada de empresas estrangeiras no país.
- 10) **Disciplina Fiscal:** política que tem como foco central limitar os gastos públicos aos recursos arrecadados por meio de impostos. Dessa forma, a partir da redução dos gastos públicos, a arrecadação se torna suficiente para quitar as contas, reduzindo o déficit público.

Em linhas gerais, o Consenso de Washington foi responsável por introduzir os ideais liberais nos países periféricos, levando-os dos países precursores da ideologia, concebidos na figura das elites econômicas e detentoras do capital simbólico à época, aos países ainda em fase de desenvolvimento e expansão. A partir da disseminação das políticas liberais mundo afora, muitas nações latino-americanas passaram a incorporá-las e, no Brasil, não foi diferente.

O neoliberalismo econômico ganhou expressão no Brasil a partir do ano de 1990, inicialmente com a gestão de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Dentre as principais políticas adotadas estão as privatizações das estatais, incorporações de empresas por companhias estrangeiras e a redução de programas sociais de financiamento estatal. Com a implantação de tais medidas, as consequências não tardaram a aparecer e, em pouco tempo, o país assistiu a uma série de mudanças na estrutura econômica-social, como a redução do salário mínimo, o que provocou o crescimento das disparidades entre a mão de obra qualificada e não qualificada, aumento dos bolsões de pobreza e insegurança alimentar e o aumento da dívida externa, a qual ganhou espaço após as iniciativas de redução da inflação.

A exemplo do cenário de explosão das desigualdades sociais, tem-se o aumento do desemprego, o qual subiu cerca de 8% entre os anos de 1990 e 1992. Além disso, a crise econômica fora ainda mais agravada pelo déficit da balança comercial, visto que a abertura econômica favoreceu as importações em detrimento das exportações. Assim, o país passou a comprar mais do que vender e, conseqüentemente, passou a dever mais do que lucrar, aumentando a dívida externa. De acordo com o artigo que discorre sobre o Consenso de Washington no Brasil, dos autores Vinicius Vaz e Edgard Merlo, a dívida externa pública do Brasil havia sido estimada em R\$ 54 bilhões em 1994, número que saltou para R\$ 550 bilhões nos anos 2000, isto é, em apenas seis anos a dívida brasileira cresceu mais de 10 vezes. (VAZ, V. R. C.; MERLO, E. M. 2020)

Uma das políticas neoliberais mais aplicadas pelos governos brasileiros foi a privatização das empresas de domínio estatal, a fim de diminuir o controle do Estado sobre o mercado, enxugar a máquina pública e reduzir os gastos públicos. Para isso, muitas companhias estatais foram vendidas à iniciativa privada e ao mercado estrangeiro, o que fez com que o controle estrangeiro de empresas brasileiras saltasse de 37,5% para 45% durante a década de 90. Segundo os autores Vinicius Vaz e Edgard Merlo, das 14 empresas de controle público que existiam no país na década de 80, seis foram privatizadas até 1999. (VAZ, V. R. C.; MERLO, E. M. 2020)

Dessa forma, a política neoliberal que, aos poucos, fora ganhando força no Brasil fez com que mais de 100 empresas brasileiras fossem privatizadas entre 1990 e 2005. Um dos primeiros e maiores casos de privatização no país ocorreu em 1991 a partir da venda da empresa siderúrgica Usiminas, localizada em Ipatinga, em Minas Gerais. Com o leilão, o grupo Gerdau adquiriu a maior parte das ações da siderúrgica. Após o início da era das privatizações, outras grandes empresas foram vendidas à iniciativa privada, como a Companhia Siderúrgica

Nacional (CSN), a AçoMinas, a Telebrás, a EletroPaulo, a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), a Embraer, dentre tantas outras.

Já o caso mais polêmico de venda de estatais se deu a partir da privatização da mineradora Vale, antiga Vale do Rio Doce, em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. As desconfianças que giraram em torno do caso se devem à forma como ocorreu o processo de privatização da empresa, a começar pelo preço de venda. De acordo com arquivos históricos, a empresa fora vendida por US\$ 3,3 bilhões e incorporada, em grande parte, pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), do empresário Benjamin Steinbruch (LOBATO, 1997). Contudo, as avaliações mercadológicas acerca da empresa revelam que o valor pela qual a empresa foi arrematada representa menos de um quarto do capital social, avaliado à época em mais de 100 bilhões de reais, isto é, preço bem abaixo do ideal para venda.

Outra irregularidade que fora constatada no processo de privatização da maior exploradora de minério de ferro do mundo foi em relação à elaboração do edital que leiloou a empresa há mais de 24 anos. Outra empresa que obteve grande participação nas ações da Vale foi o banco Bradesco, o qual foi responsável por comprar cerca de 32% da companhia à época. Entretanto, o grupo Bradesco havia sido um dos elaboradores do edital de venda da empresa, fator considerado inconstitucional, visto que uma empresa que participa ativamente do processo de elaboração das condições de privatização de uma estatal não pode vir a comprar ações da mesma futuramente.

Além disso, fora realizada uma consulta popular acerca da venda da estatal à época, o chamado plebiscito. O resultado do júri popular se mostrou contrário à venda da estatal, sob as premissas de que a empresa passaria a ter como foco o mercado externo, investindo massivamente em exportações, em detrimento da contribuição para a industrialização brasileira, além da redução na oferta de empregos à população. Mesmo com a desaprovação popular, o processo de venda da estatal foi adiante, se consolidando em 1997 e ignorando o voto de toda uma nação.

Em linhas gerais, os governos que sucederam o ano de criação do Consenso de Washington foram, aos poucos, incorporando as políticas legitimadas pelo acordo e, com isso, consolidando determinados ideais liberais adotados, até mesmo, por gestões atuais. A exemplo de traços neoliberais no governo vigente de Jair Bolsonaro (sem partido), pode-se citar as novas tentativas de privatização da estatal de fretes e logística Correios, a redução de inúmeros benefícios sociais e a extinção do Bolsa Família a partir da criação do Auxílio Brasil, que propõe uma junção de antigos benefícios em um único, o corte de verbas às universidades públicas do país e aos fundos de financiamento de pesquisas, como Fapesp, Capes e CNPq;

além da recente reforma previdenciária, que elevou a quantidade de anos de contribuição até que o trabalhador tenha direito à aposentadoria, e a reforma tributária que “enxugou” a quantidade de impostos pagos pela população a partir do aumento das alíquotas dos principais impostos, dentre outras inúmeras medidas que refletem as políticas neoliberais.

Com base na definição do neoliberalismo e na compreensão do que foi o Consenso de Washington, critica-se a tendência que o jornalismo de finanças apresenta ao ser perpassado pelo neoliberalismo. O ex-jornalista e escritor Bernardo Kucinski assinala que o jornalismo econômico usufrui, por vezes, da ideologia neoliberal em relação à estratégia de retirar do governo a responsabilidade sobre os aspectos econômicos, transferindo-a única e exclusivamente ao mercado financeiro, o que pode figurar um discurso sedutor à população, acerca da maior concentração de esforços dada pelo Estado às políticas públicas de promoção do bem-estar social. Assim, essa especialidade do jornalismo ganha uma conotação negativa, na visão do escritor, ao reproduzir um discurso que, porventura, tenha a intenção proposital de não se fazer compreender, conforme observado no seguinte trecho:

“O jornalismo econômico, veículo por excelência dessa nova ideologia (neoliberalismo), tornou-se o principal agendador do debate político. Assim, a disfunção da sua linguagem talvez tenha uma função ideológica. Um jornalismo que não se propõe a explicar e sim a seduzir.” (KUCINSKI 2000, p.168)

Por fim, atribui-se ao jornalismo mais uma responsabilidade no momento de produção da informação: a definição do público alvo. Bem como toda profissão que envolve comunicação com o receptor final da mensagem, o jornalista deve reconhecer a quem ele está se dirigindo, a fim de compreender como lidar com o público em questão, a partir da delimitação dos limites do uso da linguagem técnica. Para isso, torna-se essencial a definição do perfil do leitor, buscando entender quais são suas características, como faixa etária, gênero, classe social, entre outras. Dessa forma, a produção da mensagem se torna otimizada e eficaz, uma vez que ela é capaz de satisfazer as necessidades de consumo do receptor, contribuindo com a democratização do conhecimento em detrimento da elitização.

3. Objetivos

3.1 Analisar o contexto pandêmico e seus reflexos sobre a economia brasileira

Pesquisar e analisar quais são os efeitos da crise econômica deflagrada pela pandemia de Covid-19 sobre a classe dos micro e pequenos empreendedores no Brasil. Para isso, o estudo

se debruçou sobre a veiculação de notícias pelo jornal Folha de S. Paulo envolvendo as dificuldades enfrentadas e os auxílios de origem pública que foram concedidos à classe, durante a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, a qual demandou medidas restritivas quanto ao funcionamento das atividades econômicas, principalmente, em relação ao comércio e ao setor de serviços. Vale ressaltar que a escolha do jornal em questão se deu pelo fato de que se trata de um veículo tradicional no país, sendo sua versão digital a segunda mais lida do Brasil em 2020, de acordo com dados da Comscore, empresa de referência mundial na análise de tráfego de conteúdos na internet.

3.2 Analisar a situação de micro e pequenas empresas durante a pandemia no Brasil

Definiu-se o objetivo central deste estudo, o qual buscou analisar, de forma dedutiva, como se desenvolveu a situação financeira das empresas de micro e pequeno porte no Brasil desde o início da pandemia no país, que data de março de 2020, até dezembro deste mesmo ano, que corresponde ao final do quarto trimestre do ano, a fim de que se obtenha maior precisão nas comparações estatísticas quanto aos desempenhos dos índices macroeconômicos e dos balanços financeiros das empresas. Para isso, a situação das empresas de tais naturezas jurídicas foi analisada a partir de pesquisas, entrevistas e de notícias veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo. A análise tomou como referência as perspectivas traçadas pelo colunista da Folha especializado em crítica político-econômica, Vinicius Torres, para embasar a opinião política, de acordo com as condutas tomadas pelo governo diante da grave crise tripla que se instalou no país.

Para avaliar a situação das micro e pequenas empresas durante o período da crise do coronavírus no Brasil foram realizadas pesquisas a censos e levantamentos divulgados por órgãos governamentais, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Sebrae. Além disso, o estudo buscou o embasamento de suas premissas em entrevistas com economistas e com a proprietária de uma pequena empresa, a fim de realizar um estudo de caso com essa persona que representa a categoria para identificar de quais maneiras seu negócio foi afetado, a quais alternativas esse empreendedor recorreu, como superou a crise, se houve redução no quadro de funcionários, dentre outros fatores.

4. Justificativa

Tendo em vista a grave crise sanitária e econômica que a pandemia do novo coronavírus provocou mundo afora, constatou-se a relevância do período em questão para realizar-se uma análise macroeconômica do cenário mundial e, posteriormente, da conjuntura brasileira, com foco no impacto sofrido pelas micro e pequenas empresas.

Após o decreto de pandemia informado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), os governos de inúmeros países passaram a adotar medidas de restrição social para conter a disseminação do vírus e a consequente explosão no número de mortes pela doença, além do colapso do sistema de saúde, devido ao alto número de hospitalizados. No Brasil, a situação não foi diferente, o que submeteu o país à paralisação completa de todas as atividades consideradas não essenciais, as quais fazem referência à alimentação, higiene pessoal e limpeza, serviços de saúde, indústrias, construção civil e serviços de manutenção. A suspensão das atividades econômicas levou mais tempo do que o esperado, já que a doença se desenvolvia em uma crescente, pois ainda não haviam disponíveis vacinas ou remédios capazes de frear o contágio.

Assim, a paralisação de praticamente todos os setores da economia não permaneceu por apenas dias ou semanas, mas perdurou por meses consecutivos, fazendo com que muitas empresas não fossem capazes de suportar tanto tempo com as portas fechadas e com queda drástica no lucro. Levando em consideração que o país, à época da eclosão da pandemia, ainda estava se recuperando de uma crise financeira vivida entre 2014 e 2016, segundo economistas, o colapso humanitário do coronavírus levou o Brasil a mais uma grave crise, a qual pode ser considerada tríplice. Dessa forma, as três crises concomitantes podem ser compreendidas pela situação sanitária provocada pelo próprio vírus, que levou muitos brasileiros à morte, pela crise econômica instalada a partir da paralisação das atividades financeiras e pela crise política gerada pela polarização da sociedade e dos representantes do povo no poder, em relação à condução da pandemia no país, a qual dividiu opiniões e gerou tensões e protestos Brasil afora.

Nesse contexto, compreende-se que todos os setores econômicos sofreram quedas em seus faturamentos, visto que a demanda por produtos e serviços foi reduzida drasticamente devido ao receio de consumo da população, o qual se deve às incertezas de uma crise sem data prevista para acabar. Embora alguns segmentos tenham sentido os impactos da crise com mais intensidade, quando comparados a outros, é possível afirmar-se que as empresas de micro e pequeno porte de todos os setores sofreram demasiadamente, de maneira geral. Tal fato se deve à fragilidade da estrutura dessas empresas frente àquelas que dominam o setor e aos

conglomerados que formam sólidos oligopólios, gerando uma força desproporcional na livre concorrência do mercado.

Dessa forma, o país se viu mergulhado em uma profunda recessão antes mesmo da doença atingir o ápice de casos e mortes, visto que o auge da crise sanitária só fora alcançado entre março e maio de 2021, quando o país chegou a registrar mais de 4 mil mortes pelo vírus por dia. No entanto, os impactos da pandemia sobre a economia foram mais drásticos durante o ano de 2020, pois, como este marcou o primeiro ano da doença no mundo, as consequências desencadeadas acabaram assustando o mercado com mais intensidade em um primeiro momento, até que o “novo normal” fosse estabelecido e as atividades econômicas passassem a conviver com as restrições exigidas pela doença, cenário que só se concretizou, de fato, em 2021.

Com tamanha incerteza rondando o mercado devido à suspensão das atividades econômicas durante vários meses de 2020 e sem previsão de retomada dos serviços, o Brasil foi de mal a pior em diversos setores, registrando recordes de pior desempenho de muitos índices, como o Bovespa, que despencou da casa dos 119 mil pontos e atingiu os 63 mil pontos em uma queda histórica de mais de 40%. Ademais, de acordo com o IBGE, a economia brasileira retraiu 4,1% em 2020, na comparação com o desempenho registrado em 2019, além de a taxa de desemprego ter alcançado a marca de 13,5% no ano pandêmico, a maior registrada nos últimos 30 anos, segundo o instituto (BARROS, 2021).

Sob tal perspectiva de completo pessimismo, inúmeras empresas brasileiras foram levadas à falência devido à ausência de condições financeiras para suportar a crise que durou mais do que o esperado. Nos 12 meses de 2020, o país contabilizou o encerramento definitivo de 1,044 milhão de empresas, de acordo com um informe divulgado pelo Ministério da Economia (GOVERNO FEDERAL, 2021). Outro levantamento realizado pelo IBGE, e publicado pelo jornal Folha de S. Paulo, revelou que, somente até a primeira quinzena de junho de 2020, cerca de 716 mil empresas já haviam fechado as portas definitivamente no país, das quais 715 mil eram de pequeno porte, que empregavam até 49 funcionários. O número de pequenos negócios corresponde a 99,8% do total de falências registrado no período em questão (PAMPLONA, 2020).

A partir de tais dados constata-se a relevância do tema proposto pelo presente estudo, o qual visou desenvolver uma análise profunda acerca do impacto da crise econômica

deflagrada pela pandemia de Covid-19 sobre o setor empresarial do país, com foco nos micro e pequenos negócios, a fim de compreender quais foram as causas que levaram tantas empresas ao encerramento definitivo de suas atividades e o quão prejudicial esse cenário se torna para o Brasil.

Por fim, constata-se a importância das empresas de natureza jurídica de micro e pequeno porte para a economia do país, visto que elas são responsáveis por empregar 52% dos trabalhadores formais de todo o país, além de terem sido responsáveis por gerar 1,5 milhão de postos de trabalho formal durante a retomada gradual da economia em 2021, frente a 507 mil postos gerados pelas grandes empresas, segundo dados do Caged (MELO, 2021). Ademais, um censo também realizado pelo Sebrae, em 2018, revelou que tais empresas já são responsáveis por 30% do PIB do país, índice que faz referência à quantidade de bens e de riquezas produzidas por uma região ou nação (SEBRAE, 2018). A contribuição das micro e pequenas empresas é ainda maior caso seja analisado o PIB do setor de serviços, cuja movimentação representada pelos pequenos negócios já ultrapassa 53% de toda a produção do setor. Tal fato significa que as micro e pequenas empresas são responsáveis por mais da metade de todo o lucro e geração de bens do segmento de serviços

5. Materiais e métodos

Em primeira instância, fez-se necessária a compreensão da presente pesquisa sob sua condição de pertencimento ao campo jornalístico, o que sujeita sua produção a um conjunto de normas e técnicas comuns à área. Isso posto, afirmou-se, portanto, o desenvolvimento do estudo do objeto proposto de acordo com as fases da pesquisa presentes na obra da pesquisadora Maria Immacolata Vassallo de Lopes em sua obra “Pesquisa em comunicação”. Immacolata assinala que, “a partir do referencial teórico, e com o apoio em métodos e técnicas de pesquisa, a atividade científica não só se organiza, como também alcança seus objetivos”. (LOPES 2003, p. 11)

Neste contexto, define-se o método base para o projeto em questão, o qual consistiu em uma análise dedutiva da situação das micro e pequenas empresas durante a pandemia no Brasil, tomando como base as notícias veiculadas no jornal Folha de S. Paulo, em sua versão digital, além do olhar crítico do colunista do jornal Vinicius Torres. Para isso, o estudo analisou o contexto pandêmico, partindo de um cenário macro ou geral, como a situação da pandemia no

mundo, e caminhando para a análise particular e específica, caracterizada na figura das micro e pequenas empresas no Brasil.

Dessa forma, o trabalho propôs uma avaliação da situação das micro e pequenas empresas no Brasil durante a crise do coronavírus a partir de uma análise dedutiva em 4 fases: a primeira corresponde à análise do cenário pandêmico no mundo (macroambiente); a segunda se caracteriza pelo estudo da pandemia no Brasil e como ela afetou a economia do país (ambiente); a terceira etapa consiste na análise dos impactos gerados pela pandemia sobre o setor empresarial do país (microambiente) e a quarta e última fase, que se trata do objeto da pesquisa em questão, corresponde à análise da situação financeira das micro e pequenas empresas do país ao longo da crise instalada após a eclosão da pandemia (nanoambiente).

5.1 A eclosão da pandemia

O campo da pesquisa se estreita na medida em que o foco da análise se volta ao estudo da situação econômica das micro e pequenas empresas durante o período que compreende o início da pandemia no Brasil, março de 2020, até o final deste mesmo ano. O mês de dezembro corresponde ao fechamento do quarto trimestre de 2020, no qual é possível identificar com maior precisão as variações de índices macroeconômicos para efeitos de comparação. Assim, a análise acerca da crise econômica se limita ao ano de 2020 pois foi o ano de maior intensidade da crise, embora certos impactos tenham atingido o ápice somente em 2021, como a inflação, a crise energética e hídrica e o desemprego.

No entanto, ao longo do estudo há análises que transcendem o período estipulado, principalmente quando se trata da situação epidemiológica da pandemia no Brasil e no mundo, visto que, 2021 foi um ano decisivo para o cenário em questão em relação à explosão do número de casos e mortes pela doença no começo do ano, em âmbito global. Além disso, 2021 também se caracterizou pelo ano em que foi possível o desenvolvimento de vacinas contra o vírus, medida essencial para a contenção da pandemia em todos os países. Dessa forma, se torna indispensável citar as ocorrências desencadeadas a partir do ápice da pandemia no Brasil, atingido entre março e maio de 2021, e dos efeitos da vacinação em massa.

5.2 A pandemia no mundo, no Brasil e seus reflexos sobre a economia

Tendo em vista o cenário de recessão econômica provocado pela pandemia de Covid-19 e a crise política desencadeada a partir da condução da doença pelo governo federal que, por vezes, suscitou polêmicas que dividiram opiniões país afora, o estudo buscou compreender quais foram os principais fatores que levaram à falência em massa de empresas no Brasil, em especial as de micro e pequeno porte.

Para alcançar tal objetivo, o estudo propôs uma análise macroambiental da pandemia e seus efeitos sobre a economia em âmbito mundial, tomando como exemplo as duas maiores economias do mundo, Estados Unidos e China, respectivamente. Adiante, foi observada a situação epidemiológica no Brasil e quais foram os principais reflexos que ela suscitou na economia brasileira, do ponto de vista de uma abordagem ambiental. Em seguida, a análise mergulhou no universo empresarial do país, para identificar como as empresas sobreviveram à crise e por quais razões houveram aquelas que foram submetidas à falência, sob a perspectiva microambiental. Por fim, fez-se uma análise detalhada acerca da situação específica das empresas de micro e pequeno porte, a fim de compreender se os recursos a elas disponibilizados para superar o período crítico foram de igual proporção aos recursos obtidos pelas médias e grandes companhias, principal cenário do estudo e que faz referência à análise do nanoambiente.

Assim, tal análise detalhada do nanoambiente consistiu na verificação de três premissas: se houve assistência suficiente do governo federal à classe, por meio da disponibilização de recursos públicos sob juros mais baixos e períodos de carência para devolver o empréstimo; se houve repasse desses auxílios pelos bancos que intermediaram o acesso ao crédito e se houve reivindicação pelos micro e pequenos empresários por melhores condições para que seus negócios fossem mantidos.

5.3 Reflexos da crise sobre as micro e pequenas empresas brasileiras

Partindo do objeto do estudo, caracterizado pela análise da situação financeira de empresas de micro e pequeno porte no Brasil durante a pandemia, torna-se indispensável compreender-se as características que categorizam as empresas quanto ao porte e à natureza jurídica às quais pertencem.

Para isso, é necessário compreender as diferenças entre porte empresarial e natureza jurídica. O primeiro conceito faz referência ao tamanho de uma empresa levando em consideração apenas dois fatores: faturamento e número de funcionários. Assim, o porte

empresarial é um conceito mais simples e genérico, que não categoriza as empresas sob uma perspectiva detalhada de características jurídicas, fazendo com que seja possível reconhecer o tamanho de uma empresa de forma mais rápida e menos burocrática. Por se tratar de um conceito geral, a definição de porte empresarial não é regulamentada por lei, o que abre margem para que diferentes órgãos caracterizem os portes empresariais de inúmeras formas. Porém, tomando como base a definição do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas) Existem 6 tipos principais de porte empresarial (SEBRAE, 2019):

- **Microempreendedor Individual (MEI)** - faturamento anual de até R\$ 81 mil;
- **Microempresa (ME)** - faturamento anual acima de R\$ 81 mil e menor ou igual a R\$ 360 mil;
- **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** - faturamento anual estimado acima de R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões;
- **Média empresa** - faturamento anual acima de R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões;
- **Média-grande empresa** - faturamento entre R\$ 90 milhões e R\$ 300 milhões anuais;
- **Grande empresa** - faturamento anual superior a R\$ 300 milhões.

Conforme supracitado, o porte empresarial também pode ser definido a partir do número de funcionários que a empresa emprega. Contudo, tal definição não encontra sustentação garantida em artigos ou resoluções jurídicas, o que permite a existência de múltiplas definições. Levando em consideração a importância do Sebrae para pautar e orientar o setor empresarial no país, a classificação dos portes empresariais em relação à quantidade de empregados se dá da seguinte forma:

Figura 1: Porte empresarial segundo número de empregados

Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa (ME)	Até 9 empregados	Até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Empresa de médio porte	De 50 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados
Grandes empresas	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: SEBRAE (2013)

Já a natureza jurídica corresponde ao conjunto de características que permitem formalizar as empresas perante as classificações estabelecidas por lei, visto que as empresas nascem sob um determinado tipo de cadastramento (CNPJ). Dessa forma, o conceito de natureza jurídica abrange fatores mais complexos, como o perfil do sócio investidor, quantos são os sócios e suas contribuições na constituição do patrimônio empresarial, o valor do capital social, dentre outras características que permitem categorizá-las do ponto de vista da estrutura organizacional e do funcionamento do estabelecimento.

Assim, segundo a tabela de regulamentação de natureza jurídica emitida em 2018 pelo Concla (Comissão Nacional de Classificação), do IBGE, existem, atualmente, 28 tipos de natureza jurídica quanto às entidades empresariais, isto é, excetuando organizações sem fins lucrativos (ONGs), entidades de administração pública, cadastramento de pessoas físicas e entidades internacionais.

As 28 categorias de natureza jurídica de entidades empresariais existentes no Brasil atualmente são (IBGE, 2018):

- 201-1 - Empresa Pública
- 203-8 - Sociedade de Economia Mista
- 204-6 - Sociedade Anônima Aberta
- 205-4 - Sociedade Anônima Fechada
- 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

- 207-0 - Sociedade Empresária em Nome Coletivo
- 208-9 - Sociedade Empresária em Comandita Simples
- 209-7 - Sociedade Empresária em Comandita por Ações
- 212-7 - Sociedade em Conta de Participação
- 213-5 - Empresário (Individual)
- 214-3 - Cooperativa
- 215-1 - Consórcio de Sociedades
- 216-0 - Grupo de Sociedades
- 217-8 - Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira
- 219-4 - Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira
- 221-6 - Empresa Domiciliada no Exterior
- 222-4 - Clube/Fundo de Investimento
- 223-2 - Sociedade Simples Pura
- 224-0 - Sociedade Simples Limitada
- 225-9 - Sociedade Simples em Nome Coletivo
- 226-7 - Sociedade Simples em Comandita Simples
- 227-5 - Empresa Binacional
- 228-3 - Consórcio de Empregadores
- 229-1 - Consórcio Simples
- 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
- 231-3 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)
- 232-1 – Sociedade Unipessoal de Advogados
- 233-0 – Cooperativas de Consumo

Outra característica que vale a ressalva é a questão da possibilidade de readequação da natureza jurídica, ou seja, uma empresa pode nascer sob um determinado tipo de CNPJ e esse cadastramento pode ser alterado conforme a empresa cresce e apresenta mudanças na estrutura organizacional, caso exceda o piso de faturamento estipulado para aquela determinada natureza jurídica, em caso de contratação de funcionários acima do limite previsto na antiga categoria, admissão de sócios ao longo da trajetória da empresa, abertura de capital para comercialização de ações em bolsa de valores, dentre outros fatores fundamentais para a categorização da natureza jurídica.

Além dos fatores já citados para a caracterização do porte empresarial e da natureza jurídica, existem uma série de outros elementos que diferenciam as empresas e suas respectivas

categorias, como o nível de tecnologia que dispõem e as condições para acesso ao crédito. Tais fatores também não se encontram esclarecidos por lei, mas são indispensáveis para a análise das múltiplas classificações existentes.

Assim, quanto maior for o capital de giro e o lucro de uma empresa, mais acesso à tecnologia ela terá, pois o capital permite com que ela invista em estrutura, maquinário e sistemas operacionais capazes de otimizar a produção ou o serviço que o estabelecimento oferece. Enquanto isso, empresas que possuem uma reserva em caixa menor e que lucram menos, conseqüentemente, não apresentam grau tecnológico altamente desenvolvido, visto que a tecnologia tem custos elevados, principalmente quando ela é importada de outros países, levando essas empresas à adoção de sistemas operacionais mais tradicionais e analógicos, que demandam menos recursos, em detrimento dos meios digitais.

Por fim, pode-se citar a questão do crédito ao qual as empresas podem recorrer para categorizar os portes empresariais, visto que os bancos concedem recursos em conformidade com o capital que a empresa dispõe, com o faturamento anual e com o histórico de relações para com seus clientes e fornecedores. Para exemplificar tal cenário, pode-se citar o Pronampe, programa criado em 2020 para mitigar os efeitos da pandemia sobre as micro e pequenas empresas, o qual adotou como critério para a concessão do crédito o montante equivalente a 30% da receita anual registrada no ano anterior (2019) para empresas que possuem faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões. Dessa forma, a empresa que registrou um faturamento anual igual ao limite mínimo estipulado pelo programa pôde tomar um empréstimo de até R\$ 108 mil, enquanto as empresas que registraram, em 2019, um faturamento igual ao limite máximo estipulado puderam receber até R\$ 1,4 milhão, ou seja, um montante quase 13 vezes maior do que as empresas que faturam o mínimo de R\$ 360 mil.

Em linhas gerais, compreende-se as principais características capazes de diferenciar e categorizar as empresas quanto aos portes empresariais e às naturezas jurídicas existentes na regulamentação brasileira do setor. Dessa forma, para o presente estudo foram tomados como base da estrutura analítica apenas os elementos que caracterizam o porte empresarial, que, por sua vez, teve como foco da pesquisa os portes compreendidos pela Microempresa (ME) e pela Empresa de Pequeno Porte (EPP), já que ambos se referem aos pequenos empreendedores do país que são os que mais empregam formalmente e movimentam uma parcela significativa do PIB, conforme justificado no tópico anterior do estudo.

O porte empresarial referente ao Microempreendedor Individual (MEI) não fora aprofundado ao longo da análise, devido à restrição da categoria quanto à geração de empregos, visto que o MEI pode admitir somente um funcionário ou auxiliar. Além disso, os dados

referentes à parcela do PIB movimentada a partir da ação dos microempreendedores individuais, à contribuição exata para a economia e à quantidade de CNPJs desta categoria que foram encerrados durante a pandemia são muito limitados e pouco acessíveis, uma vez que os levantamentos acerca da classe não são realizados com a mesma frequência dos rastreamentos acerca dos demais portes empresariais.

Por fim, a análise das empresas quanto às naturezas jurídicas às quais pertencem também não fora detalhada, uma vez que tal classificação se faz demasiadamente complexa, pois envolve uma série de regras e leis regulamentares. Além disso, pode haver confusão teórica durante a observação, visto que empresas classificadas como pertencentes ao mesmo porte empresarial podem admitir naturezas jurídicas distintas sem, no entanto, fugir ao grupo de categorização quanto ao porte. Por exemplo, uma empresa que se enquadra na categoria de grande porte pode manter seu capital fechado com divisão de bens igual ou desigual entre os sócios cotistas, o que a encaixa na natureza jurídica de Sociedade Simples Limitada. Porém, uma outra empresa também considerada como sendo de grande porte pode abrir seu capital e admitir a comercialização de valores mobiliários em mercado de ações, permitindo a existência de sócios anônimos, em que a distribuição de bens acontece em conformidade com o valor das cotas de cada um, fazendo com que ela se enquadre na natureza jurídica de Sociedade Anônima Aberta.

5.4 A investigação jornalística na prática

A fim de que os objetivos do presente estudo fossem alcançados, os quais se referem à compreensão acerca da condição que as empresas de micro e pequeno porte foram submetidas ao longo da crise deflagrada pela pandemia, definiu-se o recorte amostral da pesquisa. Este, por sua vez, consistiu na realização de uma entrevista em profundidade com um(a) micro ou pequeno(a) empreendedor(a), sob a perspectiva de um estudo de caso, no qual buscou-se identificar as características dessa pequena empresa para compreender como se deu seu desempenho durante a pandemia, quais foram os principais impactos que a crise desencadeou, dentre outros elementos que serão melhor detalhados no tópico seguinte.

Além da entrevista em profundidade com um(a) micro ou pequeno(a) empresário(a), que representa a categoria frente ao setor empresarial do país, também foram realizadas entrevistas de apoio com especialistas das áreas de economia e empreendedorismo ao longo da pesquisa, a fim de tomá-las como base crítica para sustentar os argumentos e justificar as afirmações acerca do tema proposto.

A fim de realizar tais entrevistas, fora necessário o domínio de técnicas as quais viabilizaram o estabelecimento desse contato com as fontes. Assim, o método utilizado como base para essa prática jornalística encontra-se sob as perspectivas da jornalista Cremilda Medina em seu livro “Entrevista: o diálogo possível”. A autora afirma que "A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular" (MEDINA 1995, p. 18) isto é; a entrevista compreende a ação jornalística de buscar fundamento dos dados apresentados sob o testemunho de outrem. Para tanto, faz-se necessário, inicialmente, conquistar a confiança do entrevistado, visto que ele é o personagem da notícia, ou seja, a história é contada de acordo com a visão de mundo que ele possui, sujeitando-lhe, portanto, a contribuição ou não na ampliação e no desenvolvimento dos fatos. Nas palavras da autora, o depoimento da fonte e "sua maior ou menor comunicação está diretamente relacionada com a humanização do contato interativo". (MEDINA 1995, p. 7)

As entrevistas que foram realizadas ao longo da pesquisa se remetem ao uso de plataformas digitais e ferramentas tecnológicas. Assim, foram realizadas por videochamadas devido às barreiras físicas, em que o entrevistado se encontrava em um estado/cidade diferente da localidade da pesquisadora, e devido à pandemia, que exigiu uma série de protocolos sanitários a fim de garantir a segurança dos envolvidos no projeto.

Já em relação aos materiais utilizados em todas as fases da presente pesquisa, afirma-se que toda a bagagem teórica foi construída a partir dos conteúdos disponíveis em variadas plataformas digitais de forma gratuita, além de conteúdos exclusivos a assinantes, como no caso do acesso às notícias veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo. Assim, todas as pesquisas que foram utilizadas para embasar os argumentos acerca do objeto proposto encontram-se disponíveis na internet por órgãos governamentais, responsáveis pelo rastreamento de dados, e por instituições especializadas em censos econômicos e sociais, como o IBGE, ou instituições privadas com foco em levantamentos sobre o setor empresarial, como nos casos do Sebrae e da Boa Vista Serviços.

Dessa forma, o desenvolvimento teórico do estudo contou com a análise de dados disponibilizados em informes e relatórios produzidos por tais órgãos e instituições, além das informações obtidas por meio das entrevistas realizadas em conformidade com o trabalho de campo comum à prática da pesquisa inserida no campo jornalístico, em especial, a entrevista em profundidade que caracterizará o alicerce da observação prática para a construção dos resultados do projeto.

5.5 O estudo de caso no universo do empreendedorismo

Inicialmente, torna-se imprescindível a compreensão teórica acerca do conceito de estudo de caso e pesquisa em profundidade, para que a escolha de tais métodos científicos possa ser compreendida para analisar o tema proposto e verificar se as hipóteses se confirmam ou não e as razões pelas quais elas se sustentam ou impecedem.

O primeiro conceito faz referência a uma observação profunda de uma situação específica, única e real, por meio da coleta de dados, da realização de entrevistas ou de uma investigação detalhada sobre um determinado assunto. O campo científico caracteriza o estudo de caso como um método em que pode haver limitações, já que ele debruça-se sobre um caso particular, sem que haja uma análise generalista e macroambiental. Porém, ele também é visto como um sistema confiável e eficiente para a obtenção de resultados, pois sua característica de estudar detalhadamente uma situação proporciona conclusões teoricamente e empiricamente embasadas, podendo servir de modelo para pesquisas posteriores que trabalhem o mesmo objeto, assim diminuindo as estatísticas de erro, visto que tomar como base experiências anteriores evita-se que as falhas encontradas no caminho científico se repitam.

Dessa forma, o estudo de caso consiste em uma análise qualitativa, cujo foco é a observação de uma unidade, grupo ou situação, em detrimento do todo generalista e pouco detalhado. Além disso, tal método busca analisar experiências reais, vividas pela prática diária, transcendendo o campo das ideias exclusivamente teórico e conceitual. Por isso, o estudo de caso faz-se um método eficiente quando pretende-se estudar situações que dependem da realidade, permitindo que os objetivos do estudo obtenha resultados bem sucedidos e humanizando a análise, uma vez que a observação de um caso real proporciona um mergulho na realidade alheia, experiência essa que caracteriza a espinha dorsal do jornalismo.

O segundo conceito, caracterizado na figura da entrevista em profundidade ou semiestruturada, encontra sua definição sob a liberdade da persona entrevistada para relatar suas experiências de forma livre, conferindo suas impressões pessoais e profissionais sobre o tema que busca discorrer. Dessa forma, a entrevista em profundidade foge ao princípio da objetividade característica da cobertura jornalística diária, também chamada de hard news, pois cabe ao jornalista comandar a entrevista de forma livre, sem que haja um roteiro prévio, pouco flexível e pouco aberto às possibilidades de resposta do entrevistado. Sendo assim, a entrevista em profundidade consiste em um leque de opções de relatos cuja fonte será responsável pelo detalhamento de suas experiências, em que, quanto maior for a riqueza de informações

concedidas ao entrevistador, melhor será a história contada a partir da conversa, contribuindo para uma produção jornalística capaz de manter o rigor dos fatos, com mais qualidade, veracidade e embasamento crítico-teórico.

Neste contexto, o estudo de caso proposto, que fora trabalhado sob a perspectiva da entrevista em profundidade, visou analisar os relatos de um(a) pequeno(a) um micro empresário(a) acerca das características de seu empreendimento, as ferramentas que dispõe, o quadro de funcionários que ela emprega, a trajetória de sua performance até os dias atuais, a composição administrativa, o setor em que atua, o desempenho da concorrência, os impactos que a pandemia desencadeou sobre suas atividades, as medidas tomadas para mitigar os efeitos da crise, o desfecho dessas consequências e a expectativa de recuperação definitiva.

6. Desenvolvimento do trabalho

6.1 A pandemia no cenário global

Inicialmente, pode-se compreender as crises sociais e econômicas deflagradas pelo Covid-19 mundo afora. A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia do novo coronavírus em 11 de março de 2020, visto que à época o vírus já havia sido encontrado em circulação em todos os continentes. Após o decreto, os governos de inúmeros países passaram a tomar medidas de combate à doença, adotando o isolamento social, o fechamento das atividades não essenciais e o bloqueio das fronteiras como regras impostas a toda população.

Mesmo com medidas restritivas, muitos países registraram aumento no número de casos confirmados e mortes pela doença, principalmente durante o segundo e o terceiro trimestre de 2020, visto que, à época, o vírus era pouco conhecido pela ciência e, portanto, ainda não haviam sido desenvolvidas vacinas ou outros meios capazes de conferir imunidade contra a doença. Além disso, tinha-se pouco conhecimento sobre o comportamento do vírus no corpo humano, pois a doença se desenvolvia de formas distintas nos hospedeiros, em que alguns apresentavam sintomas leves que se assemelhavam a uma gripe comum, enquanto outros apresentavam um quadro grave, sendo necessário o auxílio de aparelhos médicos.

No entanto, o vírus se disseminou de formas diferentes pelos países, pois os fatores fundamentais para combater a doença, como a condução da situação pelas lideranças governamentais e a conduta da população, se deram de maneiras desiguais, variando de acordo com as políticas adotadas por cada nação.

A exemplo de tal prerrogativa, pode-se comparar a evolução da pandemia em diferentes países a partir do decreto da OMS de 11 de março de 2020. Para isso, observa-se os dados referentes ao número de casos e de mortes por Covid-19 nos países mais populosos da América do Sul (Brasil), da América do Norte (Estados Unidos), da Europa (Rússia) e da Ásia (China) com base no banco de dados da plataforma Our World in Data (OUR WORLD IN DATA, 2020). Para efeitos de comparação, o período escolhido foi o segundo trimestre de 2020 (2T20), que compreende o início da pandemia no mundo, e o segundo trimestre de 2021 (2T21), que corresponde a um ano exato desde o começo da pandemia.⁵

Estados Unidos

Analisando os dados evolutivos da pandemia, identifica-se que no intervalo que compreende o início do 2T20 (dia 1º de abril) e o final do 2T20 (dia 30 de junho), os Estados Unidos havia registrado 224,5 mil casos no início do trimestre e 2,64 milhões de casos ao final, que corresponde a um aumento relativo entre o início e o fim do período de 1076%. Já no segundo trimestre de 2021, o país registrou 30,54 milhões de casos no início do trimestre e 33,6 milhões no final, o que representa um aumento de apenas 10%, demonstrando a tendência de queda significativa a partir do controle da doença e da aplicação em massa de vacinas.

Brasil

Observando os dados no país, constata-se que no início do 2T20 foram registrados 6,83 mil casos da doença e 1,4 milhões de casos ao final do trimestre, o que representa um aumento de 20,4%. Já no segundo trimestre de 2021, o Brasil confirmou 12,84 milhões de casos no início do trimestre e 18,56 milhões no final, que corresponde a um aumento de 45% entre o início e o fim do 2T21, demonstrando a tendência crescente da disseminação da doença no país.

China

⁵ Excerto contém informações que se encontram fora do recorte temporal da pesquisa para fins de comparação e complementação de ideias.

Já o país mais populoso do continente asiático e o primeiro a confirmar a existência da doença no mundo confirmou 81,5 mil casos no início do 2T20 e 83,5 mil ao final do período, o que corresponde a um aumento relativo de 2%. O país registrou 90,2 mil no início do segundo trimestre de 2021 ⁶e 91,8 mil ao final do 2T21, aumento relativo também de 2%, o que revela o caráter estável da doença no país desde o início da pandemia.

Rússia

O país mais populoso da Europa registrou 2,77 mil casos no início do segundo trimestre de 2020 e 646,9 mil ao final, com um aumento relativo de 23,1%. O país confirmou 4,5 milhões de casos no início do segundo trimestre de 2021 e 5,4 milhões ao final do período, o que representa um aumento de 21%, revelando uma leve redução do percentual relativo de um ano para o outro.

6.2 Impactos da pandemia na economia mundial

Os efeitos da crise deflagrada pelo novo coronavírus abalaram as estruturas de todos os países ao redor do globo, de forma geral, principalmente devido às influências negativas geradas pelas duas maiores economias do mundo, Estados Unidos e China, respectivamente. De acordo com a diretora do Fundo Monetário Internacional, FMI, Kristalina Georgieva, conforme publicado pelo jornal Valor Econômico, o mundo não atravessa uma crise econômica tão profunda desde a Grande Depressão de 1929, causada pelo aumento expressivo do consumo e da produção e pela especulação financeira, resultando no crack da bolsa de valores de Nova York, a Dow Jones (VALOR ECONÔMICO, 2020).

Em outubro de 2020, o FMI divulgou a estimativa de retração do PIB global de 4,4%, índice pouco melhor na comparação com a estimativa feita pela organização em junho do mesmo ano, quando a expectativa de queda era de 5,2%. A recessão da economia mundial em 2020 deveu-se, sem dúvidas, à pandemia de Covid-19 e, de acordo com a instituição, a recuperação acontecerá de forma incerta e desigual, a partir de países que poderão retomar o crescimento mais rapidamente do que outros. O documento divulgado pelo FMI também apontou o crescimento alarmante do desemprego mundial, o qual contribui para um empobrecimento ainda mais severo das populações de baixa renda (FERRARI, 2020).

⁶ Excerto contém informações que se encontram fora do recorte temporal da pesquisa para fins de comparação e complementação de ideias.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 255 milhões de pessoas perderam seus empregos em 2020 no cenário mundial. A organização afirma, ainda, que a crise desencadeada pela pandemia deve se prolongar até 2023, já que o mundo levará um certo tempo até conseguir superar os impactos da crise e retomar o crescimento da economia, bem como retomar o saldo positivo entre admissões e demissões (G1, 2021).

A China encarou as adversidades desencadeadas pela doença logo no início da crise, pois o país se tornou o epicentro do contágio, em um primeiro momento, já que o vírus fora descoberto em território chinês. Dessa forma, a nação paralisou as atividades econômicas para manter a população em casa, por meio do chamado lockdown, a fim de controlar a disseminação do vírus. Com as portas das empresas chinesas fechadas, inúmeros países sofreram as consequências, seja porque dependiam de produtos vindos da China, seja porque exportavam para o país e o tinham como mercado consumidor. O país asiático tem sua economia baseada em uma exportação massiva de bens e de produtos, principalmente de tecnologia e de produtos do setor têxtil, movimentando um volume de cerca de 231 bilhões de dólares ao ano a partir da exportação de tecnologia e maquinários e de 230 bilhões de dólares ao ano com a exportação do setor têxtil, em anos regulares, em que a economia apresenta uma certa estabilidade.

Mesmo com a crise provocada pela pandemia, os chineses encerraram 2020 com um saldo positivo de 2,3% no PIB, o que caracteriza uma certa recuperação econômica ao final do ano, a qual foi motivada pelo controle da doença e pela expectativa de imunização da população, sendo o único país entre as maiores economias do mundo a evitar uma retração da economia. Apesar do superávit, o crescimento econômico Chinês de 2020 ficou bem abaixo do saldo de 2019, em que o país registrou alta de 6,1% do PIB, além de o avanço econômico do ano de pandemia ter sido o menor em 44 anos, já que a China não apresentava um ritmo tão fraco de crescimento desde 1976 (COSTA, 2021).

Ao observar-se o indicador nos Estados Unidos, primeira economia do mundo, constata-se que o desempenho do país foi ainda pior, se comparado com a China. Os norte-americanos registraram uma queda de 3,5% do PIB em 2020, o que representa uma retração da economia. Em 2019, o país encerrou o ano com alta de 2,2% do PIB. A queda do indicador no ano pandêmico foi a maior desde 1946, ao final da segunda guerra mundial. As razões que levaram o indicador estadunidense a quebrar a corrente de crescimento se devem à redução do consumo, ao recuo das exportações e dos investimentos privados e ao aumento de gastos pelos

governos locais, a partir da injeção de recursos no sistema de saúde e do pagamento de auxílios para amenizar o agravamento da situação financeira da população.

Outro indicador que serve de termômetro para a economia é a taxa de desemprego, pois ela se torna um dos parâmetros para analisar o mercado e a relação de oferta e procura nos setores que demandam mão de obra humana em detrimento da robotizada. Assim, analisando o índice de desemprego nos Estados Unidos, constata-se que em abril de 2020, isto é, um mês após o decreto de pandemia, o país registrou 14,7% de desocupados, a partir do fechamento de 20,5 milhões de postos de emprego no mês em questão, o que representa a taxa mais alta dos últimos 70 anos. Em fevereiro do mesmo ano, ou seja, apenas um mês antes da pandemia, o país havia registrado somente 3,5% de desempregados. Dessa forma, pode-se afirmar que a taxa saltou de 3,5% para 14,7% em dois meses, revelando os graves impactos que a pandemia desencadeou. Ao final de 2020, a economia americana já havia recuperado parcialmente o fôlego, com a taxa de desemprego reduzindo para 6,7% em dezembro, embora o país não tenha conseguido impedir a retração do PIB durante o ano pandêmico (GUIMÓN, 2020).

Para efeitos de comparação com a primeira economia do mundo, observa-se a taxa de desemprego na China, a qual no primeiro trimestre de 2020 se encontrava na casa dos 3,6%. O índice chinês apresenta uma característica diferente do índice americano, visto que o primeiro seguiu em uma crescente controlada ao longo de 2020, finalizando o ano em 4,2%, o que representa baixa variação de um período para outro, embora a taxa tenha se elevado ao final do ano. A taxa estadunidense, por sua vez, obteve variações mais agressivas, apesar de ter finalizado o ano em queda.

Por fim, torna-se essencial analisar os auxílios e benefícios que foram concedidos pelos governos dessas grandes economias à população e ao empresariado, a fim de mitigar os efeitos da crise sobre as classes.

Inicialmente, os Estados Unidos disponibilizou um pacote de US\$ 3 trilhões para ampliar os recursos da população, do setor empresarial e dos estados e municípios. Assim, o país ofereceu uma ajuda de custos no valor de 1.200 dólares para cada indivíduo ou chefe de família e, nesse caso, com direito a um adicional no valor de 500 dólares por filho. Esse auxílio foi disponibilizado para atender pessoas e famílias que possuem até um certo limite de renda bruta por ano e de acordo com as fontes declaradas no imposto de renda. Além disso, do pacote de 3 trilhões de dólares, US\$ 500 bilhões foram destinados às indústrias que se endividaram

com folha de pagamento, empréstimos e compras de matéria prima; US\$ 350 bilhões voltados ao empréstimo às pequenas empresas e US\$ 250 bilhões foram destinados aos fundos de seguro-desemprego.

Além do pacote anunciado no início da pandemia pelo governo americano, poucos dias antes da cerimônia de posse do novo presidente eleito, Joe Biden, em janeiro de 2021, outro conjunto de recursos fora anunciado para conter a recessão econômica no país. Desta vez, o pacote seria liberado no valor de US\$ 1,9 trilhão, o que equivale a 10 trilhões de reais. Desse montante, US\$ 1 trilhão, ou seja, mais da metade do pacote, foi destinado apenas às famílias americanas, das quais cada uma recebeu cheques diretos no valor de 1400 dólares (cerca de 7.300 reais). Além dos cheques, a medida também ampliou o valor pago pelo seguro desemprego, o qual passou de 300 para 400 dólares por semana e será concedido até setembro de 2021. Outros US\$ 400 bilhões foram destinados ao combate direto à pandemia, como investimentos em lotes de vacina e na reabertura das atividades gradualmente. Do restante do recurso liberado, US\$ 350 bilhões foram destinados aos governos estaduais e US\$ 440 bilhões às micro e pequenas empresas do país.

Ao observar-se as medidas adotadas pela China no combate ao novo coronavírus e à recessão econômica, constata-se que o país concedeu a cada família um auxílio emergencial no valor de um salário mínimo na moeda chinesa, yuan, o que equivale a R\$ 3 mil. Além dos recursos liberados à população, o país também iniciou o processo de recuperação das empresas que sofreram com os impactos da paralisação das atividades durante, ao menos, dois meses de lockdown severo decretado pelo governo logo no início da pandemia. Para isso, foram reduzidos os impostos que recaem sobre o lucro das empresas de 20% para apenas 1%. Outra decisão do Banco Central Chinês (PBoC) foi tomada em relação a redução de um ponto percentual dos juros bancário compulsório. Também foi reduzido de 0,72% para 0,35% o imposto cobrado pelo excesso de reserva dos bancos. Os cortes nos impostos liberaram 400 bilhões de yuans, o equivalente a US\$ 56,5 bilhões, em liquidez no sistema bancário, com o objetivo de incentivar o repasse de crédito dos bancos às empresas.

Em linhas gerais, compreende-se que a cadeia de consumo alimentada pelas relações de importação e exportação entre os países, em um mundo completamente globalizado, sofreu uma quebra repentina do ciclo, devido à paralisação da maioria das economias mundiais a partir da rápida disseminação do vírus. Dessa forma, compreende-se que o mundo sofreu com a grave crise sanitária que se instalou no início de 2020, sendo que, a partir dela, fora desencadeada,

ainda, uma crise econômica que não era vista há muito tempo. “A perda de rendimentos irá superar a de qualquer outra recessão dos últimos 100 anos fora dos períodos de guerra, com consequências nefastas para as pessoas, as empresas e os governos”, afirmou a economista-chefe da OCDE, Laurence Boone (AYUSO, 2020).

6.3 A condução da pandemia no Brasil

A partir da análise comparativa entre o início e o final do segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2021, pode-se afirmar que o Brasil foi o único dos quatro países que apresentou um aumento significativo do percentual relativo, o qual saltou de 20% em 2020 para 45% em 2021. Essa constatação revela que a conduta do país em relação à pandemia foi na contramão da tendência mundial de redução dos casos de um ano para o outro, a qual pode ter sido motivada por inúmeras razões, como o relaxamento das medidas restritivas, a negligência da população em relação aos cuidados que deveriam ser tomados para frear a contaminação e a lentidão do processo de vacinação contra a Covid-19 no país (OUR WORLD IN DATA, 2020).

Neste contexto, constata-se ainda que a pandemia atingiu seu auge⁷ no Brasil em 2021, quando o país registrou 82.401 mortes pela doença em um único mês, no caso, durante abril deste ano. O mês em questão foi o mais letal da pandemia para os brasileiros, com a média móvel de mortes alcançando o patamar de 2.523 óbitos por dia. No dia 6 de abril, o país registrou o recorde de mortes em 24 horas, confirmando 4.211 pessoas que perderam a vida pelo vírus. Outro dado que comprova o completo descontrole da pandemia no país no início do segundo trimestre do ano é a estatística de que dos 10 dias mais letais da doença desde seu início, sete foram registrados apenas em abril (OUR WORLD IN DATA, 2020).

Um dos principais entraves para controlar a disseminação do novo coronavírus é a baixa taxa de vacinação da população de uma nação, visto que a vacina foi comprovada cientificamente como o único meio capaz de conferir imunidade contra o vírus ao corpo humano. Dessa forma, a corrida pela produção de imunizantes em escala mundial teve início em meados de agosto de 2020, sendo a vacina russa Sputnik V a pioneira na produção de lotes

⁷ Excerto contém informações que se encontram fora do recorte temporal da pesquisa para fins de comparação e complementação de ideias.

e na aplicação na população, embora, à época, ainda não havia sido aprovada e reconhecida internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Apesar de as principais vacinas⁸ disponíveis no mundo terem sido aprovadas somente no final de 2020 e início de 2021, os acordos entre os laboratórios produtores e os governos dos países tiveram início muito antes, a fim de agilizar o processo de compra e a posterior distribuição das doses para quando as vacinas completassem a fase de testes e tivessem o uso autorizado.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável pela autorização da aplicação dos imunizantes no país, aprovou o uso emergencial das vacinas Coronavac/Butantan e AstraZeneca/Oxford no dia 17 de janeiro de 2021. No mesmo dia da autorização, o governo do estado de São Paulo realizou uma cerimônia no Hospital das Clínicas para comemorar a aplicação da primeira dose da vacina no país, a qual era de origem do imunizante produzido pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. Após a aprovação da Anvisa, o até então ministro da saúde, Eduardo Pazuello, comunicou formalmente que o Plano Nacional de Imunização (PNI) teria início na quarta-feira seguinte, 20 de janeiro de 2021.

De acordo com o site de banco de dados mundiais, Our World in Data, em 17 de janeiro, data da primeira aplicação de vacina no Brasil, países como Israel, Reino Unido e Estados Unidos lideravam o ranking de aplicação de, pelo menos, uma das duas doses obrigatórias da vacina contra a Covid-19, com 25,5%; 6% e 4,1% da população vacinada respectivamente. Essa comparação revela o processo lento e burocrático de vacinação no Brasil, o qual já teve seu início de forma tardia, fator que impacta diretamente na diminuição do número de casos e mortes pela doença (OUR WORLD IN DATA, 2020).

Outro ponto que deve ser avaliado a fim de identificar se houve atraso no processo de vacinação pelo governo federal se trata do acordo firmado entre o Brasil e a empresa americana Pfizer, um dos principais tópicos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. O laboratório, que produz uma das principais vacinas do mundo atualmente, propôs ao governo federal um acordo, em 26 de agosto de 2020, que previa a entrega de 1,5 milhão de doses até dezembro de 2020, 17 milhões até o segundo trimestre de 2021 e 51,5 milhões até

⁸ Excerto contém informações que se encontram fora do recorte temporal da pesquisa para fins de comparação e complementação de ideias.

dezembro de 2021, assim totalizando 70 milhões de doses. No entanto, o acordo foi recusado pelo governo sob a prerrogativa de que a empresa não havia se responsabilizado pelos possíveis efeitos colaterais da vacina e de que a primeira remessa de 1,5 milhão de doses seria insuficiente para dar início ao processo de vacinação no país, o que poderia causar uma certa frustração na população com a lentidão do processo, de acordo com o artigo publicado pelo jornal Estadão que compilou os principais fatos dessa polêmica (MATTOS, 2021).

Assim, o acordo entre o Brasil e a empresa Pfizer só foi firmado em 18 de março de 2021, quando o governo aceitou a proposta de envio de 100 milhões de doses até dezembro ⁹de 2021, divididas em uma remessa de 14 milhões de doses, com previsão de entrega até o início do segundo semestre do ano, e o restante das doses, que seria entregue em dezembro, foi antecipado para setembro. Vale ressaltar que à época do primeiro acordo proposto pela empresa Pfizer ao governo brasileiro (26 de agosto de 2020), a Anvisa ainda não havia aprovado o uso da vacina no país, a qual concedeu a autorização definitiva somente em 23 de fevereiro de 2021, isto é, seis meses depois da primeira oferta, fator que também contribuiu para o atraso da aplicação do imunizante (MATTOS, 2021).

Por outro lado, em maio de 2020 foi aprovada a lei 14.006, denominada por Lei Covid, a qual prevê em seu texto um caminho alternativo para obter o registro de aprovação de uma vacina no país, a fim de otimizar o processo, tendo em vista a situação de calamidade pública causada pela doença. Dessa forma, a lei garante que um determinado imunizante que tenha completado as 3 fases obrigatórias de testes e tenha sido aprovado por alguma das agências reguladoras de saúde dos Estados Unidos, Europa, Japão ou China pode ser introduzido no Brasil mesmo sem aprovação da Anvisa. Para isso, o governo federal ou estadual deverá pedir formalmente o uso emergencial do imunizante junto à Anvisa e ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando a aprovação anterior por outras agências de saúde internacionais. A Anvisa, por sua vez, tem 72 horas para analisar e aprovar o pedido e, em caso de indeferimento ou de ausência de manifestação pelo órgão de saúde, o imunizante é liberado automaticamente para uso emergencial no Brasil.

Tendo em vista o caminho alternativo para a introdução de um imunizante no Brasil, constata-se que a vacina produzida pela Pfizer em parceria com a BioNtech foi aprovada nos Estados Unidos para uso emergencial em 11 de dezembro de 2020, sendo este o sexto país a

⁹ Excerto contém informações que se encontram fora do recorte temporal da pesquisa para fins de comparação e complementação de ideias.

aprovar a vacina, visto que ela já havia sido liberada pelas agências reguladoras de saúde do México, Canadá, Reino Unido, Bahrein e Arábia Saudita. Nesse contexto, pode-se compreender a polêmica conduta do governo brasileiro em relação ao processo de vacinação da população, visto que havia uma série de opções que poderiam ter sido adotadas com antecedência, a fim de que o país desse início ao processo de vacinação o quanto antes.

Dados de uma pesquisa desenvolvida pelo epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas (RS), e publicados pela BBC Brasil, revelam que a quantidade de óbitos por Covid-19 no país poderia ter sido reduzida caso o processo de imunização tivesse sido iniciado antes. O pesquisador levou em consideração para os cálculos a quantidade de mortos até o fim de maio¹⁰ de 2021, que até então havia contabilizado 496 mil pessoas, e o intervalo entre a primeira oferta da Pfizer ao Brasil, realizada em agosto de 2020, e o dia do fechamento oficial do acordo com o laboratório (março de 2021). Dessa forma, Hallal constatou que ao menos uma em cada 5 mortes poderiam ser evitadas com o uso de vacinas. Do ponto de vista dos 496 mil mortos pela doença, a proporção revela que cerca de 95 mil pessoas poderiam ter suas vidas poupadas se a vacinação tivesse começado ainda em dezembro de 2020, como prometia o primeiro lote de doses que seria entregue pela Pfizer. Vale lembrar que a projeção do epidemiologista apresenta uma margem de erro para mais ou para menos (BIERNATH, 2021).

Mesmo após o início da vacinação, o país teve de enfrentar outros gargalos no processo, como o atraso nas entregas de insumos para a produção das doses, vindos, majoritariamente, da China, além da baixa quantidade de doses disponíveis para imunizar com duas doses uma nação de cerca de 213 milhões de habitantes. De acordo com o colunista do jornal Folha de S. Paulo e editor do caderno de economia, Vinicius Torres:

O Brasil tem poucas doses por causa da perversidade criminosa de Jair Bolsonaro. Dado esse limite, houve um avanço mais veloz em junho (2021). O prognóstico para julho é bom. Os planos de aplicação acelerada da primeira dose, como os de São Paulo ou Rio, podem dar certo. O risco cada vez maior é de que esse plano leve uma rasteira da variante delta (antes dita indiana) e de outras cepas agressivas que se avizinham. (TORRES, 2021).

¹⁰ Excerto contém informações que se encontram fora do recorte temporal da pesquisa para fins de comparação e complementação de ideias.

A variante delta, já confirmada em circulação no Brasil, tem assombrado o mundo novamente, pressionando alguns países a retomarem medidas sanitárias que já haviam sido extintas, como o uso de máscaras. A exemplo desse cenário, tem-se a postura de Israel, um dos países com maior número de pessoas completamente vacinadas no mundo (59,4%). Ao enxergar a iminência de disseminação em massa da nova variante, o país retomou, no dia 25 de junho de 2021, o decreto que exige o uso de máscaras em locais públicos e fechados, fazendo com que o país experimentasse o não uso da proteção por apenas 10 dias. Dessa forma, compreende-se que o surgimento de novas variantes do vírus se torna mais um problema para as nações mundo afora, principalmente para aquelas que já apresentam gargalos no combate à doença, como fora explicado em relação ao Brasil.

Já em relação ao atraso na entrega de insumos pela China, principal agente no envio do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) ao Brasil, membros do alto escalão do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) admitiram, em entrevista à CNN Brasil, que os ataques ao governo chinês feitos pelo presidente podem culminar no atraso da entrega dos insumos. A China é responsável pela distribuição tanto do IFA da vacina Coronavac/Butantan, quanto do IFA do imunizante AstraZeneca/Oxford, fato que coloca o Brasil em uma posição de dependência do governo chinês para a produção dos imunizantes e a consequente evolução do processo. O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, também atribuiu ao governo federal certa responsabilidade no atraso das entregas. “Todas essas idas e vindas do governo federal obviamente têm um impacto no ritmo de liberação do IFA. As liberações estão acontecendo, mas em um volume menor do que poderia acontecer”, afirmou Covas (LIMA, 2021).

As atribuições ao governo brasileiro de responsabilidade sobre o atraso da China na entrega dos insumos se devem a declarações públicas do presidente Jair Bolsonaro insinuando que o país teria criado o vírus propositalmente. Em um de seus últimos ataques, Bolsonaro afirmou que, "ainda, eu não tenho provas, mas esse vírus nasceu de um animal ou de um laboratório? Eu tenho, da minha cabeça, de onde ele veio e para quê. Mas ele está aí, está entre nós.", disse o presidente (CARVALHO, 2021).

Além dos gargalos enfrentados no processo de vacinação, os fatores de negligência em relação aos cuidados que deveriam ser tomados para combater a doença também devem ser levados em consideração. Assim, pode-se citar o descaso tanto por parte da população, como por parte do governo vigente no quesito do respeito aos protocolos sanitários de combate à pandemia. A exemplo deste cenário, tem-se as aglomerações em festas, bailes, bares e

restaurantes que têm ocorrido em todo o país. No estado de São Paulo, por exemplo, as aglomerações, seja em locais fechados, seja em locais abertos, são expressamente proibidas, de acordo com as regras impostas pelo Plano São Paulo de combate à pandemia. No entanto, no período de apenas um mês, a força tarefa da vigilância sanitária que fiscaliza o cumprimento das normas sanitárias encerrou 716 festas clandestinas e autuou 263 estabelecimentos comerciais por irregularidades no cumprimento das regras. Tais fatos revelam a não contribuição da população para extinguir o vírus no país e para que, conseqüentemente, todas as atividades possam ser retomadas por completo (CRUZ, 2021).

Ao tomar-se como exemplo as ações do governo federal em relação ao combate à pandemia, é possível compreender a postura adotada diante da situação. Logo no início da pandemia, estudos científicos comprovaram que o uso de máscaras diminui o risco de contaminação pelo vírus. Um estudo realizado pelo instituto de física da USP revelou que o uso de máscaras adequadas, como a PFF2, podem filtrar até 98% das partículas que contêm o coronavírus e, mesmo máscaras mais simples, no caso das cirúrgicas, que são descartáveis, ou daquelas que são feitas de tecido TNT, também garantem boa proteção contra o vírus, de 89% e 87%, respectivamente.

Tendo em vista a comprovação da eficácia das máscaras de proteção, compreende-se a importância de seu uso como uma das principais medidas para frear o contágio em massa pela doença. No entanto, observa-se que uma parcela da população ainda insiste no desuso da proteção, incluindo membros do próprio governo. A exemplo de tal cenário, pode-se citar os casos de descumprimento da norma pelo presidente Jair Bolsonaro, que já fora autuado mais de quatro vezes pelos estados de São Paulo e do Maranhão devido ao não uso de máscaras e por gerar aglomerações durante manifestações a favor de seu governo. O governo de João Doria, do estado de São Paulo, já autuou, ao menos, três vezes o presidente, resultando em uma multa que pode chegar a R\$ 290 mil. Já o governo de Flávio Dino, do Maranhão, multou Bolsonaro em R\$ 80 mil pela transgressão das duas regras.

Além da desestimulação ao uso da proteção no combate à doença, o governo Bolsonaro adotou uma medida que dividiu opiniões país afora, a partir do incentivo ao uso do chamado “tratamento precoce” contra a doença. Tal tratamento foi apoiado pelo presidente e pelo Ministro da Saúde que, à época, era Eduardo Pazuello. Bolsonaro e a equipe do Ministério da Saúde lançaram o “tratamento precoce” como uma espécie de protocolo convencional para tratar os pacientes infectados pelo vírus, o qual consiste na combinação dos medicamentos

cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina, nitazoxanida e tamiflu. A polêmica do tratamento incentivado pelo presidente e sua equipe da saúde girou em torno da falta de eficácia comprovada por estudos científicos em relação ao uso de tais medicamentos para combater os efeitos do coronavírus no corpo humano.

Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) interrompeu os estudos com a aplicação da cloroquina para pacientes com Covid após identificar que o medicamento se fez ineficaz na redução de sintomas da doença, tampouco se fez útil para a produção de anticorpos contra o vírus ou na redução da velocidade de reprodução do vírus nas células humanas, a fim de diminuir a carga viral no corpo. Além da cloroquina, o antiparasitário nitazoxanida também fora utilizado em estudos científicos, os quais revelaram que o medicamento chegou a possuir efeitos positivos no combate ao vírus em experimentos *in vitro*. Porém, os estudos da aplicação do medicamento em células humanas para combater o coronavírus mostraram ineficácia contra a doença, já que o medicamento atua de forma diferente no corpo humano.

Mesmo com estudos que comprovaram a ineficácia de tais medicamentos contra a Covid-19 e com a recomendação da OMS de que esses compostos não deveriam ser receitados a pacientes com Covid, uma vez que se demonstraram ineficazes contra a doença e sob risco de causar efeitos colaterais graves em determinados pacientes, o governo de Jair Bolsonaro investiu na compra de tais medicamentos. Segundo um levantamento realizado pela BBC News Brasil, o governo federal gastou R\$ 89.597.985,50 com a compra dos 6 medicamentos que compõem o chamado “tratamento precoce” (SHALDERS, 2021).

Se não houver nova variante assassina, a epidemia vai morrer de morte morrida, depois que uma quantidade grande de gente tenha sido morta ou infectada e outro tanto tenha sido vacinada, daqui a alguns meses. É praticamente o plano Bolsonaro 2 (o plano 1 não tinha nem vacina, era pura morte de rebanho): deixa morrer, criticou o jornalista da Folha de S. Paulo, Vinicius Torres (TORRES, 2021).

6.4 Efeitos da Covid-19 na economia brasileira

Também se faz necessária a contextualização do cenário caótico nos âmbitos social, político e econômico no Brasil a partir da pandemia de Covid-19. Este, por sua vez, foi perpassado, desde o início da confirmação do novo coronavírus no país, por três crises concomitantes: a crise humanitária, que gerou inúmeras perdas humanas causadas pela própria

doença; a crise econômica, em razão da paralisação das atividades de incontáveis setores da economia e a crise política, provocada pela polarização de ideologias suscitadas a partir das decisões governamentais acerca das medidas de combate à pandemia e da condução da doença no país.

Em uma tentativa de frear o contágio em massa pelo vírus para não submeter o sistema de saúde a um colapso ainda maior, os governos dos estados brasileiros adotaram medidas restritivas quanto à circulação de pessoas, por meio do decreto de isolamento social e do lockdown, em casos mais graves. Esta restrição prevê a permanência das pessoas em casa e a suspensão de todas as atividades consideradas não essenciais, isto é, tudo aquilo que não diz respeito à sobrevivência básica, caracterizada pelo comércio de alimentos, remédios e de produtos de higiene e de serviços médicos e emergenciais.

As consequências desencadeadas a partir da tomada dessas medidas drásticas não tardaram a aparecer, visto que, para poupar vidas, foi necessário paralisar a economia, gerando um desemprego massivo e uma queda expressiva do PIB do país e do principal índice de referência dos investimentos financeiros, o Ibovespa.

Dessa forma, observa-se que o país encerrou o ano de 2020 com números alarmantes em relação ao Produto Interno Bruto e ao desemprego. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil registrou uma queda de 4,1% no PIB anual, em comparação ao valor registrado em 2019. Essa retração bateu recorde nos últimos anos, visto que o índice não apresentava uma taxa tão baixa desde 1996. Segundo a professora doutora de economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Vanessa da Costa, em entrevista à pesquisadora, "um cenário muito projetado pelos especialistas da área da saúde pública é o de que haverá quarentenas intermitentes por um tempo, até mesmo anos. Se isso se confirmar, a recuperação econômica deverá seguir um formato em W, com períodos de contração do PIB e recuperação". Quanto à taxa de desemprego, a situação é ainda mais grave. O IBGE informou que o país fechou 2020 com uma taxa média de 13,5% de desocupação, frente a 11,9% registrado em 2019. A taxa foi a maior já vista nos últimos 30 anos, segundo o instituto (GARCIA, 2021).

O índice Bovespa finalizou 2020 apresentando sinais positivos de recuperação, após enfrentar inúmeras quedas ao longo do ano, principalmente no início da pandemia. Em março de 2020, o índice Bovespa despencou da casa dos 119 mil pontos e atingiu o fundo do poço, registrando uma queda histórica de mais de 40% ao alcançar os 63 mil pontos (LAIER, 2020).

Ao final do ano, o benchmark registrou alta de 3% na média geral do acumulado dos 12 meses, encerrando o último pregão de 2020 aos 119.017. A recuperação foi impulsionada, majoritariamente, pela expectativa do início da vacinação contra o coronavírus no país, a qual se deu em janeiro de 2021.

Além da queda do Ibovespa, outro indicativo de que a economia brasileira fracassou no primeiro ano da pandemia foi a desvalorização do real. A avaliação da taxa de câmbio durante o ano de 2020, realizada pela Refinitiv, fornecedora global de dados sobre o mercado financeiro, revelou que a moeda brasileira obteve o pior desempenho do mundo no ano em questão. O levantamento leva em consideração a valorização do dólar, moeda oficial do país tido como a primeira economia do mundo, os Estados Unidos, frente às demais moedas dos diferentes países. Dessa forma, o estudo mostra que o dólar obteve valorização de 39,6% sobre o real, o que significa que a moeda brasileira obteve desvalorização de 39,6% na comparação com o dólar, em 2020. Com o Brasil ocupando o primeiro lugar no ranking das piores moedas do mundo, o segundo lugar ficou com a lira turca, cujo dólar subiu 29,69% frente à moeda. O terceiro lugar foi ocupado pelo peso argentino, que se desvalorizou 27,25% frente ao dólar (BIGNON, 2020).

A desvalorização substancial da moeda de um país, como no caso do Brasil, representa grande preocupação para a economia, visto que a perda de valor frente às principais moedas do mundo faz com que investidores retirem seus ativos do país para alocarem em países onde a moeda é mais sólida e a economia é mais estável, principalmente em momentos de crise e instabilidade como esta deflagrada pela pandemia do coronavírus. Assim, o país com a moeda desvalorizada não só perde investidores como também afasta aqueles que tinham interesse em investir em ativos no país. Outro problema decorrente da desvalorização de uma moeda é o encarecimento de produtos e matérias-primas importados, o que força o produtor a pagar mais caro pelo mesmo produto que ele costumava comprar. Com o aumento do custo de produção de um determinado item, a valorização do produto seguirá em toda a cadeia produtiva, fazendo com este chegue à casa do consumidor por um preço também mais elevado, o que constitui a chamada inflação.

Um exemplo prático da inflação decorrente da expressiva desvalorização do real frente ao dólar é o aumento do preço do pão do francês nas padarias brasileiras. Tal situação se deve à compra do trigo, principal ingrediente para a fabricação do pão, visto que o Brasil não é autossuficiente na produção do trigo, o que demanda a importação deste ingrediente. Assim,

como as transações cambiais são realizadas, usualmente, com base no dólar, o preço do trigo dispara no Brasil, pois, com a moeda desvalorizada, a importação do produto se torna mais cara. O aumento do preço da matéria-prima eleva os custos de produção das padarias, as quais se veem obrigadas a elevar o preço final do pão, fazendo com que o consumidor pague mais pelo mesmo produto.

Outros indicadores corroboram o cenário da grave crise econômica que o Brasil atravessa em meio à pandemia. O índice do IPCA-15 para agosto¹¹ de 2021 foi cotado a 0,89%, o maior em 19 anos, já que a última alta havia sido em 2002, quando o índice ficou em 1%. Já no acumulado de 12 meses, o IPCA-15 registra 9,3%, revelando a explosão nos preços de bens e serviços, o que impacta diretamente a renda mensal da população e os custos de produção das empresas do país. Um dos fatores responsáveis pela alta expressiva do indicador em agosto foi o preço da energia elétrica, a qual sofreu um reajuste de 52% em julho, quando a bandeira tarifária passou a operar na fase vermelha patamar 2. Assim, o preço de cada 100 kw/h saltou de R\$ 6,24 para R\$ 9,49.

O reajuste expressivo na conta de luz pelo governo se deve à grave crise energética pela qual o país atravessa. Com a estiagem rigorosa típica da estação do inverno em todo o país, os reservatórios de água das hidrelétricas se encontram gradativamente mais vazios. Dessa forma, a quantidade de água disponível não tem sido suficiente para gerar a energia necessária para abastecer a população, submetendo o governo à ativação de termelétricas para a produção de energia. As termelétricas, no entanto, caracterizam uma forma de gerar energia por meio da queima de carvão, óleo combustível e gás natural, ou seja, é um método mais caro de produzir energia e mais poluente, visto que a queima libera gases nocivos ao meio ambiente, contribuindo para o agravamento do efeito estufa.

De acordo com o colunista da Folha de S. Paulo, Vinicius Torres:

A inflação vai subir mais um tanto com a carestia da eletricidade, embora o grosso do estrago dos preços já viesse de bem antes. A bandeira vermelha mais cara é a azeitona podre de um empadão de inflação e de desconfiança da competência do governo (sim, há quem acredite nisso): não tem ou não teve arroz, carne, vacina

¹¹ Excerto contém informações que se encontram fora do recorte temporal da pesquisa para fins de comparação e complementação de ideias.

bastante e, agora, pode não ter luz, afirmou o jornalista sobre a situação econômica do país em relação às decisões do governo federal (TORRES, 2021).

A onda de inflação¹² avançou durante todo o ano de 2021, fazendo com que o IPCA encerrasse o ano no maior patamar dos últimos 6 anos. Assim, o índice fechou o ano cotado a 10,06%, frente à cotação de 4,52% registrada em 2020, o que significa que a inflação mais que dobrou de um ano para outro. O aumento da inflação representa a elevação dos preços de bens e serviços, de modo geral, fazendo com que o custo de vida se eleve em detrimento do poder de compra da população. O aumento dos preços dos produtos e a diminuição do poder de compra não afeta somente a classe trabalhadora, pois tal cenário também possui impacto direto sobre os custos de produção e a compra de matéria-prima pela classe empresarial, em especial as de pequeno porte, como Microempreendedores Individuais (MEI's), Microempreendedores (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), visto que tais modelos de negócio são considerados mais suscetíveis ao impacto de uma crise econômica, devido à fragilidade estrutural frente às grandes empresas que dominam o mercado há décadas.

Com a economia arrasada a partir da paralisação das atividades e do consumo, o país teve de conceder auxílios financeiros capazes de diminuir os impactos da crise sobre a população e o setor empresarial. Para isso, foi criado o Auxílio Emergencial, destinado às pessoas físicas elegíveis ao recebimento da ajuda de custo, e o Pronamp, programa de recuperação das empresas do país. Inicialmente, o Auxílio Emergencial concedeu cinco parcelas de R\$ 600 para um beneficiário por família que se encaixasse nos critérios necessários para o recebimento, como ter renda familiar per capita de até meio salário mínimo, ser trabalhador informal ou beneficiário do bolsa família. Mulheres chefes de família tiveram direito a cinco parcelas no valor de R\$ 1.200. Ao término do quinto mês do auxílio, os beneficiários passaram a receber quatro parcelas de R\$ 300, que foram pagas até dezembro de 2020. O benefício foi concedido a 68 milhões de brasileiros, o que corresponde a 32% da população. Para liberar o recurso, o governo federal teve um gasto de R\$ 293,1 bilhões somente neste ano.

Já em 2021, o auxílio foi reduzido para quatro parcelas de R\$ 250, para beneficiários que já haviam sido elegíveis ao recebimento do auxílio emergencial em 2020, e parcelas de R\$

¹² Excerto contém informações que se encontram fora do recorte temporal da pesquisa para fins de comparação e complementação de ideias.

375 para mulheres chefes de família. Após a decisão de reduzir o valor, o governo prorrogou o auxílio por mais três parcelas, estendendo o benefício até outubro. Assim, a 7ª parcela do auxílio será a última para todos os beneficiários elegíveis, até segunda ordem do governo federal.

6.5 Impactos da pandemia sobre o setor empresarial no Brasil

Neste contexto de crise da saúde e de profunda recessão econômica, compreende-se as dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas Brasil afora. De acordo com o informe publicado pelo Ministério da Economia, o país registrou, no total, o encerramento de 1,044 milhão de empresas em 2020 (GOVERNO FEDERAL, 2021). Segundo a empresa de crédito e informações empresariais Boa Vista Serviços, o Brasil registrou aumento no número de empresas que solicitaram pedido de falência e de recuperação judicial. Dessa forma, somente em 2020, o país confirmou alta de 12,7% nos pedidos de falência e de 13,4% nos pedidos de recuperação judicial (LIBERATO, 2021).

O aumento nas solicitações de natureza de falência ou recuperação judicial se torna alarmante, tendo em vista que o país não registrava uma alta considerável desde a última recessão enfrentada entre 2015 e 2016. O mês em que as solicitações dispararam no país foi dezembro de 2020, quando foi registrada uma alta de 38,1% nos pedidos de falência e 30,4% nas falências decretadas. Em um ano atípico, devido à pandemia de Covid-19, a economia brasileira sofreu fortes impactos, de maneira geral. Porém, alguns setores registraram perdas maiores em razão do reflexo direto que as restrições impostas pela doença provocaram na demanda do segmento. É o caso do setor de serviços, o qual foi responsável por 40% de todas as empresas que decretaram falência em 2020 (LIBERATO, 2021).

O comércio também foi um dos setores mais afetados, ocupando o segundo lugar no ranking. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 75 mil empreendimentos comerciais com vínculos empregatícios interromperam por definitivo o funcionamento em 2020. A última vez que o país havia registrado um alto número de falências de estabelecimentos comerciais havia sido em 2016, com 105,3 mil lojas fechadas. A partir das lojas falidas, o setor de comércio também se tornou responsável pela perda de 25,7 mil postos de trabalho, sendo o segmento de vestuário, calçados e acessórios o mais afetado, com a queda de 22,29 mil vagas (RODRIGUES, 2021).

Um levantamento realizado pelo IBGE apontou que 1,3 milhão de empresas dentre todos os portes se encontravam com atividades suspensas ou encerradas por definitivo até junho de 2020. O restante que permaneceu em funcionamento também sentiu os impactos da pandemia, ainda que de formas diferentes conforme o setor de atuação da empresa. Dessa forma, a pesquisa revelou que o setor de serviços foi o mais afetado, que obteve pontuação estimada em 74,4% das empresas do segmento que se encontravam em dificuldade financeira. O ranking segue com o setor de indústria em segundo lugar, o qual informou que 72,9% das empresas do setor estavam em situação de crise. O terceiro e o quarto lugar do ranking de empresas impactadas pela pandemia ficaram com a construção civil, 72,6%, e com o comércio, 65,3%, respectivamente (VASCONCELOS, 2020).

Com todas as falências registradas nos mais diversos setores da economia, o país também apontou um número preocupante em relação aos postos de trabalho perdidos em 2020, embora tenha encerrado o ano com um saldo positivo entre demissões e admissões de 142,7 mil postos. Conforme divulgado pelo Caged, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados o Brasil só registrou tal saldo positivo devido à geração de empregos que aconteceu durante os dois primeiros meses do ano, ou seja, antes de a pandemia eclodir no país. Assim, segundo o Caged, somente em janeiro e fevereiro de 2020 foram abertos 342 mil postos de trabalho com carteira assinada. Contudo, de março a junho do mesmo ano, o país registrou 1,6 milhão de demissões, revelando que a chegada da pandemia no país provocou um desemprego em massa em apenas 3 meses (UOL, 2021).

O Caged aponta, ainda, que o mercado voltou a contratar, mesmo que em ritmo desacelerado, do segundo trimestre do ano até novembro, gerando 1,4 milhão de postos de trabalho formal, número inferior à quantidade de demissões registradas de março a junho. Assim, caso seja considerado somente o período da pandemia, isto é, a partir de março de 2020, tem-se que o contingente de demissões foi maior do que o de contratações, fazendo com que o Brasil encerrasse 2020 com um saldo negativo de 200 mil postos de trabalho.

Embora a crise do coronavírus tenha arrasado a economia brasileira em 2020, levando milhares de empresas à falência e ao aumento expressivo do desemprego, o país registrou um saldo positivo no número de abertura de novas empresas. Assim, de acordo com o mapa de empresas monitorado pelo Ministério da Economia do governo federal, foram abertas 3.359.750 empresas de variados portes e naturezas jurídicas em 2020, fazendo com o que o Brasil atingisse a marca total de 19.907.733 empresas ao fim do ano em questão. O valor de

novos negócios observado em 2020 é 6% maior na comparação com a abertura de empresas em 2019, mesmo em um ano atípico como este marcado pela pandemia (GOVERNO FEDERAL, 2021).

Um dado que vale o destaque é: das 3.359.750 empresas abertas em 2020, 2.663.309 eram MEIs, o que corresponde a 79,27% do total de novos empreendimentos. O contingente de MEIs registrado em 2020 representa um aumento de 8,4% em relação à quantidade de MEIs em 2019. Com a expansão desse segmento de empresas, o Brasil contabiliza, atualmente, 11.262.383 de microempreendedores individuais, os quais são responsáveis por 56,7% do total de empresas em plena atividade no país (GOVERNO FEDERAL, 2021).

Contudo, esse aumento significativo do número de novas empresas em meio à pandemia, sobretudo em relação ao crescimento de MEIs no país, se deve a uma razão negativa, visto que não se trata de um empreendedorismo planejado e sim de necessidade de sobrevivência e de uma alternativa ao desemprego recorde.

Muitas pessoas que perderam seus empregos na pandemia acabaram encontrando no empreendedorismo uma salvação e isso acaba sendo muito perigoso, porque é o que chamamos de empreendedorismo por necessidade. O problema disso é a falta de planejamento, já que o retorno do investimento a curto prazo se torna o único foco do pequeno empreendedor, que esquece de pensar no futuro, explicou o economista e consultor do Sebrae de São Carlos (SP), Diego Pereira de Souza, em entrevista à pesquisadora.

A preocupação de Souza em relação à falta de planejamento dos novos empreendedores que precisaram se aventurar nesse universo durante a pandemia se deve à possibilidade de má gestão do negócio, uma vez que, a necessidade instantânea de obtenção de renda faz com que as pessoas se arrisquem no negócio próprio, muitas vezes, sem conhecimentos básicos sobre gestão e administração, os quais são de suma importância para a consolidação da empresa e o sucesso futuro. Assim, Souza ressalta a necessidade de acesso a capacitações desses empreendedores, a fim de que eles não enfrentem dificuldades para manter seus negócios futuramente e para que ele não corra o risco de falir.

O foco desse novo microempreendedor deve ser trabalhar o ferramental, por meio da divulgação efetiva do produto, da compreensão de quem é o público alvo

que ele pretende atingir, de como esse público vai se comportar nos próximos períodos e da realização de um planejamento financeiro mais sólido, para que ele não seja só mais um no mercado, senão daqui a três meses ele também poderá falir, alertou Souza.

Além da questão do empreendedorismo por necessidade, vale ressaltar que a natureza jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) não contribui para a abertura de múltiplos postos de trabalho formal, visto que o empreendedor desse segmento é limitado à contratação de um único funcionário, com salário equivalente ao piso da categoria de atuação. Assim, caso o MEI dependa de ajuda extra, ele poderá contratar apenas trabalhadores autônomos, que não terão registro na carteira de trabalho e, portanto, não terão assegurados os direitos garantidos pela legislação trabalhista.

Dessa forma, compreende-se que o superávit brasileiro em relação ao número de novas empresas no primeiro ano de pandemia não se deve a um bom desempenho econômico, tampouco a um crescimento da economia acompanhado de boas performances dos índices macroeconômicos. O saldo positivo se deve, na verdade, a uma grave crise que levou mais de um milhão de empresas à falência e mais de 13 milhões de pessoas ao desemprego, de modo que o empreendedorismo se tornasse a única alternativa e, mesmo assim, não se trata de um empreendedorismo sólido e planejado, que contribuirá para a geração de empregos em massa, já que quase 80% dos novos negócios correspondem à forma mais simples da abertura de pessoa jurídica, representada pelo MEI.

6.6 Introdução aos reflexos da pandemia sobre as micro e pequenas empresas no Brasil

Inicialmente, torna-se essencial compreender a importância das micro e pequenas empresas no país em relação à porcentagem de mão de obra que juntas elas empregam e ao PIB que elas movimentam. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Sebrae, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), constatou-se que somente de janeiro à março de 2021 e, mesmo em meio à crise pandêmica, as micro e pequenas empresas geraram 570 mil postos de trabalho, o que equivale a 70% do total de contratações com carteira assinada no país, enquanto médias e grandes empresas geraram 190 mil empregos no período

em questão. O último censo do Sebrae, em 2018, verificou que as 8,9 milhões de micro e pequenas empresas que existem no Brasil são responsáveis por empregar 52% da população brasileira economicamente ativa no setor privado, com cerca de 16,1 milhões de registros com carteira assinada. Dessa forma, analisando o setor privado, tem-se que os pequenos negócios empregam pouco mais da metade do contingente de pessoas aptas ao trabalho (SEBRAE, s.d).

Já em relação à quantidade de bens e de riqueza que os pequenos negócios geram ao país, o que pode ser calculado pela fatia do PIB que essas empresas movimentam, tem-se que esse segmento já é responsável por 30% do PIB, de acordo com o Ministério da Economia. Dados do Sebrae também apontam que a quantidade de riqueza gerada pelos pequenos negócios quadruplicou em apenas 10 anos, quando fora registrada uma movimentação de R\$ 144 bilhões em 2001 passando para R\$ 599 bilhões em 2011. O levantamento revela, ainda, que o setor dominante na participação das micro e pequenas empresas é o de comércio, no qual o segmento é responsável por mais da metade do PIB do setor, com 53,4%. Já no setor industrial, a participação das pequenas empresas já se aproxima das médias, as quais são responsáveis por 22,5% e por 24,5% do PIB do setor, respectivamente (SEBRAE, s.d)

Assim, dando início à análise da situação financeira, observa-se o rastreamento realizado pela empresa Boa Vista, conforme citado anteriormente no presente estudo, o qual informa que, de todos os decretos de falência registrados em 2020, 85% dos empreendimentos eram de micro ou pequeno porte. Outra pesquisa, desta vez realizada pelo IBGE, constata que, até a primeira quinzena de junho de 2020, cerca de 522 mil empresas fecharam as portas definitivamente no país, das quais 518,4 mil eram de pequeno porte, que empregavam até 49 funcionários. A quantidade de pequenos negócios que encerraram suas atividades por completo ao longo dos primeiros meses de pandemia corresponde a 99,8% do total de falências no período em questão. O restante dos negócios que faliram, equivalente a 1,2 mil empresas, foram classificados como de porte intermediário, ou seja, que empregavam de 50 a 500 funcionários. Do total de falências, nenhuma empresa era de grande porte (AMORIM, 2020).

Uma das principais consequências do aumento expressivo de falências de micro e pequenas empresas é a demissão em massa, já que os pequenos negócios são responsáveis por mais da metade da geração de empregos formais no setor privado no país. De acordo com o presidente do Sebrae, Carlos Melles, conforme publicado pela Fenacon, uma pesquisa realizada pela instituição revelou que, entre janeiro e agosto de 2020, as micro e pequenas empresas haviam encerrado 524,3 mil postos de trabalho, contra 466 mil vagas fechadas pelas médias e grandes empresas no mesmo período. Segundo o presidente, os pequenos negócios demitem

em maior quantidade, pois suas estruturas são mais fragilizadas para atravessar uma crise sem falir ou realizar cortes de gastos, além da maior dificuldade para conseguir crédito dos bancos e do governo para evitar tais cortes no quadro de funcionários (FENACON, 2021).

“Os pequenos negócios são os primeiros a sentir os efeitos de uma grande crise, mas também são os primeiros a conseguir se recuperar, inclusive pela sua estrutura mais enxuta. É por isso que é tão importante a criação e manutenção de políticas públicas que incentivem esse segmento”, explicou o presidente do Sebrae. Para exemplificar a rápida retomada de contratações pelos pequenos negócios citado por Melles, pode-se observar a quantidade de postos de trabalho abertos pelas pequenas empresas de janeiro a agosto de 2021, que corresponde a mais de 1,5 milhão, enquanto as médias e grandes empresas geraram cerca de 507 mil empregos (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Assim, observa-se uma desigualdade expressiva entre as micro e pequenas empresas e as de grande porte, a qual não se limita somente a uma questão estrutural, pois se deve também a fatores como o acesso aos auxílios concedidos pelo governo e às linhas especiais de crédito disponibilizadas pelos bancos.

Um exemplo claro dessa disparidade entre empresas de pequeno e grande porte pode ser observado a partir do anúncio da presidente do Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano, após o decreto das medidas de interrupção das atividades do comércio e dos serviços para frear a disseminação do vírus. A estabilidade da companhia que lidera o varejo de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos no Brasil chocou os empreendedores do país após o anúncio de que a empresa teria caixa suficiente para permanecer por dois anos com as portas de suas centenas de lojas completamente fechadas e sem realizar uma venda sequer, enquanto inúmeras micro e pequenas empresas não suportaram nem 2 meses com as atividades suspensas.

6.7 Análise dos impactos da pandemia sobre os pequenos negócios no país em 2020 sob comparação cronológica

Para analisar-se a situação financeira das micro e pequenas empresas durante a crise provocada pela pandemia de Covid-19, tomou-se como base os dados fornecidos em uma série histórica de pesquisas realizada pelo Sebrae. A série de 13 edições consiste na análise de

inúmeros aspectos que envolvem a classe dos negócios de pequeno porte e os impactos por eles sofridos em decorrência da pandemia, como a situação financeira, o funcionamento das atividades, queda ou aumento no faturamento, corte na folha de funcionários ou contratação, solicitação de crédito e informações relacionadas aos perfis dos empresários participantes da pesquisa (SEBRAE, 2021).

A série analisa tais aspectos desde março de 2020, início da pandemia no mundo, até dezembro de 2021. Contudo, como o recorte temporal da pesquisa se limita ao ano de 2020, foram levadas em consideração apenas as 9 primeiras edições da série, que analisa as informações coletadas até novembro de 2020, embora foram citados dados referentes ao ano de 2021, para efeitos de comparação.

Dentre um universo de 17,2 milhões de Micro e Pequenas Empresas no Brasil (MPEs), o Sebrae ouviu, em média, 7,3 mil pequenos empreendedores em cada edição da pesquisa, sendo variável a amostra de uma edição para outra, de modo que há edições que contaram com 6 mil participantes e outras que ouviram 10 mil pequenos empreendedores. A fim de organizar as informações e traçar os comparativos, a pesquisadora fragmentou os dados coletados nas 9 edições analisadas de acordo com macro-tópicos.

- **Porcentagem de pequenos empreendedores que registram queda no faturamento mensal devido à crise do coronavírus:**

- 1ª edição (mar/20): 89,2%
- 2ª edição (abr/20): 87,5%
- 3ª edição (mai/20): 88,7%
- 4ª edição (jun/20): 87%
- 5ª edição (jul/20): 84%
- 6ª edição (ago/20): 81%
- 7ª edição (set/20): 77%
- 8ª edição (out/20): 74%
- 9ª edição (nov/20): 73%

Ao analisar-se a questão do faturamento dos pequenos empreendedores ao longo de 2020, constata-se que o número de empresários que registraram queda no faturamento foi muito maior nos 5 primeiros meses da pandemia, período em que grande parte dos estados brasileiros adotaram medidas de restrição social que impediram o funcionamento de atividades consideradas não essenciais à sobrevivência. Além das restrições quanto ao funcionamento, os primeiros meses da pandemia tiveram um impacto maior sobre a atividade econômica, pois os consumidores reduziram suas intenções de compra drasticamente devido à insegurança e à instabilidade empregatícia em meio a uma crise repentina. Além disso, a brusca interrupção da operação de empresas, lojas e comércios fez com que os empreendedores levassem um tempo até encontrarem alternativas para driblar a crise e dar continuidade às vendas, mesmo impossibilitados de operarem presencialmente.

Nota-se que, a partir de setembro de 2020, o número de empresários que registraram queda no faturamento foi, aos poucos, diminuindo consideravelmente. Comparando o primeiro mês da pesquisa com o último mês de edição da pesquisa em 2020, tem-se que este número reduziu de 89,2% para 73%, o que representa uma queda de 16,2 pontos percentuais. Este cenário, que constitui uma pequena retomada econômica em meados de setembro de 2020, pode ser explicado a partir da reabertura gradual do comércio em diversos estados após uma certa queda no número de casos e mortes pela doença. No estado de São Paulo, por exemplo, foi criado o Plano São Paulo de combate à pandemia, o qual previa uma retomada econômica em fases coloridas de acordo com a situação epidemiológica das macrorregiões, sendo a fase verde considerada a mais flexível quanto às restrições e a fase vermelha representando a etapa mais rígida de contingência, que permitia apenas o funcionamento de atividades essenciais. Dessa forma, compreende-se que os meses em que a queda no faturamento diminuiu entre os empreendedores de pequeno porte participantes da pesquisa foram aqueles em que as atividades econômicas não essenciais voltaram a ser permitidas parcialmente, ainda que com restrições quanto à ocupação do público nos locais e aos horários de funcionamento. Com a volta do comércio não essencial, as vendas presenciais são retomadas e, por consequência, o faturamento reflete tal recuperação.

- **Impacto médio no faturamento das empresas devido à crise do coronavírus:**

- 1ª edição (mar/20): -64%

- 2ª edição (abr/20): -70%
- 3ª edição (mai/20): -60%
- 4ª edição (jun/20): -55%
- 5ª edição (jul/20): -51%
- 6ª edição (ago/20): -45%
- 7ª edição (set/20): -40%
- 8ª edição (out/20): -36%
- 9ª edição (nov/20): -34%

Quanto ao impacto médio no faturamento mensal das pequenas empresas durante a pandemia em 2020, nota-se que nos dois primeiros meses foram registradas as maiores quedas no faturamento na mediana dos empreendedores participantes do censo, com quedas de 64% em março e 70% em abril, na média. A queda foi diluída ao longo dos meses, atingindo o menor patamar no último mês da pesquisa de 2020, quando fora registrada uma queda de 34% na mediana de faturamento, o que corresponde a uma diminuição de 36 pontos percentuais em relação ao mês em que o faturamento médio obteve a maior queda, em abril. A tendência de redução no tamanho do impacto no caixa das empresas provocado pela crise da pandemia se deve ao mesmo cenário de retomada gradual da economia a partir de setembro de 2020, ainda que com algumas restrições.

- **Pequenas empresas que realizaram demissões de funcionários contratados em regime CLT devido à crise do coronavírus:**

- 1ª edição (mar/20): 18%
- 2ª edição (abr/20): 12%
- 3ª edição (mai/20): 12%
- 4ª edição (jun/20): 10%
- 5ª edição (jul/20): 9%
- 6ª edição (ago/20): 8%
- 7ª edição (set/20): 8%
- 8ª edição (out/20): 8%
- 9ª edição (nov/20): 8%

Quanto à porcentagem de empresas que tiveram de demitir funcionários formais, ou seja, contratados em regime CLT, devido ao corte de gastos provocado pela pandemia, nota-se que o mês de março representou o período com maior registro de demissões, sendo que 18% dos empreendedores entrevistados tiveram de realizar cortes em seus quadros de funcionários em decorrência da situação financeira crítica. A partir de agosto, a pesquisa revelou que somente 8% dos empresários demitiram pelo menos um funcionário devido à crise, o que representa uma queda de 10 pontos percentuais entre o mês com maior registro de demissões (março) e o mês com menor número de baixas (agosto em diante). A pequena retomada econômica, proporcionada pela reabertura gradual do comércio a partir do terceiro trimestre do ano, refletiu na diminuição de empresas que precisaram demitir funcionários. No entanto, a décima edição da pesquisa mostra que o número de empresas que realizaram cortes de funcionários subiu para 11% em fevereiro de 2021, época em que o país voltou a viver uma explosão de casos e mortes pela doença e medidas mais rígidas de contingência do vírus foram retomadas.

- **Número de empresas com dívidas ou empréstimos com o pagamento em dia durante a crise da pandemia**

- 3ª edição (mai/20): 28%
- 4ª edição (jun/20): 27%
- 5ª edição (jul/20): 28%
- 6ª edição (ago/20): 33%
- 7ª edição (set/20): 34%
- 8ª edição (out/20): 36%
- 9ª edição (nov/20): 37%

Em relação ao endividamento das empresas de pequeno porte, o Sebrae iniciou a análise desse aspecto somente a partir da terceira edição da pesquisa, em maio de 2020. A partir dos dados fornecidos, observa-se que a menor porcentagem de empresas que registraram ter dívidas

ou empréstimos com o pagamento em dia ocorreu nos primeiros três meses da análise e a maior porcentagem de empresas com dívidas ou empréstimos ocorreu em novembro de 2020.

Dessa forma, nota-se que o número de empresas endividadas aumentou ao longo do ano, ao invés de regredir, conforme observado nos outros aspectos já analisados. Tal cenário encontra explicação a partir da necessidade de busca por crédito e empréstimos e pelo parcelamento de contas por parte dos pequenos empreendedores, visto que, em um primeiro momento da crise, grande parte dos entrevistados não estavam necessitando de crédito e estavam em dia com outras possíveis dívidas. Porém, com a persistência da crise e da proibição do funcionamento presencial do comércio e do setor de serviços por um período maior do que o esperado, muitos empreendedores tiveram que recorrer ao adiamento ou parcelamento de contas, à busca de crédito e a financiamentos de projetos, resultando em um aumento no número de empresas endividadas, ainda que elas estivessem em dia com o pagamento das dívidas.

- **Número de empresas inadimplentes com dívidas ou empréstimos durante a crise da pandemia**

- 3ª edição (mai/20): 33%
- 4ª edição (jun/20): 41%
- 5ª edição (jul/20): 40%
- 6ª edição (ago/20): 36%
- 7ª edição (set/20): 33%
- 8ª edição (out/20): 31%
- 9ª edição (nov/20): 31%

Em relação à inadimplência das empresas de pequeno porte com dívidas e empréstimos, o Sebrae iniciou a análise desse aspecto somente a partir da terceira edição da pesquisa, em maio de 2020. A partir dos dados fornecidos, observa-se que o maior registro de empresas inadimplentes ocorreu em junho de 2020, com 41%, e segue em alta ao longo dos meses de julho e agosto. Já o menor número de empresas inadimplentes acontece entre outubro e novembro, meses em que a taxa ficou em 31%.

A partir desta análise, nota-se a tendência de queda na quantidade de empresas inadimplentes ao longo de 2020, fato que pode ser explicado a partir da retomada parcial do faturamento das empresas após a reabertura do comércio em meados de setembro. Assim, com o faturamento se regularizando, ainda que aos poucos, as empresas voltaram a conseguir honrar com dívidas e empréstimos, o que fora impossibilitado de acontecer nos meses de principal queda no caixa.

- **Porcentagem de pequenas empresas que buscaram crédito em bancos públicos ou privados durante a pandemia**

- 2ª edição (abr/20): 30%
- 3ª edição (mai/20): 38%
- 4ª edição (jun/20): 39%
- 5ª edição (jul/20): 46%
- 6ª edição (ago/20): 54%
- 7ª edição (set/20): 51%
- 8ª edição (out/20): 50%
- 9ª edição (nov/20): 52%

Em relação à quantidade de empresas de pequeno porte que tentaram uma concessão de crédito por bancos públicos ou privados durante a crise, o Sebrae iniciou a análise desse aspecto somente a partir da segunda edição da pesquisa, em abril de 2020. A partir dos dados fornecidos, observa-se que os meses em que houve maior quantidade de pequenas empresas necessitando de crédito facilitado correspondem aos últimos meses do ano, visto que a partir de agosto de 2020 o número de empresas ficou acima dos 50% em todos os meses. Já o menor número de empresas em busca de crédito foi registrado nos primeiros meses da pandemia, entre abril e junho, em que a taxa percentual ficou abaixo dos 40% em todos os três meses.

Os números revelam que a quantidade de empresas necessitando de crédito facilitado aumentou ao longo do ano de 2020, indo na contramão de outros aspectos, como queda no faturamento e quantidade de demissões, os quais diminuiriam na comparação entre o início e o

fim do ano. Essa tendência demonstra que, inicialmente, a maior parte das empresas conseguiu manter seus gastos sem precisar recorrer a empréstimos com bancos, porém, como a proibição do funcionamento de atividades não essenciais perdurou por um tempo maior do que o esperado pelos empreendedores, o número de empresas que precisaram recorrer ao crédito facilitado para não encerrarem suas atividades por definitivo aumentou.

- **Porcentagem de pequenas empresas que conseguiram o crédito solicitado aos bancos durante a pandemia**

- 2ª edição (abr/20): 11%
- 3ª edição (mai/20): 14%
- 4ª edição (jun/20): 16%
- 5ª edição (jul/20): 18%
- 6ª edição (ago/20): 21%
- 7ª edição (set/20): 22%
- 8ª edição (out/20): 31%
- 9ª edição (nov/20): 34%

Em relação à quantidade de empresas de pequeno porte que solicitaram e conseguiram crédito facilitado junto a bancos públicos ou privados durante a crise, o Sebrae iniciou a análise desse aspecto somente a partir da segunda edição da pesquisa, em abril de 2020. A partir dos dados fornecidos, observa-se que os meses em que houve maior porcentagem de empresas que conseguiram ter acesso ao crédito foram os dois últimos meses da pesquisa em 2020, referentes aos meses de outubro e novembro, em que a taxa ficou acima dos 30% em ambos os meses. Já o período em que fora registrada a menor porcentagem de empresas que obtiveram acesso ao crédito corresponde aos primeiros meses da pandemia, entre abril e julho, de modo que a taxa de empresas que conseguiram o crédito solicitado ficou abaixo dos 20% em todos os meses que compreendem esse primeiro período.

A tendência revelada na análise deste aspecto segue a lógica do tópico anterior, pois quando cresce o número de empresas que precisam recorrer ao crédito facilitado, conseqüentemente, cresce a taxa de empreendedores que conseguem esse dinheiro. Contudo,

os dados mostram que a taxa de empresas que, de fato, conseguiram algum tipo de recurso junto a bancos privados e públicos, principalmente, ainda é muito baixa, visto que esta taxa não ultrapassa os 40% das solicitações, ou seja, nem metade dos micro e pequenos empreendedores que precisaram de empréstimo e que fizeram a solicitação do crédito conseguiram o benefício, fator que contribui para o aumento das dificuldades financeiras enfrentadas pelos pequenos negócios durante a crise do coronavírus, dificuldades essas que podem levá-los até à falência, nos casos mais graves.

6.8 Impactos do coronavírus sobre as micro e pequenas empresas por setor

Ainda de acordo com a série histórica produzida pelo Sebrae ao longo da pandemia de Covid-19, compreende-se que a maior parte das empresas brasileiras de pequeno porte sofreu as consequências desencadeadas pela pandemia. Contudo, observa-se que determinados setores da economia sofreram majoritariamente com a crise, isso porque tais segmentos dependiam com maior intensidade das atividades presenciais, quando comparados com outros que conseguiram se adaptar mais facilmente à realidade do e-commerce e das vendas ou realização de serviços por meio da plataforma virtual.

Dessa forma, ao final da série histórica acerca dos impactos da crise do coronavírus sobre os pequenos negócios no país em 2020, que corresponde a 9ª edição da série, nota-se que o setores que sofreram o maior impacto no faturamento devido à crise e às restrições de funcionamento impostas pela pandemia foram os setores de turismo e economia criativa, em que ambos tiveram impacto de, pelo menos, 62% no faturamento médio. O terceiro setor que enfrentou mais dificuldades foi o de academias, com queda de 50% no faturamento. O quarto setor que mais sofreu com a crise foi o de educação, com queda de 49% e, por fim, o quinto lugar foi ocupado pelo setor de transporte e logística, que sofreu queda de 46% (SEBRAE, 2021).

Segundo o Sebrae, o setor que menos sofreu com a pandemia foi o de saúde, o qual obteve queda de apenas 23% no faturamento, isso porque a doença provocou a eclosão de uma grave crise sanitária, fazendo com que a demanda por serviços hospitalares, compra de

remédios e atendimento médico crescesse substancialmente durante o combate ao vírus. Ao comparar-se o setor que obteve maior impacto (turismo e economia criativa) com o setor que registrou o menor impacto (saúde), nota-se uma diferença de 39 pontos percentuais. Observa-se, ainda, que o impacto médio nas empresas incluindo todos os setores da atividade econômica girou em torno de 39% ao final de 2020, conforme listado na tabela abaixo:

Figura 2: Impactos da pandemia sobre pequenos negócios por setor



Fonte: SEBRAE (2021)

6.9 Auxílios concedidos pelo governo federal às pequenas empresas

Primeiramente, se torna necessário analisar qual foi a postura do governo federal em relação ao setor empresarial, bem como a forma como as empresas de diferentes portes são vistas pela gestão pública do país. Para tanto, levar-se-á em consideração a fala do ministro da economia, Paulo Guedes, durante a reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020 que foi gravada e que veio à público, após decisão do Supremo Tribunal Federal, STF. O pronunciamento dizia: "nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos para salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas". (LOPES, 2020). Tal afirmação explana a visão do governo acerca das empresas de pequeno porte, o qual demonstra de forma clara a falta de interesse em liberar recursos para a classe,

sendo esta uma das principais razões que levaram essas empresas ao enfrentamento de incontáveis dificuldades ao longo da pandemia de Covid-19.

Assim, na tentativa de mitigar os efeitos da crise econômica - que se instalou no país após a interrupção das atividades consideradas não essenciais - sobre o setor empresarial, o governo federal criou, em maio de 2020, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O programa é voltado para a destinação de recursos às micro e pequenas empresas durante a pandemia, o qual liberou, no total, R\$37,5 bilhões, desde a data de sua criação até o final de 2020, sendo este montante liberado em três etapas. A primeira injeção de recursos no fundo contou com a liberação de R\$ 15,9 bilhões. Posteriormente, a União aprovou uma segunda injeção, de R\$ 12 bilhões, no fundo e, por fim, o terceiro e último investimento, no valor de R\$ 10.193.233.748,02. A partir dos mais de R\$ 37 bilhões liberados para ajudar os pequenos negócios do país, foram contratadas 516.863 operações, isto é, o programa beneficiou quase 517 mil micro e pequenos empreendedores durante a crise do coronavírus (BOLZANI, 2020).

No entanto, o governo estabeleceu regras para o acesso ao financiamento, de modo a limitar a quantidade de beneficiários e garantir que o empréstimo fosse pago ao final do prazo estipulado. Assim, o auxílio foi destinado a micro e pequenas empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões, em que o crédito concedido foi o equivalente a 30% da receita anual registrada no ano anterior (2019). A verba também está restrita às empresas que não estão sendo condenadas por trabalho análogo à escravidão ou por exploração da mão de obra infantil. Já as empresas negativadas no mercado teriam acesso ao crédito apenas se a instituição financeira mediadora do repasse autorizasse a liberação. O retorno do auxílio estava previsto para acontecer em até 36 meses após o empréstimo com juros referente a taxa Selic mais 1,25% para as operações realizadas até 31 de dezembro de 2020 e da Selic mais até 6% para os financiamentos fechados a partir de janeiro de 2021.

Em junho de 2020, o governo de Jair Bolsonaro também criou o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) para conceder crédito facilitado a micro, pequenas e médias empresas que obtiveram faturamento bruto entre R\$360 mil e R\$300 milhões em 2019. A criação do programa foi feita a partir de uma Medida Provisória (MP) e que, posteriormente, fora aprovada pelo Congresso Nacional. A primeira iniciativa abarcada no projeto de lei foi a chamada Peac- Maquininhas, a qual concederia crédito aos pequenos negócios por meio das máquinas de cartão de crédito e débito. Para isso, os pequenos empreendedores deveriam

solicitar o benefício com um dos bancos autorizados a fazer o repasse da verba, que consistiu em cerca de 10 bilhões disponibilizados pelo BNDES (GOMES, 2020).

Ao adquirir o benefício, uma das obrigações impostas ao empreendedor é o pagamento de 8% dos direitos creditórios sobre vendas futuras efetuadas via sistema de maquininha ao banco que concedeu o auxílio. Esta modalidade de crédito prevê que o pequeno empreendedor receba até o dobro da média de vendas mensais efetuada a partir do pagamento de maquininhas, desde que não exceda o valor de R\$ 50 mil por cada empreendedor contratante. Já as condições de pagamento do empréstimo prevê uma taxa de juros de 6% ao ano, com prazo de até 36 meses para o pagamento e com carência de 6 meses para o início do pagamento.

Já em relação à segunda iniciativa incluída na Peac é a Peac- FGI, a qual permite que o empreendedor efetue um empréstimo via Fundo Garantidor de Investimento para cobrir operações que tenham sido contratadas até o final de 2020. O aporte concedido ao fundo do BNDES para esta modalidade foi de 20 bilhões de reais. Dessa forma, o empreendedor poderia solicitar um limite de até R\$ 10 milhões ao FGI, com carência de, no mínimo, 6 meses e, no máximo, 12 meses para começar a pagar. O prazo máximo para o pagamento ficou estipulado em 60 meses e a taxa de juros para esta modalidade não fora definida no texto do Projeto de Lei (GOMES, 2020).

Em relação ao programa Peac criado pelo governo Bolsonaro por meio de uma MP e que fora levado ao Congresso para votação a fim de se instituir o Projeto de Lei ou não, o crítico da Folha de S. Paulo, Vinicius Torres, questionou que:

Falta ainda dinheiro para que empresas não naufraguem em massa, sejam micro ou médio-grandes, não importa. Faz duas semanas que está no governo uma conversa sobre dar crédito aos micro pelo sistema das maquininhas (pelo qual bancos financiam as vendas a crédito dos pequenos, em suma). Cadê? Seja esta ou outra solução, está atrasada em relação ao crédito para as pequenas e médias, de resto insuficiente. Faz umas duas semanas se espera um plano de socorro para microempresas (com faturamento inferior a R\$ 360 mil por ano) e para empresas maiores (faturamento anual de R\$ 10 milhões por ano) que vão naufragar igualmente na paralisação da epidemia, a depender dos setores. Cadê? (TORRES, 2020).

Além do Pronampe e das iniciativas englobadas no Peac, outros programas de proteção às micro e pequenas empresas também foram criados, como o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado a empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões. Este, por sua vez, consistiu na liberação de 40 bilhões de reais pelo governo federal, a fim de ajudar os pequenos empreendedores a manterem seus funcionários mesmo com as portas fechadas, devido à pandemia. De acordo com uma investigação feita pelo jornal *The Intercept*, constatou-se que apenas 3,6% do montante disponibilizado foi repassado pelos bancos e pelas cooperativas de crédito, beneficiando, de fato, os micro e pequenos empresários, o que equivale a um repasse de apenas R\$ 1,44 bilhão dos R\$ 40 bilhões. Assim, o auxílio efetivamente concedido à classe contemplou cerca de 1 milhão de trabalhadores, o que corresponde a 8,2% da quantidade esperada pelo programa, e de 61,6 mil empresas, o que equivale a apenas 4,4% da quantidade de empresas que o programa visava ajudar (SALMEN, 2020).

A denúncia deu margem à abertura de inquérito civil pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) para investigar a postura dessas instituições financeiras em relação ao repasse da verba, a fim de identificar se houve irregularidades no processo e se os bancos e as cooperativas de crédito, de fato, não cumpriram o papel de ajudar os micro e pequenos empreendedores. O Itaú, um dos bancos autorizados a fazer o repasse, afirmou em nota que atendeu a 90% das solicitações recebidas de maneira ágil e sem burocracias, emprestando mais de R\$ 1,2 bilhão às empresas que pediram o auxílio (SALMEN, 2020).

O presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (Simpipi), Joseph Couri, declarou, em entrevista ao jornal *Uol*, também do grupo *Folha*, que apenas 14% das empresas desse porte no estado conseguiram crédito de iniciativa pública, ou seja, que tenha sido concedido por um dos seis programas do governo criados em 2020 para ajudar empresas a suportarem a crise da pandemia. (PORTAL CONTÁBIL, 2021). Juntas, as iniciativas injetaram R\$202,6 bilhões no fundo que garante o acesso aos recursos públicos. No entanto, em 2021, cinco dos seis programas perderam a vigência, sendo renovado apenas o Pronampe. Dessa forma, será injetado no fundo que garante crédito aos micro e pequenos negócios cerca de R\$ 16 bilhões ao longo de 2021, o que corresponde a 8% do valor do fundo em 2020, restringindo ainda mais a quantidade de empresas que terão acesso ao crédito facilitado pelo governo.

Dessa forma, tem-se um ponto importante a ser destacado: o crédito liberado pelo governo federal não foi concedido diretamente às empresas e sim aos bancos e instituições intermediárias que ficaram responsáveis pela liberação, ou seja, que funcionaram como uma ponte para o transporte do dinheiro que saiu dos cofres públicos com destino aos micro e pequenos negócios.

Uma pesquisa realizada pelo Sebrae para analisar os impactos da pandemia sobre os pequenos negócios no país coletou dados no período de 27 a 30 de julho de 2020 (SEBRAE, 2020). O levantamento ouviu mais de 6 mil empreendedores entre Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempreendedores (MEs) e proprietários de Empresas de Pequeno Porte (EPPs). A pesquisa revelou que 54% desses empreendedores buscaram empréstimos em bancos para tentar aliviar a situação financeira. Os bancos mais procurados para a concessão de crédito foram a Caixa Econômica Federal (58%) e o Banco do Brasil (25%), em que ambas são instituições públicas ou de economia mista (público-privado).

Porém, o censo identificou que, de todos os empreendedores que tentaram um empréstimo com os bancos, 56% deles não conseguiram o benefício e 24% ainda não haviam obtido uma resposta das instituições, até o momento da pesquisa. Ou seja, apenas 21% dos empresários conseguiram o crédito necessário para sobreviver à crise instalada pela Covid-19, o que demonstra a pouca iniciativa dos bancos em relação à concessão de ajuda financeira para empresas de tais portes. Além disso, a maior parte dos pedidos por crédito foram solicitados junto a bancos públicos, os quais, normalmente, já oferecem linhas mais acessíveis e menos burocráticas, mas mesmo tais instituições endureceram as regras para conceder empréstimos em meio à pandemia, dificultando a situação dos proprietários de pequenos negócios do país (SEBRAE, 2020).

Se por um lado essas instituições se tornaram alvo de investigação devido à ausência de repasses, por outro lado elas foram responsáveis pela liberação do dinheiro, mesmo que de forma parcial. Assim, tem-se como exemplo o Pronampe, dos 15,9 bilhões de reais que foram disponibilizados pelo governo, em um primeiro momento, R\$ 14,6 bilhões foram repassados em apenas um mês de vigência do programa, segundo o jornal Folha de S.Paulo. Este montante corresponde a um repasse de 91,8% dos recursos concedidos pelos cofres públicos (BOLZANI, 2020).

A polêmica atuação dos bancos e das instituições financeiras no repasse das verbas públicas às micro e pequenas empresas pode ser explicada por alguns fatores, como: o fato de essas empresas serem menores implica diretamente no capital social, que é limitado, e, por consequência, restringe o valor do empréstimo que pode ser concedido pelos bancos; também há a questão do ceticismo por parte dessas instituições em relação ao retorno do financiamento, já que as pequenas empresas possuem um capital menor, diminuindo a garantia da devolução do dinheiro e aumentando o risco de inadimplência; e, por fim, há o risco de falência por parte dessas empresas, visto que, muitas delas, podem não estar consolidadas no mercado em que atuam.

Vale ressaltar que, concomitantemente à criação do Pronampe de concessão de crédito a micro e pequenos negócios, o governo lançou uma medida de proteção às instituições financeiras mediadoras dos repasses, a partir do Fundo Garantidor de Operações (FGO). O fundo prevê que os cofres públicos cubra até 85% de todas as operações aos bancos, em caso de inadimplência por parte das pequenas empresas. Dessa forma, as instituições financeiras credenciadas ao programa teriam uma garantia de até 85% do valor emprestado, caso o micro ou pequeno empreendedor decretasse falência ou deixasse de honrar com o pagamento do empréstimo, amortizando grande parte das perdas que essas instituições pudessem vir a registrar.

De acordo com a doutora em economia e professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Vanessa da Costa, em entrevista à pesquisadora, “embora necessária, a redução da taxa de juros não faz com que os bancos liberem o crédito na economia, em função do alto risco de falência das empresas. E mesmo com crédito, não há expectativas que levam ao investimento nessas empresas”, explicou a economista em relação ao mecanismo de corte da taxa básica de juros, a Selic, que fora adotado pelo governo federal por inúmeras vezes ao longo de 2020, a fim de baratear o acesso ao crédito tanto pela população, quanto pelo setor empresarial.

A Selic finalizou o ano de 2020 cotada a 2%, o que representa uma queda significativa em comparação à cotação de 4,25% verificada em fevereiro do mesmo ano. Assim, o corte na taxa demonstra a tentativa do governo federal de impulsionar a economia, especialmente em um momento de crise como o da pandemia, por meio do barateamento do crédito e da redução da inflação, que seria responsável por estimular o consumo. No entanto, o corte da taxa não foi suficiente para facilitar o acesso das pequenas empresas ao crédito, visto que os bancos

endureceram o processo por meio da exigência de inúmeros pré-requisitos para acessar o empréstimo, devido aos fatores de risco supracitados. De acordo com a economista, “(...) as medidas que foram adotadas, até o momento, para atingir as micro, pequenas e médias empresas não foram suficientes. Por exemplo, seria importante o acesso ao crédito por parte dessas empresas a juros zero”.

Em linhas gerais, a redução da Selic para 2% e as condições de empréstimo oferecidas pelo Pronampe se demonstraram eficientes de forma relativa para democratizar o acesso ao crédito pelas pequenas empresas, uma vez que a condição para a devolução do dinheiro imposta pelo Pronampe foi a de que as empresas deveriam pagar o empréstimo sob a correção monetária equivalente à soma da cotação da Selic com a taxa de 1,25% ao ano. Porém, os financiamentos fechados a partir de 2021 deveriam ser pagos sob a correção correspondente à Selic acrescida de uma taxa de até 6%, valor muito maior do que o estipulado para 2020. A última cotação da Selic em 2021 foi verificada em 4,25%, ou seja, o governo não só deixou de zerar a taxa de juros do empréstimo para conceder o auxílio de forma, de fato, mais acessível, como também aumentou a taxa de correção do valor emprestado de um ano para o outro, mesmo com o país ainda mergulhado na crise pandêmica.

Para ilustrar o cenário apresentado, toma-se como exemplo dois microempreendedores que conseguiram um auxílio do Pronampe no valor de R\$ 100 mil cada um. O empresário 1 obteve o auxílio em 2020, ou seja, ao retornar o dinheiro, ele deverá pagar os 2% da Selic acrescidos de 1,25%, totalizando 3,25% sobre o valor emprestado. Assim, no ato da devolução do benefício ao banco, o empresário pagaria R\$ 103, 25 mil. Já o empresário 2 obteve o empréstimo em 2021, quando a taxa de correção para a devolução subiu para a Selic mais 6%. Com a Selic cotada a 4,25%, este empreendedor deverá devolver o valor, portanto, com um acréscimo de 10,25%. Dessa forma, o empresário 2 devolverá ao banco R\$ 110,25 mil, isto é, 7 mil reais a mais do que o primeiro que tomou o empréstimo em 2020.

6.10 Outras medidas adotadas pelo governo federal para auxiliar pequenas empresas durante a crise

Além dos auxílios concedidos pelo governo em forma de crédito facilitado, outras medidas foram adotadas na tentativa de mitigar os impactos da crise do coronavírus sobre os pequenos negócios. A primeira delas faz referência à prorrogação de impostos e tributos que

são cobrados dos pequenos negócios. Dessa forma, a medida consistiu em oferecer aos pequenos empreendedores a opção de adiar o pagamento de impostos federais que compõem o chamado Simples Nacional, fazendo com o que o recolhimento do Simples Nacional referente aos meses de março, abril e maio de 2020 (período que corresponde aos três primeiros meses da pandemia) fosse postergado para outubro, novembro e dezembro de 2020. Os impostos municipais, como o ISS e o ICMS, também ofereceram a condição de adiamento, permitindo que o recolhimento referente aos meses de março, abril e maio de 2020 fosse transportado para julho, agosto e setembro do mesmo ano.

A segunda medida adotada foi o oferecimento do parcelamento ou adiamento de pagamento do FGTS, contribuição referente ao valor obrigatoriamente depositado pelas empresas no fundo para garantir uma reserva de emergência aos funcionários em casos de afastamento, acidentes de trabalho, problemas de saúde, entre outras ocasiões. A condição ofereceu às empresas a opção de adiar o FGTS referente aos meses de abril, maio e junho de 2020 para julho do mesmo ano, sendo que o valor poderia ser dividido em até seis parcelas mensais, que deveriam ser pagas até dezembro de 2020.

A terceira medida de auxílio se trata do oferecimento da condição de adiamento do recolhimento do PIS, Cofins e contribuições previdenciárias. Dessa forma, os pequenos empreendedores poderiam postergar o pagamento do PIS e do Cofins referentes aos meses de abril e maio para agosto e setembro de 2020.

Tendo em vista tais medidas adotadas pelo governo federal, leva-se em consideração uma análise realizada pelo Observatório MPE do Sebrae, a qual levantou questionamentos em relação a essas ações adotadas pelo governo. A crítica tecida pelo Sebrae gira em torno de uma ‘solução’ pouco eficiente para aliviar as contas dos pequenos empreendedores, uma vez que postergar o pagamento de impostos e contribuições pode até ajudar em um primeiro momento, porém, quando essas contas começarem a vencer em um futuro próximo, os empreendedores estarão endividados após terem acumulado meses de contribuições que já deveriam ter sido quitadas, criando o que se caracteriza por uma ‘bola de neve’ de contas a pagar em meio a uma crise sem precedentes e sem previsão para acabar.

O governo alegou que o adiamento do pagamento de tais impostos para o terceiro trimestre de 2020 iria coincidir com o período de retomada econômica, em que as medidas de restrição social para conter o vírus já teriam sido afrouxadas ou extintas, o que supostamente

permitiria a regularização do faturamento das micro e pequenas empresas, cenário que se concretizou parcialmente, visto que a doença não regrediu definitivamente, o que demandou a retomada de medidas de restrição social e fechamento da economia novamente no início de 2021, quando a pandemia atingiu o auge de número de casos e mortes no país.

Dessa forma, constatou-se que o adiamento ou parcelamento de impostos federais e municipais e de contribuições previdenciárias oferecidos pelo governo às micro e pequenas empresas não consolidou uma medida eficaz contra o superendividamento e a falência dos pequenos negócios, já que a economia não retomou suas atividades ‘normais’ conforme o previsto pelo governo e, portanto, o faturamento de grande parte das empresas permaneceu fortemente afetado pela crise da pandemia ao longo de 2020 e de 2021.

Os especialistas do Observatório MPE do Sebrae afirmam que:

Não se trata apenas de suspender pagamentos, mas essencialmente, criar mecanismos para que o faturamento e as negociações com todos os credores – governamentais e não governamentais – sejam compatíveis com o “novo normal”. Ao sinalizar o retorno de tais obrigações fiscais, que são apenas parte do enorme desafio da gestão financeira empresarial, para tão breve, o governo pode vir a precipitar decisões drásticas de quem já percebe que mais adiante, sobrevivido à Covid-19, não sobreviverá ao superendividamento. (OBSERVATÓRIO MPE, p.4, 2020).

7. Estudo de caso com microempreendedora do setor de comércio e serviços

A fim de compreender o tema que fora proposto neste estudo, buscou-se realizar um estudo de caso para acompanhar detalhadamente a situação financeira de um pequeno empreendedor, com o objetivo de identificar como a pandemia de Covid-19 impactou o negócio, quais foram as principais consequências, quais estratégias foram tomadas para mitigar os impactos da crise, a quais recursos o pequeno empreendedor recorreu para encontrar alternativas de sobrevivência, como se desencadeou o quadro de funcionários durante a crise, se houve tentativas de busca por crédito e outros benefícios oferecidos pelo governo, o que aconteceu com o faturamento da empresa ao longo de 2020, se houve retomada ou não nas vendas e, conseqüentemente, no faturamento, dentre outros fatores que foram abordados ao longo das conversas estabelecidas.

Para isso, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, foram realizadas, ao longo de duas semanas, entrevistas em profundidade com uma microempreendedora do ramo de gráfica e papelaria, que pertence ao setor de serviços, devido ao serviço de impressão prestado e ao setor de comércio, do ponto de vista da venda e comercialização de materiais escolares.

7.1 Como nasceu o negócio

Sandra Ribeiro Pereira, de 51 anos, é proprietária da gráfica e papelaria Aquarela, que foi aberta em 1992, ainda como um negócio informal, na cidade de São Carlos (SP). A empresária é graduada e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e enxergou a oportunidade de empreender quando, ainda na universidade, identificou a necessidade de ampliar o serviço de impressão dentro da faculdade, visto que havia apenas uma loja de impressão de materiais acadêmicos no campus da universidade.

Sandra observou que a única gráfica que existia no campus da UFSCar à época não dava conta de atender a todos os pedidos de impressão de alunos e professores, fazendo com que grandes filas se formassem no local durante a espera pela impressão dos materiais. A partir desta observação, Sandra decidiu, ao lado de seu marido, abrir a segunda gráfica no campus da universidade, com o intuito de ampliar o serviço de impressão no ambiente universitário e reduzir as filas de espera que se concentravam em um único lugar.

Assim, a empresa fora criada em 1992 sob condição de informalidade e, somente, em 1994 é que fora aberto um CNPJ, registrando formalmente a gráfica como uma Micro Empresa (ME). Com o aumento das demandas de impressão ao longo dos anos, a gráfica ganhou três pontos de instalação dentro do prédio da UFSCar, além da instalação de duas lojas no centro da cidade. Devido ao fato de a UFSCar ser uma universidade de iniciativa pública, a manutenção de lojas e comércios dentro do campus se dá por meio de processos de licitação abertos pela administração pública. Dessa forma, com o passar do tempo, a empresa de Sandra perdeu o processo licitatório sobre duas das três instalações que haviam no campus, o que fez com que a empresária fechasse as unidades da gráfica que existiam na universidade para manter apenas as unidades instaladas no centro, as quais, posteriormente, se fundiram em uma só unidade.

7.2 Características gerais da microempresa

Atualmente, a gráfica e papelaria Aquarela possui uma única unidade situada na Avenida São Carlos - Centro, entre a UFSCar e o campus I da Universidade de São Paulo

(USP). As principais atividades produtivas da empresa giram em torno da impressão de livros e materiais acadêmicos, impressão de panfletos, cartazes e banners para empresas e confecção de cartões e convites para empresas e eventos. Além da prestação de serviços gráficos, a empresa também passou a comercializar itens de papelaria para atingir o público infanto-juvenil que se encontra em idade escolar e o público universitário-acadêmico. Porém, de acordo com a empresária, a venda de materiais escolares e itens de papelaria representa cerca de 20% do faturamento da empresa, sendo a atividade de impressão o foco do negócio, responsável por cerca de 80% do faturamento.

Já em relação ao perfil dos clientes, a empresa possui uma clientela fixa e consolidada, realizando impressões em grande quantidade para empresas que contratam o serviço há anos. Outro público importante para a gráfica é o público do ambiente acadêmico, em que alunos e professores procuram pelo serviço de impressão com certa frequência, visto que muitos materiais acadêmicos ainda são utilizados na versão impressa. Por fim, uma parcela menos significativa da carteira de clientes se caracteriza pelas pessoas que consomem itens de papelaria e pelas pessoas que demandam serviços de impressão esporádicos, não compondo o perfil de clientes fixos que fazem encomendas mensais como os demais.

Quanto à estrutura administrativa, a empresa de cunho familiar é administrada pela empresária Sandra e seu marido, além da filha do casal que atua na área contábil e financeira do negócio. A gráfica conta, hoje em dia, com cinco funcionários contratados formalmente em regime CLT.

7.3 Principais impactos sofridos pela gráfica durante a pandemia

A partir da eclosão da pandemia de Covid-19 em março de 2020, a gráfica começou a sentir os primeiros impactos ainda neste mês, quando em 23 de março teve de interromper temporariamente suas atividades devido às restrições impostas no combate à disseminação do vírus. Com isso, a empresa permaneceu 100% fechada até o dia 4 de maio, isto é, cerca de um mês e meio sem funcionar e sem realizar uma venda sequer.

Dessa forma, os impactos provocados pela eclosão da doença não tardaram a aparecer, fazendo com que a demanda por impressões reduzisse vertiginosamente devido à paralisação das atividades por parte das empresas clientes e à queda na demanda de impressões por parte de alunos e professores, visto que as universidades suspenderam as aulas presenciais, fazendo com que inúmeros alunos voltassem para suas cidades de origem e passassem a consumir

conteúdos online em razão da adoção do método de ensino à distância (EAD), acessando materiais em PDF e não mais impressos.

Com a queda na demanda de serviços, conseqüentemente houve queda no faturamento da empresa, a qual passou a utilizar suas reservas de emergência para quitar as despesas mensais, como luz, folha de pagamento de funcionários, maquinário e mercadorias. Além da queda no faturamento, a gráfica enfrentou uma alta de cerca de 40% no preço dos produtos, que se elevou devido à suspensão da fabricação por parte das empresas fabricantes, já que a pandemia alterou o funcionamento de todas as empresas de inúmeros setores.

7.4 Análise do faturamento da microempresa ao longo de 2020

Um dos principais impactos provocados pela pandemia de Covid-19 sobre a gráfica e papelaria Aquarela foi a queda nas vendas devido à paralisação das atividades nos setores aos quais os principais clientes da empresa pertencem. Dessa forma, os clientes que majoritariamente contratam a gráfica se referem àqueles que realizam a confecção de informes de propaganda ou divulgação de eventos, porém, estes suspenderam as demandas de impressão, pois o segmento de eventos foi o primeiro a ser afetado pela pandemia após a imposição de uma série de medidas de isolamento social. Outra parcela significativa de clientes da gráfica se trata de estudantes e professores universitários que, com a pandemia, tiveram suas aulas suspensas, o que implicou diretamente na interrupção de demandas de impressão de materiais acadêmicos. Além disso, com as aulas suspensas, a venda de itens de papelaria e materiais escolares reduziram substancialmente, visto que o consumo de tais produtos se tornou dispensável para o momento.

Sendo assim, a gráfica registrou grande queda nas demandas de serviço para além do período em que permaneceu 100% fechada, de março a maio de 2020 conforme supracitado. A redução nas demandas por impressão refletiu diretamente no faturamento da empresa, que em 2020 registrou uma queda de 87%, na média entre os 12 meses do ano e na comparação com a receita obtida em 2019, ano pré-pandêmico.

Com o objetivo de compreender detalhadamente como a pandemia afetou o faturamento da gráfica, fora realizada uma análise, a fim de se comparar os resultados obtidos em 2020 com os resultados registrados em 2019, antes da crise. Dessa forma, tem-se que entre março e o início de maio de 2020 o faturamento da empresa foi nulo, visto que esta permaneceu com as portas 100% fechadas e sem realizar vendas. Após uma certa flexibilização nas medidas de

combate ao vírus, a empresa voltou a funcionar, atendendo os clientes por uma janela para evitar o contato. Dessa forma, ao final do mês de maio a gráfica voltou a realizar demandas de impressão e com isso faturou os serviços prestados, ainda que tenha sido um faturamento pouquíssimo expressivo, representando cerca de 10% da receita média mensal que a empresa possui em épocas regulares. Os meses que prosseguiram, junho e julho, também representaram pouca expressividade na receita da empresa, a qual obteve entre 20% e 30% do faturamento registrado em meses regulares.

A partir de agosto de 2020, a gráfica passou a registrar uma melhora progressiva na receita, que se sustentou até dezembro de 2020. Tal cenário se deve à abertura gradual do comércio, determinada pelo Plano São Paulo de combate à pandemia, o qual permitia a abertura de alguns setores conforme as fases estabelecidas com base no número de casos e mortes pela doença nas macrorregiões do estado. Sendo assim, em meados de setembro e outubro, quando a cidade de São Carlos entrou na fase amarela do plano, a qual permitia o funcionamento de atividades não essenciais porém com restrição de horários e dias na semana, a gráfica voltou a atender a demanda dos clientes fixos e, conseqüentemente, voltou a obter uma receita entre 40% e 50% do faturamento registrado em épocas regulares.

Os dois últimos meses de 2020, novembro e dezembro, foram responsáveis por uma melhora significativa no faturamento da gráfica, visto que a doença havia regredido parcialmente na macrorregião de São Carlos e as atividades econômicas voltaram a se aquecer motivadas pela flexibilização das medidas tomadas pelas pessoas em relação ao medo do vírus. Dessa forma, o faturamento fora recuperado significativamente, ficando acima de 60% do registrado em épocas usuais nos dois últimos meses do ano. Entretanto, a receita da empresa voltou a sofrer queda drástica a partir de janeiro de 2021, quando os números de casos e mortes pelo vírus iniciaram uma sequência de explosão.

Tendo em vista tais aspectos, compreende-se que o faturamento da empresa Aquarela oscilou em consonância com as variáveis da pandemia, de modo que as medidas que foram sendo adotadas para controlar a disseminação do vírus influenciavam negativamente na atividade econômica da gráfica, na mesma proporção que as flexibilizações das medidas tinham impacto positivo sobre a demanda e a conseqüente receita da empresa. fazendo com que esta atravessasse momentos melhores e piores de acordo com o cenário da pandemia.

7.5 Estratégias adotadas pela gráfica para mitigar os efeitos da crise

A fim de sobreviver à pandemia e reverter a queda brusca na receita da empresa, a empresária afirmou, ao longo das entrevistas à pesquisadora, que foram adotadas algumas medidas alternativas à crise. A primeira delas se refere ao investimento massivo nas vendas via WhatsApp, o que facilitou o processo de encomenda por parte dos clientes, os quais já não mais precisavam ir à loja para encomendar uma impressão, já que passou a ser possível efetuar o pedido virtualmente pelo WhatsApp ou por e-mail. Para melhor atender os clientes pela plataforma de mensagens instantâneas, a empresa adquiriu novos aparelhos celulares e, hoje, conta com 3 dispositivos para satisfazer as demandas. Todavia, a plataforma não permite ampla divulgação para angariar mais clientes e atingir mais públicos, ela apenas facilita o processo de encomenda, principalmente, para os clientes fixos e consolidados que já conhecem o trabalho da empresa.

A segunda medida adotada se trata da adoção do sistema de entrega das demandas de impressão via delivery. Antes da pandemia, a empresa realizava a entrega dos pedidos somente para grandes demandas de clientes fixos e, após a eclosão da pandemia, a gráfica passou a entregar tanto os pedidos maiores quanto os de pequena quantidade, a fim de proporcionar maior facilidade e segurança aos clientes que deixaram de ter a necessidade de voltar à loja para retirar as impressões encomendadas.

Por fim, a empresária contou que fora criado um site para que a empresa alavancasse as vendas online, porém, a medida se mostrou pouco eficiente para a tentativa de angariar mais clientes, pois o site alcançou poucos acessos e, conseqüentemente, foram fechadas poucas vendas via tal plataforma. Essa constatação revela o caráter de dependência das atividades em loja física que a microempresa possui, uma vez que as vendas são majoritariamente pautadas pelo contato presencial dos clientes com a gráfica e pelo contato via WhatsApp, canal utilizado principalmente pelos clientes já consolidados que apenas efetuam seus pedidos virtualmente.

7.6 Análise do quadro de funcionários da microempresa ao longo da crise

Em relação ao quadro de funcionários da gráfica Aquarela, constatou-se que, no início de 2020, a microempresa contava com 9 funcionários contratados formalmente em regime CLT. Contudo, ao longo do ano pandêmico, dois funcionários se desligaram da empresa, o que fez com que o quadro fosse reduzido para 7 colaboradores. O desligamento dos dois contribuintes ocorreu por parte dos próprios funcionários, sendo que um pediu as contas devido

à tentativa de empreender e criar seu próprio negócio e o outro se desligou devido a questões pessoais.

Dessa forma, observou-se que os dois desligamentos que ocorreram durante o ano pandêmico não partiram da empresa e, tampouco, se deram em virtude da crise provocada pela pandemia, uma vez que os funcionários se auto-desligaram da empresa. Já em 2021, outros dois desligamentos ocorreram, reduzindo o quadro da gráfica para 5 funcionários, número atual de colaboradores na microempresa. Porém, novamente as demissões não partiram da empresa e sim dos próprios funcionários.

A empresária Sandra contou, ao longo das entrevistas à pesquisadora, que não fora necessário demitir pessoas devido à queda no faturamento provocada pela pandemia. No entanto, após os desligamentos espontâneos, a empresa não voltou a contratar novos funcionários para substituir os que deixaram seus respectivos cargos, isso porque a demanda de serviços já havia registrado uma redução significativa, fazendo com que o quadro enxuto fosse capaz de satisfazer as demandas de impressão.

Sendo assim, compreende-se que a empresa analisada não registrou a necessidade de realizar demissões devido à ausência de condições para manter o quadro de funcionários durante a crise causada pela pandemia de Covid-19, o que demonstra a estabilidade da empresa diante da situação, a qual fora capaz de manter seus funcionários mesmo após a queda drástica no faturamento. A situação em que houve desligamentos se desencadeou, portanto, de forma espontânea, partindo dos próprios funcionários. Porém, a gráfica não teve a necessidade de contratar novos funcionários para preencher os cargos que ficaram vacantes após as demissões, revelando que a crise foi responsável pela redução nas demandas de serviço e, conseqüentemente pela queda na receita da empresa, a ponto de impossibilitar que novas contratações fossem feitas para suprir a ausência dos colaboradores que deixaram seus cargos.

7.7 Recursos e benefícios obtidos pela gráfica para avaliar os impactos da crise

A fim de reduzir os impactos da crise deflagrada pela pandemia de Covid-19, a gráfica Aquarela teve de recorrer a benefícios e incentivos concedidos pelo governo federal ao longo do ano de 2020. Para isso, a microempresa recorreu ao Pronampe que, conforme explicado em tópicos anteriores, consiste em um programa de auxílio a micro e pequenas empresas brasileiras

com juros baixos e condições de pagamento facilitadas com o objetivo de avaliar os efeitos da pandemia sobre a classe.

A empresária relatou que, em uma primeira tentativa de aquisição do benefício concedido pelo Pronampe, não conseguiu acessar o crédito, pois a quantia que fora liberada pelo Banco do Brasil se gostou em poucas horas após a abertura do prazo para solicitação do auxílio. Assim, ela teve de aguardar até a abertura do segundo prazo de solicitação, quando finalmente teve o pedido deferido. Contudo, até que o benefício fosse aprovado, a empresária teve de realizar alguns investimentos na empresa para aumentar as chances de obtenção do recurso, em uma estratégia de “acúmulo de pontos”. Essa medida consiste na organização estrutural da empresa, de modo que as dívidas sejam quitadas, o quadro de funcionários seja mantido, a receita da empresa seja comprovada e o capital social seja ampliado, a fim de comprovar a capacidade da empresa de ser uma boa pagadora, para devolver o empréstimo ao final do prazo acordado, e a estabilidade da empresa mesmo diante de uma crise, o que a coloca à frente de outras empresas que também solicitaram o benefício.

Após a realização dos investimentos necessários, a empresária enviou a solicitação ao Banco do Brasil e, após pouco mais de um mês, teve o pedido aprovado. O auxílio concedido à gráfica Aquarela girou em torno do valor de R\$ 98 mil, montante que fora destinado à compra de novas máquinas de impressão, ao investimento em um novo espaço para a loja, ao pagamento dos funcionários e ao caixa da empresa, a fim de aumentar as reservas de emergência, caso a pandemia voltasse a avançar e demandasse novas medidas de restrição e paralisação das atividades.

Além do Pronampe, a gráfica recorreu a outra medida oferecida pelo governo federal que foi o pagamento compartilhado dos salários dos funcionários. Essa política consistia na solicitação do pagamento de uma determinada porcentagem do salário dos colaboradores, dessa forma, o empresário ficaria responsável pelo pagamento de uma parte da remuneração, enquanto a outra metade seria paga pelo governo. A gráfica acionou o recurso e garantiu o benefício para auxiliar no pagamento dos salários de parte dos funcionários, a fim de preservar os colaboradores e evitar possíveis demissões devido à queda na receita da empresa.

Em linhas gerais quanto à aquisição de benefícios concedidos pelo governo, compreende-se que a Gráfica Aquarela obteve acesso a todos os benefícios solicitados, tanto o Pronampe como o auxílio no pagamento da folha salarial, pois, de acordo com a empresária

entrevistada, a empresa vivia um momento de estabilidade quando eclodiu a pandemia, o que fez com que a empresa sentisse com menos intensidade os impactos provocados pela crise. A empresária afirmou, ainda, que a empresa possuía reserva de emergência no caixa quando teve de paralisar suas atividades em virtude da doença, permitindo que ela fosse capaz de sobreviver a quase dois meses com as portas fechadas e sem realizar vendas. Sandra relatou também que o crédito adquirido com o Pronampe fora utilizado, majoritariamente, para a realização de investimentos na empresa e não para o pagamento de dívidas ou para sobrevivência, exclusivamente. Quando questionada, a empresária alegou que nunca pensou na possibilidade de falência de seu negócio durante a pandemia e que mesmo se não tivesse conseguido o empréstimo facilitado do programa, a gráfica teria sobrevivido à crise, pois esta possuía capital de giro suficiente para suportar a queda na receita, embora pudesse atravessar momentos com maiores dificuldades, revelando a estabilidade relativa da empresa devido à manutenção de reservas de emergência em caixa, fator que fora essencial para a obtenção do Pronampe.

7.8 Entrevistas complementares

A fim de traçar um paralelo entre diferentes empresas de diferentes setores da economia, foram realizadas outras duas entrevistas, também com microempresários. O objetivo da coleta de tais informações girou em torno da necessidade de observação dos impactos da pandemia sobre empresas de segmentos distintos, para que a pesquisadora pudesse compreender se os efeitos foram iguais para todas as empresas de pequeno porte ou não e como cada uma reagiu à crise instalada pela doença no Brasil.

- a) A primeira entrevista complementar foi realizada com a proprietária da academia de treino funcional Tribo Fitness, situada em São Carlos (SP). Joana de Almeida Teodoro Oliveira, de 25 anos, comanda a empresa da família, que fora aberta em 2017 sob a natureza jurídica de Microempresa (ME). Após a eclosão da pandemia, Joana relatou que teve de fechar a academia por 6 meses, de março a setembro de 2020, seguindo as restrições impostas pelo Plano São Paulo de combate ao vírus. Dessa forma, a academia que possuía cerca de 100 alunos até março de 2020 passou a contar com somente 15 alunos, os quais permaneceram com planos ativos para terem acesso às aulas online, visto que as aulas presenciais haviam sido suspensas. Com a saída de 75 alunos, a academia teve queda de quase 80% em seu faturamento, na comparação com períodos regulares. Para amenizar os efeitos da crise, Joana pediu a renegociação do aluguel

junto ao proprietário do espaço, o qual permitiu o pagamento de metade do valor enquanto a academia permanecesse fechada, e recorreu ao benefício do compartilhamento do pagamento dos salários dos funcionários junto ao governo. Assim, os dois funcionários contratados em regime CLT passaram a receber, durante cinco meses, 70% de suas respectivas remunerações do governo e os outros 30% continuaram a ser pagos pela proprietária da academia. Para manter os 15 alunos, Joana também se viu obrigada a criar estratégias de atratividade e fidelização dos clientes, de modo a reduzir o valor da mensalidade para a metade, tornando mais acessível os planos para que os alunos fossem capazes de manter a mensalidade ativa. Com a difícil situação, Joana recorreu ao crédito facilitado oferecido pelo governo por meio do Pronampe, porém teve o benefício negado devido ao fato de não possuir caixa reserva na empresa, já que havia perdido grande parte de seus alunos e, com isso, havia reduzido drasticamente seu faturamento. A empresária contou que tentou o benefício por mais de uma vez, porém, teve todos os pedidos negados por todos os bancos em que fez a solicitação. Em relação a demissões, a empreendedora revelou que não teve de desligar funcionários, pois já trabalhava com um quadro enxuto, com somente dois colaboradores. Destes, um pediu para ser desligado durante a pandemia para seguir como autônomo dando aulas particulares. Quando questionada sobre a situação, Joana afirmou que pensou em desistir do negócio próprio por diversas vezes, acreditando que não seria capaz de manter a academia diante de uma receita tão baixa que era insuficiente para quitar as despesas. Contudo, em setembro de 2020, quando o Plano São Paulo liberou a retomada das atividades por parte de academias e centros esportivos, Joana investiu nas redes sociais, como Facebook e Instagram, para atrair novos alunos, fazendo com que a academia encerrasse 2020 com uma pequena melhora na receita, após conseguir novos alunos.

A pandemia quebrou muito a academia, eu pensei em fechar por definitivo o negócio quatro vezes, porque eu não sabia quanto tempo iria durar essa pandemia, por mais quanto tempo eu iria ter que manter a academia fechada, nem por mais quanto tempo eu seria capaz de manter funcionando e pagando meus custos, porque não tinha receita suficiente para isso, afirmou a empresária.

- b) A segunda entrevista complementar foi realizada com o proprietário de uma movelaria, a qual fabrica móveis planejados sob medida e presta serviços de design de interiores e

decoração de ambientes em parceria com arquitetos e escritórios de arquitetura. A Equiplan Móveis Planejados, do empreendedor André Felipe da Silva Marino, de 29 anos, nasceu em 2017 sob a natureza jurídica de Microempresa (ME). Atualmente, a empresa conta com 11 funcionários contratados formalmente em regime CLT, sendo que, destes, três foram contratados durante a pandemia, devido ao aumento na demanda de serviços. As vendas da movelaria se baseiam, majoritariamente, nas parcerias firmadas com escritórios de arquitetura e nas indicações de tais parceiros a outras empresas que contratam os serviços da Equiplan, de modo que a empresa não utiliza sites ou redes sociais para o fechamento de vendas, apenas utiliza tais plataformas como vitrine dos trabalhos já realizados a partir das publicação de fotos e vídeos dos ambientes planejados. De acordo com o empreendedor, a pandemia fez dobrar a demanda de serviços da empresa, pois como as pessoas passaram a ficar muito mais tempo em casa devido às restrições de isolamento social, passou-se a ter mais tempo para identificar a necessidade de realizar reformas na casa, incluindo a necessidade de criação e adaptação de escritórios dentro das casas, visto que muitas pessoas passaram a trabalhar em regime home office, o que aqueceu o setor da construção civil, de projetos arquitetônicos, movelarias e lojas de artigos de decoração para casa. Outro ponto a favor da empresa de André foi o setor ao qual ela pertence, já que o segmento da construção civil foi considerado como essencial ao longo da pandemia, não sendo necessário interromper as atividades. Sendo assim, a movelaria ficou fechada por apenas uma semana, logo quando houve o decreto de pandemia de Covid-19, podendo voltar a funcionar normalmente pouco tempo depois. Com o aumento na demanda de serviços, o empresário contou que o faturamento da empresa teve aumento de 100% em 2020, na comparação com o ano pré-pandêmico de 2019 e que a receita da empresa obtida durante a pandemia foi a maior já registrada desde o ano de criação da empresa. Como a empresa foi na contramão da crise, fazendo da pandemia um período de prosperidade econômica, o empresário não precisou recorrer a benefícios do governo ou crédito facilitado com bancos e, tampouco, teve de realizar demissões para cortar gastos.

Eu não imaginava que para nós seria tão bom esse período da pandemia, porque ficamos com medo de enfrentar dificuldades, como tantos outros setores, já que não sabíamos o que iria acontecer, mas em pouco tempo vimos nossa demanda de serviços aumentar muito e viemos em uma crescente, em que 2020 foi muito melhor do que a receita registrada em 2019, e 2021 conseguiu ser melhor do que 2020, relatou o empreendedor.

8. Resultados

Com base nas entrevistas e pesquisas realizadas ao longo de todo este trabalho, o primeiro resultado que se pode observar é a questão do acesso ao crédito e aos benefícios concedidos pelo governo federal. As informações obtidas a partir dos relatos das fontes entrevistadas permitem compreender que o pacote de recursos liberados pelo governo, de fato, existiu, em uma tentativa de salvar empresas de micro e pequeno porte durante a crise deflagrada pela pandemia. No entanto, tais recursos foram repassados aos bancos credenciados à iniciativa do Pronampe e de outros programas, os quais se caracterizaram como intermediários do benefício, e essas instituições financeiras seguraram a liberação do crédito devido ao risco de inadimplência por parte dos pequenos empresários.

Isto posto, compreende-se que os empreendedores que obtiveram acesso ao crédito facilitado do Pronampe foram aqueles que possuíam caixa reserva, visto que estes seriam capazes de honrar com o pagamento da dívida ao final do prazo do empréstimo. Dessa forma, os bancos selecionaram detalhadamente quais seriam as empresas beneficiadas pelo crédito, pois eles que determinavam quem satisfazia os pré-requisitos necessários para a obtenção do dinheiro e assim estaria apto a honrar com o pagamento.

Eu acredito que conseguimos esse benefício por sorte e porque tínhamos caixa reserva suficiente para reestruturar coisas na empresa para somar os pontos necessários para obter acesso ao benefício, mas essa não foi a realidade de todos os empresários. Conheço empresas muito maiores do que a minha e muito mais estruturadas que não conseguiram a liberação do crédito. Então, o repasse foi seletivo, foi burocrático, acho que o governo pecou nesse quesito, pois se não fosse tão burocrático, se não tivessem tantos pré-requisitos, acredito que mais empreendedores teriam conseguido a liberação do dinheiro, afirmou a proprietária da gráfica Aquarela, Sandra Ribeiro Pereira.

Sob essa ótica, afirma-se, portanto, que a liberação, por parte dos bancos, dos recursos federais para salvar micro e pequenas empresas não se aplicou de forma igualitária a todos os empreendedores que solicitaram o benefício, uma vez que cada empresa se encontrava em uma situação diferente, umas melhores enquanto outras estavam em situações mais complexas. Assim, para se protegerem do risco de inadimplência, os bancos selecionaram os clientes que possuíam uma certa quantia em caixa reserva, o que confere maior segurança ao banco em relação ao pagamento do empréstimo, fazendo com que o benefício fosse liberado para as

empresas que já tinham capital reserva, enquanto aquelas que, de fato, estavam precisando do recurso para sobreviverem à crise tiveram o acesso negado.

Outro dado que reafirma tal cenário se dá por meio do censo realizado pelo Sebrae em julho de 2020, o qual ouviu 6 mil micro e pequenos empreendedores. O levantamento identificou que, de todos os 54% dos empreendedores que tentaram um empréstimo com os bancos, 56% deles não conseguiram o benefício e 24% ainda não haviam obtido uma resposta das instituições, até o momento da pesquisa. Ou seja, apenas 21% dos empresários conseguiram o crédito necessário para sobreviver à crise instalada pela Covid-19, revelando o endurecimento das regras para a liberação da ajuda financeira por parte dos bancos e das instituições financeiras que intermediaram o crédito concedido pelo governo (SEBRAE, 2020).

A partir dessa constatação questiona-se a postura das instituições financeiras diante de tal cenário, pois a iniciativa do governo federal girou em torno da liberação de recursos para evitar que pequenas empresas viessem à falência devido à grave crise instalada no país após a pandemia. No entanto, esse recurso fora travado pelos bancos, atingindo somente os empreendedores qualificados para a aquisição do empréstimo, ou seja, aqueles que possuíam capital reserva. O questionamento gira em torno da seletividade adotada pelas instituições financeiras, pois as empresas que não possuíam dinheiro em caixa eram justamente aquelas que mais necessitavam da liberação de recursos, enquanto o crédito só fora liberado para empresas que já tinham capital e que, portanto, não necessitavam do dinheiro na mesma proporção do que outras empresas.

Em nota ao jornal *The Intercept*, durante a investigação do repasse do dinheiro público aos micro e pequenos empreendedores, a Caixa Econômica Federal, um dos principais players do país na concessão de crédito facilitado, afirmou que:

Não há orientação para restrição de crédito a qualquer nicho empresarial, mas todas as operações de crédito estão sujeitas à análise por parte do banco, onde são avaliados fatores de risco de mercado e de crédito, sendo necessário que as empresas interessadas apresentem pelo menos 12 meses de faturamento consecutivos e não possuam restrições cadastrais no CPF dos sócios ou no CNPJ da empresa (SALMEN, 2020).

Outra constatação que se pôde observar ao longo da coleta de informações por meio das entrevistas e das pesquisas realizadas é a questão de a pandemia impactar de formas distintas os diversos setores da economia, visto que ela fora capaz de provocar graves crises em determinados segmentos, principalmente aqueles voltados para o comércio e a prestação direta de serviços ao público, ao passo que ela também fora capaz de aquecer setores que estavam estagnados até pouco tempo antes da eclosão da doença em escala global.

Desse modo, compreende-se que os impactos sofridos pelas pequenas e micro empresas também foram atribuídos ao setor ao qual elas pertencem, visto que uns foram favorecidos pelas oportunidades que surgiram devido à crise, enquanto outros foram arruinados pela nova dinâmica de funcionamento das atividades econômicas imposta pela pandemia.

Para exemplificar tal afirmativa, toma-se como base o paralelo traçado entre as três empresas analisadas ao longo do estudo. Sendo assim, notou-se que apenas a empresa do setor de movelaria e construção civil fora favorecida pela pandemia, indo na contramão das demais empresas que sofreram gravemente com a crise. Enquanto a movelaria, que vinha de uma época de estagnação, teve um *boom* nas vendas e contratos fechados em 2020, em virtude da necessidade de adaptação e reforma de casas e ambientes internos para a adoção do home office ou para maior conforto durante o período de isolamento, fato que caracterizou uma oportunidade de crescimento para este setor em meio à crise do coronavírus.

Tal cenário pode ser corroborado a partir da análise do levantamento realizado pelo Sebrae acerca dos impactos da pandemia sobre pequenos negócios por setor de operação, conforme disposto na figura 2 do tópico 6.8 deste trabalho. O rastreamento permitiu identificar que os três setores que menos sofreram impactos negativos durante a pandemia foram: o setor de saúde, oficinas e peças e construção civil, respectivamente. Dessa forma, constata-se a prosperidade vivida pela movelaria analisada mesmo durante um período de recessão econômica e crise sanitária.

Por outro lado, a gráfica e a academia analisadas sofreram inúmeros impactos negativos em razão da pandemia, sendo que esta última chegou ao ponto de cogitar a interrupção por definitivo das atividades, revelando que as restrições de isolamento social impostas influenciam 100% no consumo dos serviços oferecidos pelas duas empresas, o que as submeteu a uma situação de queda brusca no faturamento e à adoção de medidas e estratégias alternativas à crise para não decretarem falência. Sendo assim, afirma-se, portanto, que a intensidade dos

efeitos da pandemia sobre pequenas empresas também se atribui ao setor de operação do negócio e aos tipos de estratégias que foram possíveis de serem adotadas para driblar a crise.

Para confirmar tal prerrogativa, toma-se como base os dados apresentados pelo Sebrae acerca dos impactos da pandemia sobre os pequenos negócios por setor de operação, conforme disposto na figura 2 do tópico 6.8 do presente estudo. Os dados revelam que os três setores mais afetados pela crise do coronavírus foram: turismo, economia criativa e academias, respectivamente, sendo que este último setor apresentou queda média de 50% em seu faturamento, quando comparado a épocas regulares de receita. A partir de tal afirmação, justifica-se o fato de a academia analisada ter enfrentado inúmeras dificuldades a ponto de a proprietária cogitar o encerramento definitivo do negócio, visto que as restrições de isolamento social impossibilitaram a ida das pessoas à academia, além do fator da diminuição da renda de muitas famílias, o que as impediu de manter o pagamento de mensalidades de planos em academias.

Já em relação ao setor ao qual a empresa gráfica e papelaria, analisada no estudo de caso, pertence, caracterizado pelos setores de comércio e prestação de serviços, tem-se que o impacto fora de no mínimo 39% no faturamento, número que corresponde à média do impacto da pandemia levando em consideração todos os setores econômicos, conforme levantado pelo Sebrae e disposto na figura 2 do tópico 6.8 desta pesquisa. Dessa forma, compreende-se que ambos os setores (comércio e serviços) foram amplamente afetados devido à imposição do isolamento social, embora muitas empresas tenham encontrado uma saída nas vendas online. No entanto, a gráfica não investiu na divulgação virtual pelas redes sociais e o site que fora criado para divulgação não obteve o resultado esperado, mostrando que as vendas por meio do e-commerce não favorecem todas as empresas da mesma forma, visto que as demandas de impressão são completamente diferentes das vendas em uma loja de roupas, por exemplo. Assim, com necessidades diferentes, as empresas enfrentaram dificuldades diferentes, fator que explica a queda expressiva na demanda de serviços da gráfica durante a crise do coronavírus e seus desdobramentos em relação às medidas de combate à doença.

Outro ponto que vale a ressalva é a questão da migração para a plataforma virtual, na qual é possível otimizar as vendas mesmo em épocas de isolamento social em que as vendas físicas ficaram proibidas por um determinado período. A partir da análise das empresas entrevistadas e do paralelo traçado entre elas, notou-se que a estratégia de investimento no e-commerce não funcionou com a mesma eficiência para todas as empresas, em virtude das

diferenças entre o público-alvo de cada empresa, os serviços que cada uma oferece e as necessidades que cada uma possui.

Sendo assim, constatou-se que a gráfica, por exemplo, não obteve resultados expressivos a partir da criação de um site de divulgação, o que a manteve muito dependente das vendas físicas, as quais são majoritariamente movimentadas pelas demandas de universitários, professores e empresas que trabalham com divulgação de eventos e que ainda investem na propaganda impressa a partir de folhetos, cartazes e *outdoors*. Assim, a estratégia de investimento em divulgação virtual da gráfica acaba não sendo tão eficaz para o aumento das vendas.

Por outro lado, a academia analisada obteve bons resultados a partir do investimento na divulgação massiva de conteúdos na internet, principalmente utilizando o Instagram e o Facebook, de modo que grande parte dos novos alunos conquistados pela academia após a reabertura foram decorrentes da visibilidade atingida pela academia nas redes sociais. Os resultados foram tão positivos que a proprietária investiu em um curso de marketing e divulgação voltado especialmente para academias, o qual ensina a criar uma programação de publicações para atingir com maior assertividade o público que busca pela prática de exercícios físicos. Com o sucesso da visibilidade da academia, a proprietária afirmou que, hoje em dia, 80% dos planos que foram fechados recentemente são provenientes de vendas pelo Instagram, WhatsApp e Facebook, respectivamente, na ordem de importância de cada plataforma para o fechamento dos novos contratos.

A movelaria, por sua vez, se mostrou neutra em relação às vendas online, uma vez que esta depende, em maior grau, do investimento em networking na cidade, de forma que as vendas ocorrem por indicação de clientes e arquitetos parceiros que divulgam o trabalho da movelaria para pessoas e empresas que pretendem contratar o serviço de planejamento de móveis e decoração de um ambiente. Assim, a divulgação nas redes sociais ocorre de forma a mostrar os trabalhos que já foram realizados pela empresa, funcionando como uma espécie de vitrine virtual, porém, as vendas efetivas são provenientes, majoritariamente, das indicações dos escritórios de arquitetura que são parceiros da empresa.

Neste contexto, compreende-se que a alternativa de migração para o e-commerce foi uma estratégia que, de fato, contribuiu para que muitas empresas sobrevivessem à crise do coronavírus e fossem capazes de manter o faturamento, mesmo que ele tenha sido reduzido

durante a pandemia. Por outro lado, tal estratégia não se fez de forma eficiente para todas as empresas de todos os segmentos, mostrando que cada empresa possui um nicho específico de clientes e de demandas, fazendo com que as necessidades sejam distintas e que, portanto, as medidas para se atingir o público-alvo e alavancar as vendas sejam diferentes para cada uma, o que requer a adoção de estratégias específicas, desmistificando a teoria que fora criada durante a pandemia de que o e-commerce seria capaz de salvar todas as empresas caso elas migrassem para a plataforma virtual. Assim, embora as vendas online caracterizem uma tendência futura, muitas empresas ainda são dependentes das vendas físicas e da propaganda do ‘boca a boca’ para construírem suas respectivas receitas mensais.

Por fim, foi possível constatar-se que a pandemia alterou a dinâmica de funcionamento de todas as empresas, sem exceção, seja sob uma perspectiva otimista ou negativa. Com base nas empresas analisadas ao longo deste presente trabalho, tem-se que a gráfica e a academia tiveram suas dinâmicas alteradas de forma negativa, visto que ambas atravessaram momentos difíceis a partir da obrigatoriedade de interrupção das atividades, o que as fizeram perder inúmeros clientes e registrar prejuízos em relação ao faturamento. Dessa forma, as duas empresas tiveram de adotar estratégias alternativas à crise, com o objetivo de superar as adversidades trazidas pela pandemia. Para isso, as duas empresas recorreram a benefícios do governo, renegociação de dívidas e do aluguel do espaço, no caso da academia, adotaram medidas para tornar os serviços mais atrativos aos clientes, como redução dos preços dos serviços oferecidos, e adoção do serviço de entrega das encomendas, no caso da gráfica.

Já no caso da movelaria estudada, a empresa também teve sua dinâmica alterada pela pandemia, porém, de uma forma positiva, visto que a situação do isolamento social fomentou o mercado da construção civil e da contratação de serviços de planejamento de móveis e decoração de ambientes. Dessa forma, com o aumento na demanda de serviços durante a pandemia, a empresa teve de realizar contratações para satisfazer o volume de projetos contratados, bem como teve de reestruturar o planejamento da empresa, a fim de cumprir com os prazos de entrega dos projetos, ao passo que teve de manter o funcionamento das atividades com a cautela necessária exigida pela doença, seguindo os protocolos sanitários de combate ao vírus para garantir a segurança dos funcionários e dos clientes.

A partir de tal cenário, compreende-se, portanto, que a pandemia suscitou mudanças drásticas em todas as empresas de todo os setores, porém, de formas diferentes, de modo que cada negócio traçou sua própria estratégia para sobreviver à crise, de acordo com as medidas

mais convenientes e efetivas para o ramo de atuação da empresa. Assim, constatou-se que as medidas de combate ao vírus provocaram alterações em todos os âmbitos, tanto no social, a partir da adoção de medidas de higiene mais rígidas, quanto na economia, a partir das adaptações que tiveram que ser adotadas para driblar a crise.

Portanto, do ponto de vista econômico, sejam boas ou ruins, permanentes ou momentâneas, pode-se afirmar que a pandemia de Covid-19 provocou alterações nas dinâmicas de operação de todas as empresas, sejam elas grandes ou pequenas, visto que todos os modelos de negócio sentiram os impactos da pandemia de alguma forma, seja ela positiva, a partir do aumento das vendas devido à alta de uma demanda específica, seja ela negativa, com a queda nas vendas, a perda de clientes e a consequente redução na receita de muitas empresas Brasil afora.

9. Considerações finais

Em linhas gerais, fora possível compreender os impactos da pandemia de Covid-19 nos mais diversos âmbitos, social, econômico, político e sanitário no Brasil e no mundo. A rápida disseminação da doença não só fez 5,89 milhões de vítimas em escala global, até o momento, como arrasou a economia e a sociedade, em seus inúmeros aspectos, de todas as nações ao redor do globo.

A partir de tal cenário caótico, de profunda recessão econômica e crise sanitária, o Brasil assistiu à coexistência de crises, as quais foram deflagradas pela pandemia no âmbito da saúde, causada pela própria doença, da economia, a qual definhou-se a partir da interrupção das atividades econômicas durante vários meses em 2020, e da política, que fez crescer ainda mais a polarização de ideologias no país a partir das polêmicas suscitadas na condução da doença pelo governo vigente.

Sob tal contexto, o país se viu mergulhado em uma crise sem precedentes em 2020, a qual se aprofundou ainda mais em 2021, com a inflação e o desemprego batendo recordes dos últimos anos. Em meio ao caos sanitário, em que o país já atingiu a triste marca de 645 mil mortos pela doença, até o momento, a economia e as empresas brasileiras sentiram os impactos de tamanha crise, sendo que mais de 1 milhão de empresas também ‘vieram à óbito’ em 2020, conforme informado pelo Ministério da Economia.

Com a pandemia alterando a dinâmica de operação de todos âmbitos, tanto o social, em relação ao reforço das medidas de higiene para prevenir a doença, quanto o econômico, fazendo com que o governo e os empreendedores adotassem uma série de estratégias e medidas para mitigar os efeitos da crise e para sobreviver a ela, muitas empresas tiveram de se readaptar diante da situação, principalmente as empresas de micro e pequeno porte que enfrentaram maiores dificuldades frente às grandes já consolidadas no mercado.

Para isso, tais empresas recorreram às ajudas financeiras concedidas pelo governo federal, porém, encontraram uma série de entraves na aquisição do crédito junto aos bancos e instituições financeiras, os quais endureceram as regras para o empréstimo devido ao alto risco de inadimplência. Sem crédito, muitas naufragaram e não foram capazes de suportar a crise, enquanto outras atingiram a beira do abismo, mas conseguiram sobreviver.

Os efeitos suscitados pela pandemia sobre o setor empresarial foram inegáveis a ponto de se afirmar que todas as empresas tiveram suas dinâmicas de operação alteradas, sejam positivamente ou negativamente. Além das mudanças, as dificuldades enfrentadas pelas empresas ou não também foram atribuídas aos setores de atuação aos quais pertencem, visto que a pandemia fez surgir oportunidades de crescimento para determinados segmentos que corresponderam às demandas específicas que surgiram durante a crise, na mesma proporção em que a pandemia fez com que determinados setores naufragassem em meio à imposição de restrições de circulação de pessoas.

Tais restrições quanto à circulação de pessoas nas ruas fizeram com que o mundo enxergasse na realidade virtual uma alternativa para dar continuidade às relações humanas e também às atividades econômicas. Dessa forma, muitas empresas migraram para o e-commerce e apostaram suas fichas nas vendas online, por meio do investimento em sites de divulgação e nas redes sociais. Porém, a eficiência de tal estratégia se mostrou desigual ao longo dos setores econômicos, visto que alguns segmentos conseguem ser mais beneficiados com as vendas pelas plataformas virtuais do que outros, pois o sucesso da receita a partir do e-commerce está diretamente relacionado ao tipo de produto ou serviço que é oferecido, ao perfil do público-alvo que se pretende atingir e às estratégias de produção de conteúdo das publicações para aumentar a visibilidade do negócio, o que desmistifica a teoria criada durante a pandemia de que as vendas online serão a salvação dos micro e pequenos empreendedores.

Por fim, encerra-se este trabalho sob a perspectiva de que, permanentes ou não, a pandemia de Covid-19 provocou inúmeras alterações na dinâmica da vida contemporânea, as quais demandaram adaptações e ressignificações nos mais diversos âmbitos da sociedade. Não à toa, a crise deflagrada pela doença fora considerada a pior desde 1929, quando o mundo assistiu à quebra da bolsa de valores da maior potência mundial. Assim, não há dúvidas de que este vírus virou de ponta cabeça o mundo como se conhecia antes da eclosão da pandemia, ao ponto de fazer com que todas as nações do globo passassem a conviver com o chamado ‘novo normal’, uma realidade que fora criada para dar continuidade à vida mesmo sabendo que existe um vírus letal circulando pelas ruas mundo afora.

Assim, não só a economia e as empresas brasileiras foram arrasadas pela doença, bem como as famílias de 645 mil pessoas, que também abalaram suas estruturas a partir da perda da batalha da vida para o vírus. A crise tríplice enfrentada pelo Brasil ainda persiste e luta diariamente para cicatrizar as feridas abertas pela doença desde o início de 2020. A crise humanitária luta, agora, ao lado de um importante aliado: a vacina contra a doença, a qual já foi, comprovadamente, capaz de salvar a vida de inúmeras pessoas que contraíram o vírus mesmo após a imunização. Já a crise econômica ainda terá de guerrear em direção à recuperação do baque sofrido pela pandemia, embora já tenha vencido pequenas batalhas, a partir do aquecimento de alguns setores após a flexibilização das medidas de isolamento social, também possibilitadas pela vacinação em massa da população. Por fim, a crise política segue instalada no país, a partir da divisão de opiniões acerca das condutas do governo vigente. No entanto, esta crise terá a chance de ser superada, ou não, ao final de 2022, quando a nova gestão da União será anunciada, cabendo, única e exclusivamente, à população a sábia decisão de escolha entre o novo estilo de governo e a permanência e consolidação da atual administração do país no poder.

Ainda em ritmo de conclusão do presente trabalho, faz-se essencial ressaltar sua importância na formação e na construção profissional da pesquisadora, tendo em vista a gama de oportunidades que foram abertas ao longo da elaboração da pesquisa, a partir da análise e da curadoria dos dados, da organização das ideias e dos argumentos que foram utilizados para embasar as hipóteses, dos conhecimentos adquiridos por meio das leituras e consultas a documentos e, sobretudo, do contato com as fontes que contaram suas histórias a fim de fornecer as informações necessárias para a construção do trabalho.

Ao final deste trabalho, fora possível compreender que o longo e árduo processo de pesquisa fora engrandecedor e impactante, tanto do ponto de vista profissional, a partir da aprendizagem dos conteúdos e conceitos comuns à teoria e à prática jornalística, com os quais fora possível entender e diferenciar o jornalismo do jornalismo especializado e, mais a fundo, do jornalismo especializado em economia, quanto do ponto de vista do crescimento pessoal, a partir da transcendência da realidade sociocultural da pesquisadora para outras realidades que puderam ser observadas a partir das estatísticas e das entrevistas realizadas.

Ressalta-se, portanto, a relevância do presente trabalho para a carreira acadêmica e profissional da pesquisadora, a fim de que esta possa cumprir com maestria e comprometimento a função de jornalista após a conquista do título a ser defendido, haja vista os valores e princípios éticos que norteiam a profissão e que a fazem exercer o papel de prestadora de serviços à sociedade, de modo a denunciar, fiscalizar, cobrar, divulgar, ajudar e sensibilizar a população, tomando como base a veracidade dos fatos, a informação de relevância pública, a defesa da democracia, da cidadania e da liberdade de imprensa, todos garantidos constitucionalmente.

Referências bibliográficas

AMORIM, D. Pandemia foi responsável pelo fechamento de 522 mil empresas na primeira quinzena de junho. **Estadão**, 2020. Disponível em: < <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pandemia-foi-responsavel-pelo-fechamento-de-522-mil-empresas-na-primeira-quinzena-de-junho,70003366000>>. Acesso em: 5 de jun. 2021.

AGÊNCIA, B. Maioria de postos de trabalho foi criada por micro e pequena empresas. **Correio Braziliense**, 2021. Disponível em: < <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/10/4953354-maioria-de-postos-de-trabalho-foi-criada-por-micro-e-pequena-empresas.html>>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

AYUSO, S. OCDE prevê recuperação lenta e desigual da economia mundial depois da crise do coronavírus. **El País**, 2020. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/economia/2020-06-10/ocde-preve-recuperacao-lenta-e-desigual-da-economia-mundial-depois-da-crise-do-coronavirus.html>>. Acesso em: 7 de jun. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARROS, A. PIB cresce 3,2% no 4º tri, mas fecha 2020 com queda de 4,1%, a maior em 25 anos. **Agência de Notícias IBGE**, 2021. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30166-pib-cresce-3-2-no-4-tri-mas-fecha-2020-com-queda-de-4-1-a-maior-em-25-anos>>. Acesso em: 20 de mai. 2021.

BIERNATH, A. Covid: como vacinação em massa desde janeiro teria mudado rumo da pandemia no Brasil. **BBC Brasil**, 2021. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57674512>>. Acesso em: 5 de ago. 2021.

BIGNON, N. Real é a pior moeda do mundo em 2020, aponta ranking. **Socialismo Criativo**, 2020. Disponível em: < <https://www.socialismocriativo.com.br/real-e-a-pior-moeda-do-mundo-em-2020-aponta-ranking/>>. Acesso em: 13 de jan. 2022.

BOLZANI, I. 90% dos recursos do Pronampe foram emprestados em um mês. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/90-dos-recursos-do-pronampe-foram-emprestados-em-um-mes.shtml>>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL teve em 2020 o melhor desempenho da década na abertura de empresas. **Governo Federal**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/fevereiro/brasil-teve-em-2020-o-melhor-desempenho-da-decada-na-abertura-de-empresas>>. Acesso em: 21 de mai. 2021.

BRITO, Hérica Lene Oliveira. **Jornalismo de economia no Brasil**. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2013.

CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto. p.1, 2003.

CAGED: Brasil abriu 142.690 vagas de emprego com carteira assinada em 2020. **UOL**, 2021. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/01/28/caged-brasil-abriu-142690-vagas-de-emprego-com-carteira-assinada-em-2020.htm>>. Acesso em: 27 de ago. 2021.

CATEGORIAS de formalização de empresas. Sebrae, 2019. Disponível em: < <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pr/artigos/categorias-de-formalizacao-de-empresas,4a0dca91c761e610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

CORONAVÍRUS é pior crise desde Grande Depressão, diz diretora do FMI. **Valor Econômico**, 2020. Disponível em: <

<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/04/09/coronavirus-e-pior-crise-economica-desde-grande-depressao-diz-diretora-do-fmi.ghtml>>. Acesso em: 27 de mai. 2021.

CARVALHO, D. Em culto, Bolsonaro questiona vacinas contra Covid e desinforma ao dizer que elas são experimentais. **Folha de S. Paulo**, 2021. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/em-culto-bolsonaro-questiona-vacinas-contracovid-e-desinforma-ao-dizer-que-elas-sao-experimentais.shtml>>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

CORRÊA, Luciana Seabra Resende Castro. **Jornalismo econômico para quem não entende economia**. p. 1–15, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0418-1.pdf>>. Acesso em: 18 de abr. 2021.

COSTA, G. PIB da China cresce 2,3% em 2020. **CNN Business**, 2021. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/business/pib-da-china-cresce-2-3-em-2020/>>. Acesso em: 30 de mai. 2021.

CRÉDITO emergencial em 2021 para microempresa será 8% do concedido em 2020. **Portal Contábil**, 2021. Disponível em: < <https://portalcontabilsc.com.br/noticias/credito-emergencial-em-2021-para-microempresa-sera-8-do-concedido-em-2020/>>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

CRESCEU o número de microempreendedores individuais em 2020. **Governo Federal**, 2021. Disponível em: < [CRUZ, E. SP: em um mês, força-tarefa encerra mais de 700 festas clandestinas. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: < \[FERRARI, H. FMI estima queda de 4,4% na economia global em 2020. **Poder 360**, 2020. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/economia/fmi-estima-queda-de-44-na-economia-global-em-2020/>>. Acesso em: 20 de jul. 2021.\]\(https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/em-um-mes-forca-tarefa-encerra-mais-de-700-festas-clandestinas-em-sao#:~:text=Mais%20de%20560%20estabelecimentos%20comerciais%20foram%20autuados&text=No%20per%C3%ADodo%20de%20um%20m%C3%AAs,estipuladas%20no%20Plano%20S%C3%A3o%20Paulo.> . Acesso em: 14 de ago. 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/03/cresceu-o-numero-de-microempreendedores-individuais-em-2020#:~:text=Cresceu%20o%20n%C3%BAmero%20de%20microempreendedores%20individuais%20em%202020,-O%20setor%20responde&text=O%20n%C3%BAmero%20de%20Microempreendedores%20Individuais%20(MEI)%20cresceu%20no%20pa%C3%ADs%20ao,rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20de%202019.> . Acesso em: 30 de ago. 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

GARCIA, D. Taxa média de desemprego em 2020 é a maior em quase 30 anos. **Folha de S. Paulo**, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/desemprego-encerra-2020-em-139-diz-ibge.shtml>>. Acesso em: 2 de jun. 2021.

GOMES, P. Bolsonaro sanciona lei para liberar crédito a micro e pequenas empresas via maquininha. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/19/bolsonaro-sanciona-lei-para-liberar-credito-a-micro-e-pequenas-empresas-via-maquinhinha.ghtml>>. Acesso em: 8 de fev. 2022.

GRASSO, D. Em 2020, 1,8 milhão de vidas levadas pela covid-19. Em 2021, a esperança da vacina. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedad/2020-12-31/em-2020-18-milhao-de-vidas-levadas-pela-covid-19-em-2021-a-esperanca-da-vacina.html>>. Acesso em: 25 de mai. 2021.

GUIMÓN, P. Estados Unidos, constata-se que em abril de 2020, isto é, um mês após o decreto de pandemia, o país registrou 14,7% de desocupados. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-05-08/desemprego-nos-eua-chega-a-147-o-mais-alto-em-70-anos.html>>. Acesso em: 18 de jul. 2021.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

HORKHEIMER, Max; ADORNO. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. 2. ed. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 22. Ed. Tradução de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2. Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Edusp, 2000.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAIER, P. Ibovespa tem maior queda semanal desde 2008 e já recua mais de 40% em 2020. **UOL Notícias**, 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/20/ibovespa-tem-maior-queda-semanal-desde-2008-e-ja-recua-mais-de-40-em-2020.htm>>. Acesso em: 25 de ago. 2021.

LIBERATO, L. Pedidos de falência avançam 12,7% em 2020. **Boa Vista**, 2021. Disponível em: <<https://www.boavistaservicos.com.br/blog/releases/pedidos-de-falencia-avancam-127-em-2020/>>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

LIMA, B. Butantan atribui atraso de IFA da China a declarações de Bolsonaro. **Correio Braziliense**, 2021. Disponível em: <

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4922658-butantan-atribui-atraso-de-ifa-da-china-a-declaracoes-de-bolsonaro.html>>. Acesso em: 12 de ago. 2021.

LOBATO, E. Após batalha judicial, consórcio liderado pela CSN arremata estatal em leilão que está sendo contestado, Vale é vendida por R\$ 3,3 bi e ágio de 20%. **Folha de S. Paulo**, 1997. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc070513.htm>>. Acesso em: 10 de fev. 2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. 7. Ed . São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LOPES, Y. "Vamos perder dinheiro salvando empresas pequeninhas", diz Paulo Guedes. **A Redação**, 2020. Disponível em: < <https://www.aredacao.com.br/negocios/134456/-vamos-perder-dinheiro-salvando-empresas-pequeninhas-diz-paulo-guedes>>. Acesso em: 8 de jun. 2021.

LOTMAN, Iuri M. **La semiosfera I. Semiotica de la cultura y del texto**. Valencia: Fonesis, 1996.

MARTINS, Christiana. Uma Fronteira ou o Jornalismo Económico como Forma de Conhecimento Especializado. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, n. 5/6. p. 225 - 231, julho 2011. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2255>>. Acesso em: 14 de mai. 2021.

MATTOS, M. Governo não aceitou propostas que previam 1,5 milhão de doses de vacina ainda em 2020, diz Pfizer. **G1**, 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/13/governo-federal-nao-aceitou-propostas-que-previam-15-milhao-de-doses-de-vacina-ainda-em-2020-diz-pfizer.ghtml>>. Acesso em: 3 de jun. 2021.

MAIORIA de postos de trabalho foi criado por micro e pequena empresas. **Fenacon**, 2021. Disponível em: < <https://fenacon.org.br/noticias/maioria-de-postos-de-trabalho-foi-criado-por-micro-e-pequena-empresas/>>. Acesso em: 14 de jan. 2022.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1995.

MELO, K. Maioria de postos de trabalho foi criada por micro e pequena empresas. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/maioria-de-postos-de-trabalho-foi-criada-por-micro-e-pequena-empresas>>. Acesso em: 8 de jan. 2022.

MICRO e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. **Sebrae**, s.d. Disponível em: < <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas->

[geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD#:~:text=As%20micro%20e%20pequenas%20empresas.empresas%20\(24%2C5%25\).>](#). Acesso em: 4 de set. 2021.

O IMPACTO da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios – 6ª edição. **Sebrae**, de 27 a 30 jul. 2020. Disponível em: < https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Impacto-coronavi%CC%81rus-nas-MPE-6%C2%AAedicao_DIRETORIA-v12.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

O IMPACTO da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios – 10ª edição. **Sebrae**, de 25 de fev. a 30 de mar. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Impacto-coronav%C3%ADrus-nas-MPE-10a-edicao-historico-v1.pdf>>. Acesso em: 5 de dez. 2021.

PAMPLONA, N. 522 mil empresas fecharam as portas por pandemia, diz IBGE. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/522-mil-empresas-fecharam-as-portas-por-pandemia-diz-ibge.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 21 de mai. 2021.

PANDEMIA levou à perda de 255 milhões de empregos em 2020, diz OIT. **G1**, 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2021/01/25/pandemia-levou-a-perda-de-255-milhoes-de-empregos-em-2020-diz-oit.ghtml>>. Acesso em: 28 de mai. 2021.

PEQUENOS negócios em números. **Sebrae**, 2018. Disponível em: < <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 22 de mai. 2021.

PEQUENOS negócios geraram 70% dos empregos com carteira assinada no país. **Sebrae**, 2021. Disponível em: <<https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pequenos-negocios-geraram-70-dos-empregos-com-carteira-assinada-no-pais,2f8f2b08b03b9710VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

PEQUENOS negócios vs Covid-19: haverá um pós crise?. **Observatório MPE Sebrae**, p.4, 2020. Disponível em: < [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/49d5dc0d8c12cb3cd552909eb4fe5bb5/\\$File/19683.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/49d5dc0d8c12cb3cd552909eb4fe5bb5/$File/19683.pdf)>. Acesso em: 18 de jan. 2022.

RODRIGUES, L. CNC aponta fechamento de 75 mil lojas em 2020. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/cnc-aponta-fechamento-de-75-mil-lojas-em-2020>>. Acesso em: 20 de ago. 2021.

SALMEN, D. Bancos travam bilhões liberados pelo governo para salvar microempresários na crise do coronavírus. **The Intercept**, 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/05/18/bancos-emprestimos-criese-coronavirus/>>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

SETE entre cada dez empregos gerados em agosto estavam nas micro e pequenas empresas. **Agência Sebrae de Notícias**, 2021. Disponível em: <<https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/sete-entre-cada-dez-empregos-gerados-em-agosto-estavam-nas-micro-e-pequenas-empresas,df786845aec4c710VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: 9 de nov. 2021.

SHALDERS, A. Tratamento precoce: governo Bolsonaro gasta quase R\$ 90 milhões em remédios ineficazes, mas ainda não pagou Butantan por vacinas. **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55747043>>. Acesso em: 20 de ago. 2021.

SOARES, G. Economia dos EUA encolhe 3,5% em 2020, pior resultado desde 1946. **Poder 360**, 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/economia-dos-eua-encolhe-35-em-2020-pior-resultado-desde-1946/>>. Acesso em: 30 de mai. 2021.

TABELA de Natureza Jurídica 2018. **Concla IBGE**, 2018. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2018>>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

TORRES, V. Dopado pela cloroquina, país esquece o essencial na guerra do coronavírus. **Folha de S. Paulo**, 15 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2020/04/dopado-pela-cloroquina-pais-esquece-o-essencial-na-guerra-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 20 de out. 2021.

TORRES, V. No país resignado à morte, combate à epidemia se reduz a evitar UTI lotada. **Folha de S. Paulo**, 20 mai. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2021/05/no-pais-resignado-a-morte-combate-a-epidemia-se-reduz-a-evitar-uti-lotada.shtml>>. Acesso em: 22 de ago. 2021.

TORRES, V. Bolsonaro se afunda em rolos, mas povo dos mercados não dá bola. **Folha de S. Paulo**, 29 de jun. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2021/06/bolsonaro-se-afunda-em-rolos-mas-povo-dos-mercados-nao-da-bola.shtml>>. Acesso em: 2 de set. 2021.

TORRES, V. Pessimismo desinformado ignora avanço da vacinação e novo drama da epidemia. **Folha de S. Paulo**, 3 de jul. 2021. Disponível em: <

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2021/07/pessimismo-desinformado-ignora-avanco-da-vacinacao-e-novo-drama-da-epidemia.shtml>>. Acesso em: 7 de ago. 2021.

TOTAL de casos e mortes confirmadas de Covid-19 no mundo. **Our World in Data**, 2020. Disponível em: < <https://ourworldindata.org/grapher/cumulative-deaths-and-cases-covid-19?tab=table&time=earliest..latest>>. Acesso em: 16 de jul. 2021.

VASCONCELOS, G. 1,3 milhão de empresas fecharam na 1ª quinzena de junho, aponta IBGE. **Valor Econômico**, 2020. Disponível em: < <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/16/13-milhao-de-empresas-fecharam-na-1a-quinzena-de-junho-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 5 de set. 2021.

VAZ, V. R.; MERLO, E. M. **O Consenso de Washington no Brasil – Estabilização Conservadora e Estagnação**. Marília: Aurora, p. 38, 2020.